



INSTITUTO FEDERAL
Piauí



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM ANÁLISE E PLANEJAMENTO ESPACIAL
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

LÊDA BARROS MOURA

**EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO
URBANO EM REGENERAÇÃO, PIAUÍ**

TERESINA

2025

LÊDA BARROS MOURA

**EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO
URBANO EM REGENERAÇÃO, PIAUÍ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise e Planejamento Espacial do Instituto Federal do Piauí, como parte integrante dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Análise e Planejamento Espacial.

Área de concentração: Linha I: Planejamento territorial e geoprocessamento.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Joaquim da Silva
Coorientador: Prof. Dr. Daniel César Meneses de Carvalho

TERESINA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Moura, Lêda Barros

M929e Expansão da fronteira agrícola e transformações do espaço urbano em
Regeneração, Piauí / Lêda Barros Moura. - 2025.
112 f.: il. color.

Dissertação (Mestrado Profissional em Análise e Planejamento Espacial) -
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus
Teresina Central, 2025.

Orientador : Prof Dr. Antonio Joaquim da Silva.

Coorientador : Prof Dr. Daniel Cesar Meneses de Carvalho.

1. Agronegócio. 2. Produção no espaço urbano. 3. Fronteira agrícola. 4.
Território. I. Título.

CDD - 910

Elaborado por Sindya Santos Melo CRB 3/1085

LÊDA BARROS MOURA

**EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO
URBANO EM REGENERAÇÃO, PIAUÍ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Análise e Planejamento Espacial do Instituto Federal do Piauí, como parte integrante dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Análise e Planejamento Espacial.

Aprovada em: 18/07/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Joaquim da Silva (Orientador)
Instituto Federal do Piauí (IFPI)

Prof. Dra. Manuela Nunes Leal
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

Prof. Dra. Valdira de Caldas Brito Vieira
Instituto Federal do Piauí (IFPI)

Dedico este trabalho aos meus pais, Neto Moura (*in memoriam*) e Maria de Jesus, que são exemplos de caráter, respeito e determinação.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força e sabedoria que me guiou em cada obstáculo superado. Ao Instituto Federal do Piauí (IFPI) e ao Programa de Pós-Graduação em Análise e Planejamento Espacial (MAPEPROF), pelos recursos e oportunidades que tornaram possível minha formação acadêmica.

Dedico em especial, minha profunda gratidão ao meu orientador, Prof. Dr. Antonio Joaquim da Silva, pela amizade sincera, paciência, sabedoria e presença constante em todas as etapas desse trabalho. Agradeço por me conduzir a um tema de pesquisa tão sensível, que me permitiu compreender a essência das lutas diárias do nosso povo.

Aos avaliadores Prof.^a Dr^a Valdira de Caldas Brito Vieira e Prof.^a Dr^a. Manuela Nunes Leal, pelas valiosas contribuições que enriqueceram essa pesquisa.

A meu filho Joaquim e ao meu esposo Moacir, pelo amor incondicional, companheirismo e paciência em todos os momentos.

A meus irmãos Cléa, Lília, Lívio e Lino pelo apoio constante e inabalável.

A minhas cunhadas Léa e Leomara, a meu cunhado José, pelas palavras de incentivo e apoio contínuo.

A meus sobrinhos Renan, Maria Eduarda, João Pedro e Luíz Henrique, pela alegria e motivação que me proporcionam.

Aos amigos de Regeneração, fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa, como o Sr. Elias, Sr. Gerardo, Felipe, Ana Flávia, Dr. Pedro, Prof. Décio, Jucélia, Dona Maria, Nara e Samuel que compartilharam suas experiências e conhecimentos comigo.

O ciclo histórico da fronteira não acabou.
O presente da sociedade brasileira continua determinado e regulado, em boa parte, pela dinâmica da expansão territorial e seus confrontos sociais e étnicos. A fronteira tem sido entre nós, um sujeito político. O Brasil da Conquista ainda não está terminado, ainda é mal esboçado mapa do que seremos um dia.

José de Sousa Martins

RESUMO

A expansão da fronteira agrícola no Brasil tem provocado significativas transformações nas relações territoriais, no uso do solo e nas interações cidade e campo. Esse processo tem origem nos anos de 1950, nas terras do sul do país, e se desloca para regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, a partir dos anos 1960/1970, incentivado pelos mecanismos estatais, pelo baixo valor das terras, pelas condições ambientais favoráveis e pela existência de um atrativo mercado consumidor regional, causando uma profunda reestruturação produtiva baseada na modernização do setor agropecuário, na difusão de tecnologias agronômicas em práticas de gestão voltadas à intensificação da economia de escala, características do agronegócio globalizado. No Piauí, destaca-se a consolidação da agricultura da soja como principal commodity e vetor de expansão da fronteira agrícola, provocando relevantes alterações socioespaciais nas cidades, principalmente as médias e pequenas. O município de Regeneração, no Piauí, é objeto desta investigação, por apresentar transformações urbanas decorrentes da inserção no circuito do agronegócio granífero. O estudo tem como objetivos: identificar os fatores socioambientais, políticos e econômicos que favorecem essa inserção; caracterizar as mudanças espaciais urbanas vinculadas à expansão dos serviços e infraestrutura voltados ao agronegócio granífero; comparar tais transformações com outras cidades pioneiras na atividade, no Piauí e em outros estados; e avaliar as implicações dessas dinâmicas para a estrutura urbana local. A pesquisa sustenta-se nos levantamentos bibliográfico, documental e empírico, com aplicação de entrevistas semiestruturadas com gestores públicos e camponeses. Fez-se uso, de registros fotográficos e dos Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) para a representação espacial da área de estudo. Os resultados da pesquisa permitiram perceber que não ocorreram mudanças profundas no espaço urbano de Regeneração em relação aos serviços e infraestruturas, haja visto a presença de apenas duas empresas agrícolas atuando no município, sendo que uma delas de forma mais intensa; ademais, a proximidade espacial a capital Teresina era um aspecto relevante para a reprodução do agronegócio em Regeneração.

Palavras-chave: agronegócio; fronteira agrícola; produção no espaço urbano; território.

ABSTRACT

The expansion of the agricultural frontier in Brazil has caused significant changes in territorial relations, land use and city-country interactions. This process began in the 1950s, in the southern regions of the country, and moved to the Central-West, Northeast and North regions from the 1960s/1970s onwards, encouraged by state mechanisms, low land values, favorable environmental conditions and the existence of an attractive regional consumer market, causing a profound productive restructuring based on the modernization of the agricultural sector, the dissemination of agronomic technologies and management practices aimed at intensifying economies of scale, characteristics of globalized agribusiness. In Piauí, the consolidation of soybean agriculture as the main commodity and vector of expansion of the agricultural frontier stands out, causing significant socio-spatial changes in cities, especially medium and small ones. The municipe of Regeneração, in Piauí, is the object of this investigation, as it presents urban transformations resulting from its insertion in the grain agribusiness circuit. The study aims to identify the socio-environmental, political and economic factors that favor this insertion; characterize the urban spatial changes linked to the expansion of services and infrastructure aimed at the grain agribusiness; compare such transformations with other pioneering cities in the activity, in Piauí, and in other states; and evaluate the implications of these dynamics for the local urban structure. The research is based on bibliographic, documentary and empirical surveys, with the application of semi-structured interviews with public managers and peasants. Photographic records and Geographic Information Systems (GIS) were used for the spatial representation of the study area. The results of the research showed that there were no changes in the urban space of Regeneração in relation to the presence of services and infrastructure to meet the demands of agribusiness.

Key-words: agricultural frontier; agribusiness; production in urban space; territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Tríade da agricultura moderna no Brasil	29
Figura 2	Fronteira agrícola no Piauí, comandada pela soja, entre 1990 e 2020 ...	49
Figura 3	Localização geográfica do município de Regeneração – PI.....	69
Figura 4	Plantio de soja na Chapada Grande, município de Regeneração	74
Figura 5	Uso e cobertura do solo no município de Regeneração, em 2010	77
Figura 6	Uso e cobertura do solo no município de Regeneração em 2015	78
Figura 7	Uso e cobertura do solo no município de Regeneração, em 2020.....	79
Figura 8	Plantação de soja as margens da PI-236 entre as cidades de Tanque	
Figura 9	do Piauí e Regeneração	84
Figura 10	Transporte de soja na PI-236, em Regeneração	85
Figura 11	Portal de entrada da cidade de Regeneração.....	86
Figura 12	Polo da Universidade Estadual do Piauí em Regeneração.....	93
Figura 13	Escola Técnica Agrícola – Atual Escola Quilombola em	
Figura 14	Regeneração.....	94
Figura 15	Igreja Matriz (católica) situada no centro da cidade de Regeneração....	96
Figura 16	Sede da Prefeitura Municipal de Regeneração	97
Figura 17	Agência do Banco do Brasil – única instituição financeira da cidade	97
Figura 18	Comércio no centro de Regeneração	98
Figura 19	Escritório de uma empresa do agronegócio em Regeneração	100
Figura 20	Evolução da área urbanizada de Regeneração nos anos 2010 a 2023 ...	101
Figura 21	Evolução do espaço urbano de Regeneração nos anos de 2010 a	
	2020	102

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1	Produção de soja (t), por regiões no Brasil nos anos 1980 e 1990.....	32
Gráfico 2	Produção de soja (t), por regiões no Brasil nos anos 2000, 2010 e 2020	34
Gráfico 3	Produção de soja (t) no Matopiba, entre os anos de 2016, 2020 e 2024.	40
Gráfico 4	IDHM nos municípios de maior produção de soja no Piauí.....	66
Gráfico 5	PIB <i>per capita</i> de Regeneração nos anos 2010, 2015 e 2021.....	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Principais características da Frente Pioneira e Frente de Expansão	25
Quadro 2	Evolução da fronteira agrícola no Piauí, segundo o pioneirismo da inserção produtiva da soja	50

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Produção de soja (t), no Bamapito, em 2000, 2010 e 2015	38
Tabela 2	Produção de soja (t) nos municípios ocupados pelo bioma Cerrado no sudoeste piauiense, em anos recentes	47
Tabela 3	População urbana brasileira no final do século XIX e meados do Século XX	54
Tabela 4	Índice de urbanização no Brasil entre os anos de 1960 a 1990	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APROSOJA	Associação dos Produtores de Soja
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FINOR	Fundo de Investimento Setorial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
PDA	Plano de Desenvolvimento Agrário
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados
PIB	Produto Interno Bruto
RPA	Região Produtora do Agronegócio
SEPLAN-PI	Secretaria de Planejamento do Piauí

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	FRONTEIRA: BREVE DESCRIÇÃO CONCEITUAL E HISTÓRICA	17
2.1	DA FRENTE DE EXPANSÃO À FRENTE PIONEIRA	22
3	EXPANSÃO MODERNA DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO BRASIL	26
3.1	A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL E A TERRITORIALIZAÇÃO DA SOJA	26
3.2	A TERRITORIALIZAÇÃO DA SOJA NO NORTE E NORDESTE: O MATOPIBA	35
3.3	INCENTIVOS E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS PARA A AGRICULTURA EMPRESARIAL BRASILEIRA	41
3.4	A TERRITORIALIZAÇÃO DA SOJA NO PIAUÍ	44
4	44	
	URBANIZAÇÃO BRASILEIRA: PROCESSO HISTÓRICO E NOVAS TENDÊNCIAS PROVOCADAS PELA ABERTURA DA FRONTEIRA	52
4.1	AGRÍCOLA	52
4.2	PROCESSO HISTÓRICO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL	
	AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO ESPAÇO URBANO	58
4.3	PROVOCADAS PELA AGRICULTURA MODERNA	
	AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO ESPAÇO URBANO	63
5	PIAUIENSE PROVOCADAS PELA AGRICULTURA CAPITALISTA	68
5.1	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	68
5.2	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	69
5.3	MÉTODO	70
5.4	TÉCNICAS DA PESQUISA	72
6	AMOSTRAGEM, TABULAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	73
6.1	RESULTADOS E DISCUSSÕES	
	ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS VIÁVEIS À INSTALAÇÃO DO	73
6.2	AGRONEGÓCIO EM REGENERAÇÃO	
	ASPECTOS POLÍTICOS VIÁVEIS À INSTALAÇÃO DO	81
6.3	AGRONEGÓCIO EM REGENERAÇÃO.....	
	ASPECTOS ECONÔMICOS VIÁVEIS À INSTALAÇÃO DO	83

6.4	AGRONEGÓCIO EM REGENERAÇÃO.....	
	O CONSUMO PRODUTIVO E CONSUMPTIVO PARA O	
	AGRONEGÓCIO EM REGENERAÇÃO: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO	
	URBANO: SERVIÇOS E INFRAESTRUTURAS CRIADAS PARA O	86
6.5	AGRONEGÓCIO.....	95
7	TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA URBANA DE REGENERAÇÃO ..	104
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
	REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

O processo de ocupação e organização do território brasileiro, desde o período colonial, foi marcado pela lógica de exploração com vistas a atender às demandas do mercado externo.

Nessa perspectiva, a economia colonial brasileira, se desenvolveu no prisma da lógica do sistema capitalista emergente à época, se consolidando sob os ciclos econômicos que variavam de acordo com a demanda do mercado europeu, com destaque para o açúcar, o ouro, o café, dentre outros produtos de origem tropical. Infere-se que a produção agrícola uniformizava a ocupação territorial e a organização social no país.

O resultado dessa dinâmica foi a consolidação de um desenvolvimento territorial marcado pela concentração fundiária, intensificação das migrações internas, eliminação/resistência das populações tradicionais, exploração intensa dos recursos naturais e, principalmente, pela desigualdade social e econômica entre as populações urbanas e rurais e entre os territórios.

Em razão de sua vocação histórica para a produção de mercadorias de origem primária, o Brasil tem apresentado, em anos recentes, uma rápida expansão da fronteira agrícola visando o desenvolvimento de culturas voltadas para a exportação, como soja, o que tem impulsionado transformações no espaço rural, alterando profundamente as paisagens, as relações de trabalho, o uso da terra e a manutenção dos patrimônios natural e cultural; bem como intensificando a modernização dos espaços marcados pelo chamado “complexo rural” (Graziano da Silva, 1998), consolidando-se nas diversas regiões do país.

A modernização no campo, comandada pelo agronegócio, não afeta apenas o espaço rural, mas também provoca mudanças significativas nas cidades, principalmente nas médias e pequenas que estão próximas às regiões produtoras. Tais áreas urbanas desempenham papel importante na dinâmica agroindustrial, oferecendo suporte logístico, serviços, produtos, infraestruturas, etc, ou seja, organizam seus projetos de desenvolvimento segundo as necessidades de produção e reprodução do agronegócio.

Particularmente no Piauí, a abertura da fronteira agrícola, iniciada a partir dos anos 1990, mostra-se um fenômeno que tem alterado o meio ambiente, o uso da terra, as sociabilidades locais, os modos de vidas rurais, as relações de trabalho e

as geografias agrária/agrícola e urbana dos municípios onde o agronegócio desembarca (Silva, 2016).

Não por acaso, existe um considerável número de trabalhos acadêmicos e científicos discutindo as dinâmicas e os dilemas desse processo de alterações sociais, ambientais, econômicas e culturais desencadeados pelo agronegócio. Como exemplo axiomático desse cenário destaca-se a análise de Façanha e Leal (2009) sobre as transformações socioespaciais em Bom Jesus, Piauí, onde o agronegócio desencadeou fluxos migratórios campo-cidade, aumento da especulação imobiliária, demandas por moradias, alterações na economia local e crescimento da periferia sem um planejamento e ordenamento adequados.

Diante do exposto, elegeu-se Regeneração como objeto desta investigação, em virtude do município se destacar recentemente na produção de soja na região do Médio Parnaíba Piauiense, se inserindo na nova rota de abertura da fronteira agrícola no Piauí. Acrescenta-se que a instalação de empreendimentos do agronegócio granífero no Piauí inicia nas terras do sudoeste do estado, tendo Uruçuí e Santa Filomena como pioneiros nesse processo, seguido posteriormente por outros municípios situados no alto curso do rio Parnaíba, entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Ademais, coube a soja a responsabilidade de comandar a abertura das terras.

Nesse sentido, a presente investigação pretende analisar as transformações urbanas em Regeneração – Piauí, provocadas pela expansão da fronteira agrícola. Com isso, a pesquisa apresenta a seguinte questão norteadora: De que maneira a consolidação do agronegócio em Regeneração tem redefinido a produção e reprodução do espaço urbano?

Para responder o questionamento, defende-se a hipótese de que as transformações no espaço urbano de Regeneração, provocadas pela dinâmica do agronegócio são similares às ocorridas em regiões de ocupação antiga do agronegócio, sendo destacáveis Bom Jesus e Uruçuí no Piauí, por exemplo, e outros municípios brasileiros onde o agronegócio se consolidou.

Essa investigação tem como objetivo geral analisar as transformações urbanas e suas consequências em Regeneração decorrentes da instalação de agronegócio granífero. Assim, serão analisadas as mudanças desencadeadas no período compreendido entre 2010 e 2024 (marcado pelo começo das operações com soja no município), sendo destacável o pioneirismo na produção de eucaliptos em

larga escala e, posteriormente, a substituição dos investimentos do eucalipto para introdução e expansão das áreas de plantios de soja no período referido.

Especificamente, pretende-se: identificar os fatores socioambientais e os aspectos políticos e econômicos benéficos à inserção de Regeneração para o agronegócio granífero; caracterizar as mudanças espaciais urbanas de Regeneração, particularmente as dinâmicas exercidas pelos serviços e infraestrutura criados para atender as demandas do agronegócio; comparar as transformações na estrutura urbana de Regeneração com cidades de ocupação antiga para o agronegócio no Piauí e em outros estados brasileiros.

A originalidade desta investigação se justifica pela necessidade de aprofundar o entendimento sobre a dinâmica da expansão da fronteira agrícola promovida pelo agronegócio no estado do Piauí e as transformações e suas consequências no espaço urbano de cidades médias e pequenas territorializadas pelo agronegócio, como Regeneração.

O encaminhamento metodológico utilizado para desenvolver o estudo foi a revisão bibliográfica em teses, dissertações, livros, periódicos, sobretudo de categorias de análise como fronteira agrícola, agronegócio, produção no espaço urbano, território e relação campo-cidade frente ao agronegócio. Foram coletados dados secundários em sites de órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja) e a Secretaria de Planejamento do Piauí (Seplan-PI). Além disso, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com agentes públicos municipais, com camponeses (moradores locais) remanejados das áreas ocupadas pelos empreendimentos produtivos do agronegócio e com um representante da Empresa Real.

A pesquisa se estrutura em sete capítulos, além desta introdução. O segundo capítulo apresenta um recorte histórico sobre fronteira, frente de expansão e frente pioneira no Brasil; o terceiro capítulo evidencia a expansão moderna da fronteira agrícola no Brasil; o quarto capítulo trata sobre urbanização brasileira como um processo histórico e destaca as novas tendências provocadas pela abertura da fronteira agrícola; o quinto capítulo trata dos procedimentos metodológicos da pesquisa; o sexto capítulo apresenta os resultados e as discussões doravante os dados empíricos; e o sétimo capítulo apresenta as considerações finais do estudo.

2 FRONTEIRA: BREVE DESCRIÇÃO CONCEITUAL E HISTÓRICA

Este capítulo apresenta um recorte conceitual e histórico sobre fronteira, frente de expansão e frente pioneira no Brasil, tendo como embasamento teórico as reflexões de intelectuais renomados sobre a temática como Otávio Guilherme Velho (1972), José Graziano da Silva (1982) e José de Sousa Martins (1996, 2014).

O tratamento desses conceitos se faz necessário para o entendimento da dinâmica da expansão da fronteira agrícola no Brasil, sobretudo refletir como o agronegócio tem ocupado e transformado vastas regiões do país, gerando avanços econômicos, mas também desafios sociais e ambientais, além de interferir, segundo Silva (2016), na tradicionalidade e nas identidades territoriais. Permite, portanto, compreender os impactos positivos e negativos da expansão agrícola, despertando atenções para Regeneração nesse circuito.

O termo fronteira tem sido utilizado para sentidos diversos, desde o conceito mais básico de limite físico entre dois países, como para aspectos simbólicos como fronteira social, fronteira linguística, fronteira epistemológica, entre outros.

O termo teria surgido na França no século XIV, sendo empregado por forças militares como forma de proteger o território real de possíveis invasores, apresentando duas funções: uma espacial e outra de defesa. No decorrer do tempo e das diferentes sociedades, as fronteiras foram incorporando novos significados como religioso, místico, até chegar ao político-administrativo.

Segundo Ferrari (2014), as discussões teóricas e conceituais contemporâneas sobre fronteira tem origem no continente Europeu, sendo usual para distintas interpretações, como a concepção de limite político territorial.

Nos Estados Unidos, por exemplo, fronteira passa a significar a expansão da civilização ou movimento humano em direção a terras livres ou espaços selvagens, sustentando-se na teoria de Frederick Jackson Turner¹, de que fronteira denotaria profundas alterações nos territórios *vis a vis* ao processo de colonização.

A teoria de Turner apresenta relevante influência no pensamento social brasileiro sobre as discussões de fronteira, por possuir conformidades em diversos pontos, como a expansão e ocupação de terras, as políticas de colonização

¹ Para Frederick Jackson Turner, a fronteira americana foi o principal motor do desenvolvimento social do país. Fronteira era um lugar livre, onde a terra era praticamente gratuita para ser tomada; a fronteira não precisava de exércitos, igrejas, aristocratas ou nobres.

arquitetadas pelo Estado para ocupar os chamados vazios demográficos, a busca pela identidade nacional, o mito dos desbravadores, bem como a presença dos povos originários e o papel da aristocracia fundiária.

Já Martins (2014), compreende fronteira como um espaço do encontro de sociedades e culturas diferentes entre si, a fronteira é percebida não apenas na concepção geográfica, mas como a frente de expansão na sociedade nacional sobre os territórios ocupados por povos indígenas, um cenário altamente conflitivo de humanidades.

[...] a fronteira é, sobretudo no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam “do lado de cá”, um cenário de intolerância, ambição e morte. É também, lugar de elaboração de uma residual concepção de esperança, atravessada pelo milenarismo da esperança no advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura. Já no âmbito dos diversos grupos étnicos que estão “do outro lado” e no âmbito das respectivas concepções do espaço e do homem, a fronteira é na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos e por diferentes grupos humanos (Martins, 2014, p.10-11).

Parafraseando Martins (1996, p.26), “a história contemporânea da fronteira no Brasil, é a história das lutas étnicas e sociais, e de destruição, mas também de resistência, de revolta, protesto, sonhos, esperança”. A fronteira é, portanto, vista como um espaço de conflitos, marcada pela disputa por territórios e pelo contato entre diferentes grupos que compartilham um mesmo espaço e tempo, mas com modos de vida distintos.

Em contrapartida, Silva (1982), ao analisar fronteira a percebe de forma oposta à concepção de região marcada por vazios demográficos, entendendo-a como um espaço moldado pela reprodução do capital, e a partir disso, como uma relação social de produção.

Dessa maneira, uma região que não apresentar uma produção agrícola não será concebida como fronteira, ou seja, a fronteira passa a ser definida a partir do que ela produz sob a ótica do capital. Esse processo, segundo Graziano da Silva (1981), resulta em uma modernização dolorosa ligada ao modelo de produção agrícola.

Outro importante estudioso da questão da expansão da fronteira no Brasil é Velho (1972), ao aprofundar a abordagem sobre fronteira, ele a percebe para além do limite geográfico. Trata de espaços de interação, negociação, conflitos entre os diferentes grupos sociais, culturais e econômicos. Espaço dinâmico, onde as

relações de poder são constantemente redefinidas por migrações, colonizações, modelos econômicos, etc.

Com isso, o processo histórico de expansão da fronteira agrícola esteve relacionado diretamente à colonização que ocorreu através das expedições exploratórias que, em geral, estavam ligadas a ciclos econômicos e sempre voltados a atender à demanda de um mercado internacional.

Para Velho (1972), a ocupação do território brasileiro foi submetida pela expansão do espaço produtivo, ocorrendo a integração de novas áreas para atender ao mercado internacional, resultando na expansão das áreas de fronteiras, ou seja, das chamadas zonas pioneiras.

Inicialmente, com o cultivo da cana de açúcar, que ocorria em terras férteis e próximas ao litoral, o que facilitava o escoamento da produção para o mercado europeu. Concomitante ao cultivo da cana de açúcar se desenvolveu a criação de gado, conhecida como frente pastoril. Diferente da agricultura, a pecuária se expandiu para o interior do território brasileiro, já que exigia grandes áreas para a criação extensiva. A interiorização do gado contribuiu para o povoamento de áreas mais distantes do litoral e o estabelecimento de rotas comerciais entre essas regiões.

A partir da segunda metade do século XVII houve o enfraquecimento e decadência da economia açucareira. Em contrapartida, a pecuária extensiva cresce e ganha *status* de atividade de subsistência, penetrando cada vez mais para o interior, obtendo assim autonomia em relação *a plantation* da cana de açúcar. Seu processo de expansão ocorreu de forma lenta. No século XVIII ocupa o sul e o norte do Maranhão e avança para os estados do Tocantins, Ceará e Pernambuco. No século XIX ocupa terras maranhenses e o norte de Goiás. Nesse processo, foram instaladas diversas vilas como forma de territorialização.

Outra frente de expansão destacável consistiu na exploração da borracha amazônica, conhecida como frente de extração livre. A borracha consiste em um látex extraído da seringueira (*Hevea brasiliensis*). Sobre essa fase da economia brasileira, Martins (1996, p. 25-29) ressalta que:

[...] a Amazônia trata da grande fronteira terrestre que foi e continua sendo objeto de diferentes momentos de penetração e que apresenta como uma de suas características a caça e o aprisionamento indígena, como também na busca e coleta das plantas conhecidas como drogas do sertão. Trata da frente extrativista na exploração da borracha, da castanha, diamante e posteriormente minérios de ferro. [...]. Na década de 1920, houve registro de alguma exportação da borracha amazônica, uma entre várias drogas do

sertão. No entanto, é a partir da segunda metade do século que a exportação realmente torna-se preponderante.

Nota-se que a concepção de fronteira na abordagem de Velho se aproxima às interpretações sobre utilidades do território, de apropriação e uso dos recursos naturais, de territorialidades. Consequentemente, a exploração da borracha amazônica orientava-se para atender o mercado consumidor norte-americano, principalmente à crescente demanda da indústria de veículos automotores terrestres. Outrossim, o sistema de exploração da borracha era altamente dependente de mão de obra e da expansão para novas áreas de extração.

A extração da borracha, da castanha (derivada da castanheira ou *Bertholletia excelsa*) de outras drogas e da mineração na Amazônia, tinha como característica a ausência do latifúndio e consequentemente dos grandes proprietários de terras. Na exploração desses produtos destacava-se a figura do comerciante, por possuir o capital para investimentos, controlar os meios de comercialização e fornecer as ferramentas necessárias para a exploração dos produtos, passando a personificar uma relação de domínio e poder nas relações de trabalho.

Por conseguinte, a atuação dos comerciantes foi essencial no ordenamento do território amazônico, na medida em que várias cidades surgiram a partir das atividades do comércio e às margens de rios importantes da Amazônia, como os rios Tocantins, Araguaia e Xingú.

Após a Primeira Guerra Mundial, a produção da borracha amazônica não acompanhou a demanda externa, o que repercutiu na concorrência com outros mercados, sobretudo o sudeste asiático, destacando países como Malásia, Indonésia e Tailândia. Nesse período, houve também a substituição da borracha natural pela sintética. Esse fato gerou uma forte crise na atividade produtiva, encerrando o sonho da Amazônia como nação industrial.

Com a decadência da atividade da borracha, toda a infraestrutura existente na região, foi convertida para a exploração de outros produtos, como a castanha, a pecuária, a agricultura de subsistência e a mineração. Tais atividades se sustentavam na mesma lógica de relações de trabalho da borracha – dominantes e dominados, isto é, a economia primária se desenvolveu mantendo caráter exclusivista, marcada pelas vicissitudes das demandas do mercado, pela formação de uma camada comercial dirigente e o seu papel, bem como o processo de concentração de poder e a marginalidade dos camponeses e extrativistas.

Diante do exposto, infere-se que as origens da expansão da fronteira no Brasil apresentam especificidades, alterando as relações com o território e com os indivíduos, com novos usos da terra, mudanças nas relações de trabalho e consequentemente na apropriação do espaço. O resultado, então, é que o processo de territorialização da fronteira passa a ser moldado de acordo com os interesses do capital.

Ademais, a expansão da fronteira e consequentemente do espaço produtivo com a inclusão de novas áreas sob a lógica das demandas do mercado, foi responsável, entre outras coisas, pela configuração do território brasileiro, sendo que esse processo apresentou características próprias ocasionando a incorporação de novas formas de exploração dos territórios (Silva, 1982), conflitos sociais (Martins, 1996; 2014), subordinação das classes marginalizadas da economia rural (Velho, 1972) e novas relações que se estabeleceram com a terra.

Por fim, Silva (1982, p. 117) esclarece que:

[...] o fechamento de uma fronteira não acontece por uma ocupação no sentido clássico de expansão de áreas cultivadas a partir de regiões mais antigas, e sim quando há disputa pela posse da terra. A propriedade da terra passa a ser regularizada e quando os preços se tornam especulativos orientados pelo mercado imobiliário deixando de ter valor de uso, e passam a ter valor de reserva. [...] a terra perde o seu papel produtivo e assume apenas o de reserva de valor.

Assim, embasado em Silva (1982), entende-se que o fechamento de uma fronteira amplia o patrimonialismo da terra, no modo como a terra é explorada e valorizada com vistas à ampliação do capital. Não trata apenas de uma área para cultivo e produção, mas compreendida como um ativo financeiro, na busca de valorização no mercado.

Diante do exposto, corrobora-se com a análise de Martins, por entender a fronteira como um processo dinâmico de ocupação, exploração e alterações do território. A fronteira agrícola apresenta-se como um território em constante mudança, moldada pela intensidade do uso da terra, provocando modificações profundas nas relações sociais, econômicas e no meio ambiente.

Essa nova realidade, se configura em um campo de disputas entre os grandes proprietários do capital fundiário e financeiro, agricultores familiares, povos originários e outros grupos sociais do espaço rural. À medida que o agronegócio se

consolida, a fronteira se amplia, promovendo mudanças estruturais na economia brasileira, cada vez mais dependente do agronegócio.

2.1 DA FRENTE DE EXPANSÃO À FRENTE PIONEIRA

O movimento de expansão territorial é um dos modos pelos quais se dá o processo de reprodução ampliada do capital, sendo definido por duas concepções principais: frente de expansão e frente pioneira. Como pontua Martins (1996, p.27), “ambas, na verdade, são faces e momentos distintos da mesma expansão”, e não tratam exatamente de conceitos teóricos, mas de designações que descrevem as diferentes modalidades de ocupação do espaço, assim como os modos de vida e as formas de se relacionar no novo território.

Nesse sentido, este tópico, abordará a lógica da fronteira dos territórios no Brasil, comandada por meio das chamadas frente de expansão e frente pioneira.

Destaca-se que existem distintas opiniões sobre frente de expansão e frente pioneira, não se tratando de conceitos fechados em si, “mas designações através dos quais os pesquisadores reconhecem que estão em diferentes modos como os civilizados se expandem territorialmente” (Martins, 1996, p.28).

Antropólogos ao analisarem as dinâmicas da frente de expansão e frente pioneira, com base nas relações econômicas e nas regulações do mercado, decidem aderir ao termo frente de expansão. Já os sociólogos, por exemplo, ao estudarem as alterações econômicas e culturais nos territórios decorrentes da incorporação de novas regiões para a reprodução do capital, assumem a perspectiva da fronteira da civilização.

Na concepção de Velho (1972), a frente de expansão caracteriza uma etapa da ocupação de um espaço, simbolizando uma fronteira em movimento, compreendendo aspectos da economia e práticas sociais que com o tempo configuram as sociedades e suas identidades.

Frente de expansão trata, portanto, de um movimento de ocupação de territórios que provoca alterações econômicas, sociais e culturais, promovendo a conexão entre regiões que antes encontravam-se isoladas.

A ocupação de terras, por meio da frente de expansão, instaura grandes deslocamentos de pessoas, um movimento lento, muitas vezes regulada pela combinação entre os períodos de cultivo ou até mesmo no deslocamento dessas

pessoas para os centros urbanos, alterando também as cidades.

Essa situação na maioria das vezes está relacionada com a chegada dos grandes proprietários de terras, empresas, grileiros e especuladores que acabam expulsando os camponeses de suas terras ou transformando-os em assalariados sazonais.

Martins (1996) acrescenta que a frente de expansão combina conflitos, adaptações e resistências de populações locais. Outro ponto importante é quando descreve a frente de expansão como uma modernização conservadora, marcada pela hibridação de elementos modernos (uso de tecnologia, infraestrutura, mercado globalizado, por exemplo) e tradicionais (uma estrutura social arcaica, com a presença do grande produtor rural, detentor do capital fundiário).

Nota-se que Silva corrobora com as opiniões de Martins e Velho quando enfatiza que a frente de expansão convive e acentua as desigualdades sociais e estruturais no campo, como a concentração fundiária, o êxodo rural e a expulsão do pequeno produtor no campo.

Com relação a frente pioneira, as primeiras discussões ocorreram no ano de 1940, sendo interpretada pela geografia como zona pioneira, valorizando os estudos sobre paisagem. As análises recaiam sobre as transformações sofridas no ambiente natural e nas alterações das paisagens, não aprofundando a compreensão dos conflitos que ocorriam entre os povos originários e os chamados civilizados. A principal preocupação centrava-se no binômio ocupação do território/exploração dos recursos naturais, negligenciando as tensões sociais e culturais que surgiram com a chegada da frente pioneira.

A expansão das fronteiras no Brasil não ocorreu de forma pacífica, houve muitos conflitos sociais, inicialmente com a população originária que foi, na melhor das situações, expulsa de suas terras e encurralada para outras áreas, posto que a regra dominante se orientava para o extermínio e escravização pelos 'desbravadores civilizados'. Os interesses econômicos prevaleciam sobre a justiça social.

A frente pioneira assume relevância com a chamada Marcha para o Oeste, em meados dos anos 1940, amplamente promovida pela intervenção direta do Estado e impulsionada por grandes empresas, facilitando o deslocamento populacional em busca de terras para desenvolver a agricultura moderna.

Segundo Martins (1996, p.44),

A partir de 1943, a frente pioneira que, em outras regiões se movia impulsionada pelos interesses imobiliários do grande capital, das empresas ferroviárias e da agricultura de exportação, como o café, no Sudeste, na Amazônia passa a depender da iniciativa do governo federal. Ela se torna a forma característica de ocupação de novas terras [...] promovendo a aliança entre os grandes proprietários de terra e o grande capital.

Entende-se que a frente pioneira personifica a ocupação de novos territórios, distantes dos centros econômicos, muitas vezes com características de exploração inicial de recursos naturais e de uma estrutura econômica ainda em formação e financiada pelo Estado. Essas características se aproximam das ocupações dos cerrados setentrionais e da Amazônia.

Destarte que a frente pioneira representa a modernidade na ocupação do território, por provocar alterações profundas no espaço agrário, sendo responsável por promover uma integração do Brasil com a economia global.

Sendo assim, no contexto territorial e econômico, é possível identificar algumas diferenças e semelhanças conceituais entre frente pioneira e frente de expansão. Frente pioneira refere-se a fase inicial de exploração e ocupação de terras, com um avanço rápido e organizado, impulsionado pelo Estado, atraindo grandes empresas, enquanto frente de expansão responde por regiões que estão passando por um processo de ampliação de atividades econômicas, urbanização em andamento ou transformações profundas em áreas já urbanizadas, além do aumento da produção agrícola em regiões previamente estabelecidas.

Martins (1996, p.45) infere que na expansão da fronteira brasileira torna-se evidente “o avanço da frente pioneira sobre a frente de expansão e a conflitiva coexistência de ambas é mais do que contraposição de distintas modalidades de ocupação do território”. Conclui que é na fronteira onde se travam conflitos entre grandes proprietários de terras e os despossuídos do capital.

Para Velho (2009), os dois fenômenos podem coexistir numa mesma região, e até mesmo se completarem.

Na fronteira, destaca-se a figura do posseiro ou ocupante, por meio do uso privado de terras devolutas, não se configurando a propriedade da terra, o que não a torna mercadoria. Sua produção é voltada para a subsistência e troca de produtos. Sua forma de contribuição para acumulação capitalista é a oferta de mão de obra em abundância e, conseqüentemente, barata, e na abertura do espaço para posterior ocupação pela fronteira econômica.

Resumidamente, nota-se que as diferentes frentes econômicas tradicionais de abertura da fronteira no Brasil tiveram marcadas pelo caráter colonial de organização em relação à exploração do território, sendo submetidas às lógicas dos mercados, provocando esgotamento dos recursos naturais, alterações nas relações sociais do trabalho e sendo atingidas por crises que agravaram suas continuidades.

A seguir, apresenta-se um resumo das principais características da frente de expansão e frente pioneira, com base em concepções trabalhadas por Martins (1996) e Silva (1982).

Quadro 1 – Principais características da Frente Pioneira e Frente de Expansão

Movimento territorial	Características
Frente Pioneira	➤ Definição inicialmente defendida por geógrafos; ➤ Relacionada a ocupações de áreas remotas e inexploradas – avanços rápidos na ocupação; ➤ Teve destaque no Brasil com a Marcha para o Oeste, com a ocupação dos cerrados – expansão da soja; ➤ Promoveu o surgimento de novas cidades, migrações internas; ➤ Patrocinada por investimentos estatais e de grandes empresas; ➤ Intensificou a integração nacional, especialmente com obras – construção de estradas, ferrovias.
Frente de Expansão	➤ Definição mais comum entre sociólogos, antropólogos; ➤ Ocupação de terras próximas a áreas já ocupadas; ➤ Predomínio no período colonial, principalmente no ciclo da cana de açúcar e pecuária; ➤ Consolidou o fortalecimento da concentração fundiária e as desigualdades sociais.

Fonte: Martins (1996) e Silva (1982). Adaptado pela autora, 2024.

3 EXPANSÃO MODERNA DA FRONTEIRA AGRÍCOLA NO BRASIL

No capítulo anterior, foi apresentado um recorte histórico do processo de ocupação do território brasileiro por meio da abertura das fronteiras, com as frentes de expansão e pioneira. Destacou-se também o papel desempenhado pelos primeiros ciclos econômicos na configuração da fronteira, com a ocupação de áreas para a produção agropecuária, responsável por muitas transformações sofridas no espaço agrário e consequentemente nos centros urbanos.

Neste capítulo, pretende-se discutir, com base nas pesquisas e estudos elaborados por Alves (2006), Bernardes (2009), Elias (2016), Leal (2013), Silva (2006) e outros, sobre a temática da modernização da agricultura e a territorialização da soja no Brasil, enfatizando a região Nordeste e com destaque para o estado do Piauí.

3.1 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL E A TERRITORIALIZAÇÃO DA SOJA

A agricultura moderna tem suas origens da Europa, durante os séculos XVII e XIX, marcando um intenso processo de mudanças tecnológicas, sociais e econômicas, que teve papel fundamental no advento do sistema capitalista (Veiga, 2012).

Com forte disseminação da tecnologia na produção agrícola, a agricultura moderna elevou a produtividade da terra, potencializou o consumo de produtos agrícolas e ampliou os mercados e a renda da terra (Abramovay, 2007).

Tal processo passou a ocorrer de forma mais intensa a partir da segunda metade do século XX. Nesse período, dois conceitos passaram a ter mais destaque: a modernização agrícola e a Revolução Verde, que apesar de compartilharem elementos semelhantes tinham objetivos distintos.

O grande salto para a modernização agrícola ocorreu após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), consolidando-se na década de 1960, período marcado por grandes avanços científicos. Trata-se de um conceito mais amplo que busca transformar a agricultura tradicional em um sistema mais eficiente, produtivo e competitivo, por meio da adoção de novas tecnologias e práticas modernas.

Paralelo a esse movimento de modernização agrícola, desencadeou nos

Estados Unidos um movimento global, na década de 1940, que ficou conhecido como Revolução Verde, que apresentava algumas características similares à modernização agrícola, com o uso de uma série de inovações tecnológicas e científicas na agricultura, visando aumentar a produtividade agrícola para garantir a segurança alimentar, especialmente em países em desenvolvimento.

A diferença entre elas é que a Revolução Verde teve como finalidade o combate à fome e a insegurança alimentar, difundida nos países em desenvolvimento para melhorar as condições alimentares locais. Enquanto a modernização agrícola visava tornar a agricultura mais eficiente, competitiva, e capaz de atender a demanda do mercado externo, integrando a agricultura aos mercados globais.

Como semelhanças, ambas incluíam em suas propostas o uso de tecnologia, mecanização, biotecnologia, novas formas de gestão e ocupação do espaço. Juntas geraram problemas ambientais como degradação do solo, poluição da água, perda da biodiversidade, agravamento das desigualdades sociais (pequenos agricultores não tinham acesso às novas tecnologias), concentração de terras, redução de mão de obra rural, entre outros.

A partir dos anos de 1960, os métodos da Revolução Verde foram amplamente adotados por vários países do sul global. Nesse panorama, o Brasil vivia a época da Ditadura Militar e aderiu ao modelo de produção voltado à modernização agrícola, inicialmente para as regiões Sul e Sudeste.

Outrossim, com a incorporação técnica difundida e ampliada pela modernização, feita principalmente por meio de incentivos governamentais, promoveu a expansão das fronteiras agrícolas para as distintas regiões do país, sobretudo nos cerrados.

Assim, a modernização técnica e a disseminação dos serviços de extensão rural repercutiram no aumento da produtividade do solo, consolidando a implantação de um setor industrial voltado para a produção de equipamentos e insumos para a agricultura, bem como para a pecuária.

Repercutiram também em uma economia em escala marcada pela valorização de novos cultivares, como soja. Ademais, permaneceu no rural brasileiro, velhos interesses da classe agroempresarial, dentre eles destaca-se a lógica da valorização do mercado externo.

A expansão da produção de soja para vastas regiões do território brasileiro, a partir da segunda metade do século XX, confirma o que o país segue sustentando seu desenvolvimento apoiado na produção de mercadorias particularmente agrícolas para atender ao mercado externo [...] atrelados aos desígnios de país exportador de gêneros de alimentação [...] ainda não nos desvencilhamos totalmente desse caminho construído desde a inserção do Brasil no sistema produtor de mercadorias com o advento da colonização portuguesa [...] (Alves, 2006, p.11).

Com isso, ainda na década de 1960, a territorialização do capital no espaço agrário brasileiro com a modernização agrícola foi (e continua sendo) comandada pelos interesses de reprodução do capital em atender a demanda do mercado externo.

Destarte que, a consolidação do caráter agroexportador contribuía na busca de alternativas para o pagamento da dívida externa, dentre elas a ampliação da produção e consequentemente exportação, garantindo o equilíbrio na balança comercial.

A substancial dependência econômica para o setor agrícola tradicional passou a ser visto como responsável pelo tardamento do Brasil no mundo desenvolvido e a sua modernização seria a saída para garantir melhores resultados econômicos. Como afirma Leal (2013, p.23), “a modernização da agricultura foi propalada como saída para os problemas no campo, espaço difundido como arcaico e atrasado, que demandava atividades de alta produtividade”.

Assim, a segunda metade do século XX marca o início de um novo modelo econômico brasileiro, com políticas e programas de incentivo do Governo Federal, fortalecendo o movimento de expansão da fronteira agrícola, ocasião em que foi reconhecida como uma oportunidade de inserir o Brasil no mercado de *commodities* agrícolas, trazendo para o espaço rural o uso de novas tecnologias no sistema de produção e modificando consideravelmente o reordenamento do espaço rural.

Por conseguinte, a expressão *agribusiness* se difunde no mundo e no Brasil, mais precisamente na década de 1980, associado ao termo Complexo Agroindustrial², tendo destaque nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. O agronegócio consolidou-se no espaço rural brasileiro, alcançando bons resultados quanto a rentabilidade e ampliação das áreas de cultivo.

Para Alves, Contini e Hainzelin (2005, p.40), três políticas públicas foram

² Complexo agroindustrial consiste em um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação dos produtos agropecuários e florestais. Trata-se da substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria.

determinantes no processo de modernização da agricultura brasileira: 1) crédito subsidiado, principalmente para a compra de fertilizantes e máquinas; 2) a presença de grandes extensões de terras; e, 3) forte investimento em pesquisa e educação do campo, com a criação de agências de pesquisas importantes como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 1973, e de cursos de pós-graduação. Essa tríade é resumida na Figura 1.

Figura 1 – Tríade da agricultura moderna no Brasil



Fonte: Alves, Contini e Hainzelin (2005).

Faz-se necessário elencar que a expansão da fronteira agrícola no Brasil proporcionou uma nova reestruturação produtiva do espaço rural, porém conservando velhos problemas territoriais, como a concentração fundiária, o enfraquecimento das relações de trabalho, o êxodo rural, a expropriação do pequeno produtor, a seletividade espacial (a modernização agrícola diminui a mão de obra não especializada), a exploração do trabalhador, a especulação fundiária (a terra perde valor de uso e adquire reserva de valor) e a quase ausência de investimentos para o pequeno produtor. Esse modelo orienta o processo de territorialização do capital no Brasil.

Além das consequências negativas no âmbito social e econômico, não se pode esquecer a degradação ambiental nos novos espaços que serão ocupados pela agricultura moderna. Favareto (2019, p.24) os denomina de territórios de sacrifício³, ou seja, “a promessa de compensação socioeconômica pela degradação ambiental”. Importante e necessário indagar: nessas regiões onde o agronegócio se instala, tem promovido essa compensação? Elas se materializam da forma prometida? Em razão da profundidade dessa investigação e do tempo disponível para concluí-la, assinala-

³ Áreas que passam por um processo de expansão da fronteira agrícola, ocupadas pelo agronegócio, nas quais a perda da biodiversidade e a degradação da paisagem seriam supostamente compensadas pela geração de riqueza e pelo progresso econômico.

se que não foi possível examinar, com precisão, o aspecto compensatório da degradação ambiental derivado do agronegócio. Nesse sentido, reconhece-se a necessidade de pesquisas e estudos futuros para elucidar as questões apresentadas.

Em estudos realizados por Favareto (2019), a realidade vivenciada nos cerrados brasileiros é de um modelo totalmente excludente, principalmente no que se refere a exigência de uma mão de obra altamente especializada, o que exclui as populações locais, que geralmente não tem acesso a uma qualificação profissional adequada, perpetuando um modelo de desigualdade social e degradação ambiental.

Tais situações repercutem nas possibilidades de continuidade da pequena produção familiar, cuja expropriação, proletarização e expulsão do campo intensificou processos de êxodos rurais campo-cidade, provocando também profundas alterações sociais e espaciais no urbano.

Essa assertiva é corroborada por Elias (2006, p. 26), quando acrescenta que:

[...] A difusão do agronegócio se dá de forma extremamente excludente, acentuando as históricas desigualdades sociais e territoriais, além de criar novas desigualdades [...] entre elas podemos destacar a concentração da estrutura fundiária a impor uma nova dinâmica ao mercado de terras e a proletarização das relações de trabalho, formando um mercado de trabalho agrícola formal.

Dessa forma, faz-se mister concordar com Oliveira (2003, p.417), quando ressalta que “o capital não transforma de uma só vez todas as formas de produção. O desenvolvimento do capitalismo se faz de forma desigual e contraditória”.

Mesmo assim, durante os governos militares, as políticas agrárias e agrícolas estimularam o aumento da produção agrícola visando as exportações, sobretudo soja, principalmente para a Comunidade Europeia e o Japão.

Destaca-se que a soja se tornou uma das mais importantes *commodities* da economia mundial, sendo empregada para diversos fins (óleo vegetal, ração animal, indústria química e de alimentos, entre outros), se tornando o carro-chefe da economia primária no Brasil (Embrapa Soja, 2022).

Segundo a Associação Brasileira de Produtores de Soja (Aprosoja Brasil, 2024) as origens da soja no Brasil, data dos anos de 1882, na região Nordeste, com cultivos experimentais e para a realização de estudos na Escola de Agronomia da Bahia. Porém, o marco principal foi o ano de 1901, quando iniciam os cultivos na Estação Agropecuária de Campinas e a distribuição de sementes para produtores

paulistas. Em 1914, o grão é oficialmente introduzido no estado do Rio Grande do Sul, por apresentar as melhores condições de clima para o desenvolvimento da sojicultura (<https://aprosojabrasil.com.br/>).

A partir de meados dos anos de 1960 e durante a década de 1970, a soja passa a ser cultivada na região Centro-Oeste, por apresentar vários fatores favoráveis para o seu desenvolvimento, como: criação de cultivares adaptáveis ao clima tropical, adoção das técnicas do plantio direto, migração de muitos agricultores e pecuaristas do sul do Brasil, preço mais barato da terra e a modernização da produção que refletiu no aumento significativo da produção. Além desses fatores, destacaram-se também as diversas ações realizadas pelo Estado, por meio de financiamentos, planos, programas e pesquisas.

Consequentemente, ampliou-se a produção e o processamento da soja, bem como o aumento dos preços no mercado internacional. Diante dessa realidade, a *commodity* se configurou como principal cultivo nos campos brasileiros, surgindo a necessidade de produção em escala, como afirma a Embrapa (2008, p.12).

[...] apesar do significativo crescimento ao longo dos anos 60, foi na década seguinte que a produção de soja mais evoluiu e se consolidou, como a principal cultura do agronegócio nacional, passando de mais de 1.500.000t, em 1970, para mais de 150.000.000t em 1979 [...] no final dos anos 70, mais de 80% da produção brasileira de soja ainda se concentrava nos três estados da região Sul.

De fato, o uso intensivo de tecnologia no desenvolvimento da atividade produtiva trouxe resultados positivos, como afirma Silva (1981, p.24).

As inovações mecânicas, físico-química e biológica, utilizadas de forma coordenada, superam as barreiras naturais e aumentam a velocidade de circulação de capital, redimensionamento e produtividade do trabalho e elevando o rendimento médio. Essa é uma estratégia para aumentar a produção sem expandir a propriedade, "como se o capital fabricasse mais terra".

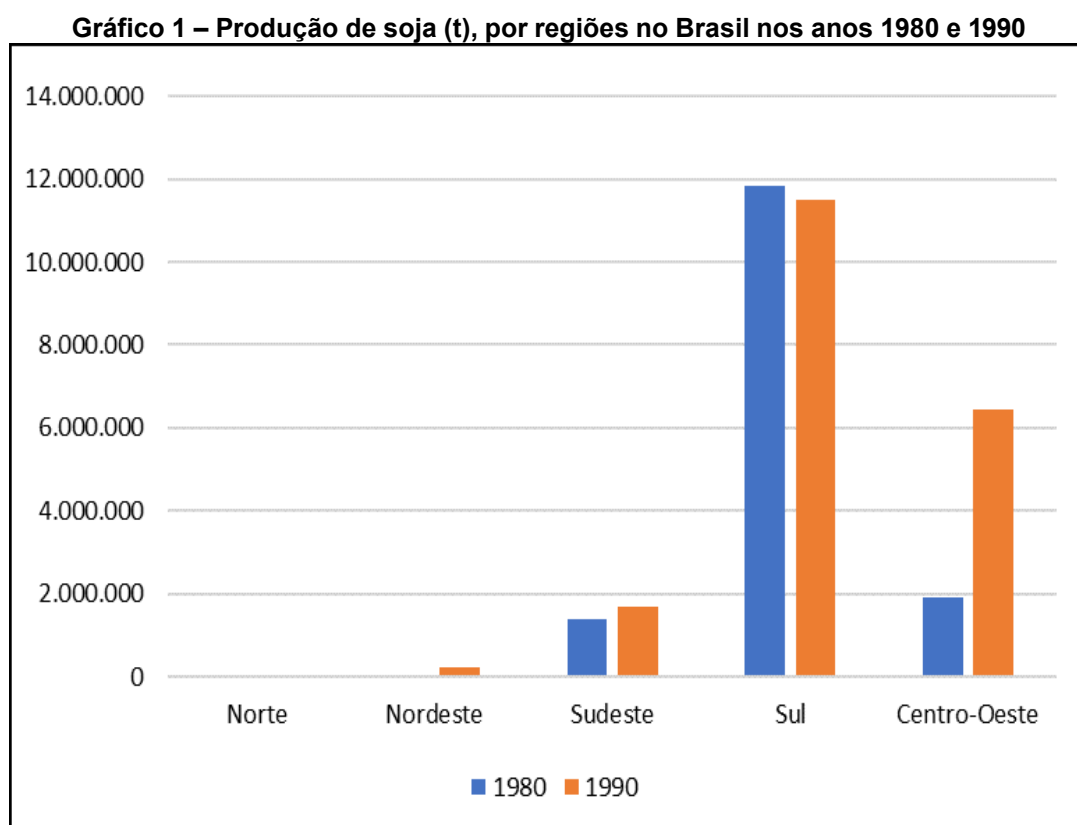
Concordando com a opinião defendida por Silva, Bernardes (1996, p. 336), salienta que,

O avanço da soja no Brasil, em especial o cerrado, foi favorecido pelo investimento do capital no uso da inovação tecnológica e de pesquisas desenvolvidas com garantias a atender a essas particularidades naturais dos cerrados para a produção de soja [...] de modo que o domínio da natureza pelo capital se intensifica através da irrigação, adubação, utilização de máquinas [...] as tecnologias dos cerrados são as melhores do mundo, quando se trata de soja.

Nota-se que o sucesso da expansão da soja no Brasil se deve ao

desenvolvimento de diversas variedades resistentes e adaptáveis ao clima e correções dos solos.

Nas décadas seguintes, 1980 e 1990, o cenário produtivo da soja no Brasil apresenta performance positiva. O gráfico a seguir resume o desempenho da produção de soja nas regiões brasileira no período citado.



Fonte: IBGE (2024).

Embasado no gráfico 1, observa-se que, em 1980, a região Sul liderava em volume de produção de soja, com 11.856.121 toneladas, seguida pelas regiões Centro-Oeste (1.895.961 toneladas), Sudeste (1.397.841 toneladas) e Nordeste, com apenas 2.224 toneladas, produzidas exclusivamente no estado da Bahia. A região Norte não registrava produção de soja no período.

Já em 1990, observa-se um aumento significativo na produção de soja, por região, com exceção da região Sul, que apresentou uma queda de 3% em relação a década anterior. Essa redução pode ser atribuída aos longos períodos de estiagem e à diminuição de créditos agrícolas governamentais. A região Nordeste alcançou 224.592 toneladas de soja (acréscimo de 1.000%) e o Centro-Oeste apresentou um

aumento de 240% na produção, enquanto o Sudeste registrou um crescimento de 21%.

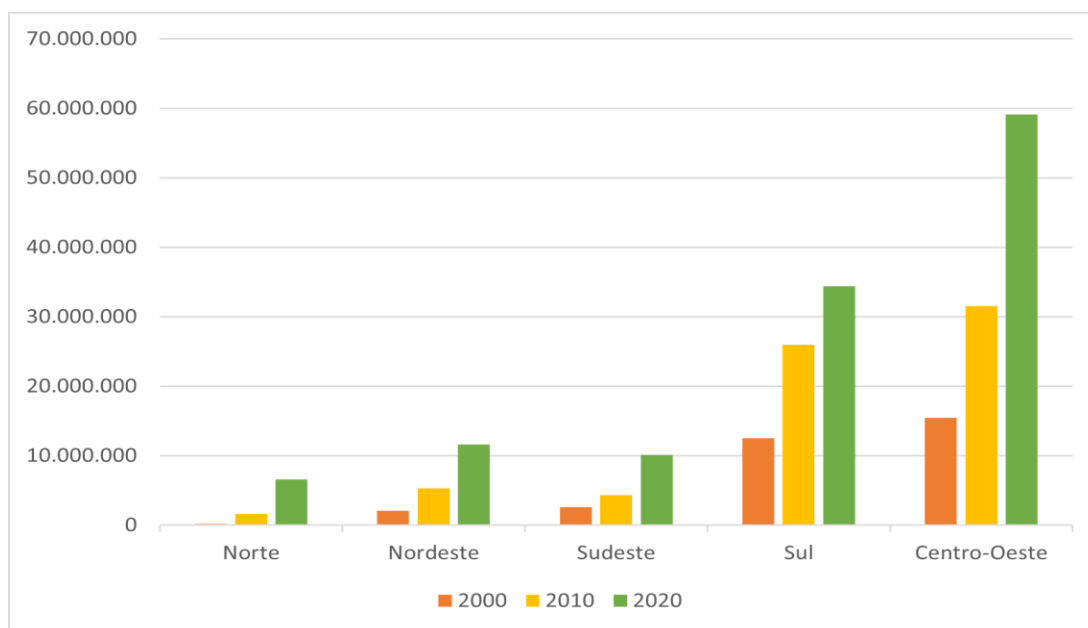
Para Scopel e Peixinho (2009), a expansão dos plantios de soja nos cerrados do Planalto Central se orientou por experiências de áreas anteriormente ocupadas, destacando a mecanização, a correção dos solos, o uso de sementes melhoradas, o controle de pragas e doenças e a profissionalização do produtor rural. Além disso, destacam também os incentivos fiscais e financeiros por parte do Governo Federal com a liberação de créditos as empresas e produtores do agronegócio.

Outro aspecto interessante no gráfico 1, refere-se a região Nordeste, que inicia a produção da soja nos anos de 1990, configurando a inserção dos cerrados nordestinos na rota do agronegócio da sojicultura. Cabe destacar ainda a região Norte, com o estado do Tocantins, demonstrando as primeiras iniciativas para a abertura da fronteira agrícola comandada pela soja. Em 2015, Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia constituíram o território do Matopiba.

Diante desse novo cenário orquestrado pelo agronegócio da soja, Silva (2016, p. 168) enfatiza que:

[...] a marcha do agronegócio sob a ótica da ocupação da fronteira agrícola encerra distintos processos de organização e de desorganização do território, pois revela a complexidade das relações de poder no qual os recursos naturais e culturais são consumidos pelo mercado. Como também, constata-se que o agronegócio se consolida nos cerrados brasileiros, estabelecendo múltiplos contextos, isto é, territorializando, desterritorializando e reterritorializando o espaço.

Em décadas posteriores permanece o crescimento da sojicultura em todas as regiões brasileiras, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Produção de soja (t), por regiões no Brasil, nos anos 2000, 2010 e 2020

Fonte: IBGE (2024)

Nota-se no gráfico 2, que todas as regiões apresentaram aumentos significativos no volume de produção da soja. Percebe-se também a consolidação do Centro-Oeste como maior produtor nacional. Destaca-se ainda o desempenho do Nordeste por superar em 2020 a região Sudeste no volume de produção. Esse cenário permite reafirmar que a expansão da fronteira agrícola em direção aos cerrados nordestinos orienta-se sob a tríade capital/terra/infraestruturas, isto é, o agronegócio se consolida por meio de uma rede de apoio marcada pela oferta de crédito subsidiado, grandes extensões de terras e fortes investimentos em pesquisas. Tais elementos se mostram inerentes para o sucesso do agronegócio no Brasil.

Segundo a Embrapa (2021), atualmente o Brasil lidera o *ranking* dos maiores produtores mundiais de soja, representando 34,5% da totalidade da produção global. Além do Brasil, destacam-se Argentina e Estados Unidos, respondendo por 80% da produção mundial. Ademais, de acordo com a Conab (2024), a estimativa para a safra de soja 2023/2024 no Brasil seja de 147.336,6 mil toneladas, aproximadamente.

Nota-se que a produção de soja no Brasil tem aumentado no decorrer dos anos, impulsionada não apenas pelo acréscimo de área semeada, mas também pela aplicação de técnicas de manejo avançadas que permitem o aumento da produtividade do solo.

3.2 A TERRITORIALIZAÇÃO DA SOJA NO NORTE E NORDESTE: O MATOPIBA

O movimento de abertura de novos espaços agrícolas para reproduzir o capital desembarcou, recentemente, em alguns estados do Nordeste e no Tocantins, passando a integrar os cerrados aos mercados nacional e internacional.

Os cerrados nordestinos e do Tocantins despontam recentemente como uma região de modernização agropecuária, evidenciando mudanças importantes na sua configuração socioespacial. De região de pouca expressão econômica sustentada na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência transforma-se a partir do final da década de 1970, em produtor de mercados agrícolas, destacadamente de grãos [...] o novo rural instaurado nos cerrados nordestinos e do Tocantins destaca-se pelo uso de meios técnicos modernos que auxiliam a produção agrícola, contribuindo para o aumento nos patamares de produtividade [...] (Alves, 2009, p.151).

Portanto, nos cerrados do Matopiba, o movimento imposto pela modernização contemporânea condiciona o espaço rural às novas configurações espaciais, substituindo as antigas formas de uso da terra por outras, sob o rígido controle da agricultura capitalista (Alves, 2009).

Assim, no final dos anos 1980 e toda a década de 1990, o agronegócio granífero, orientado pela modernização, intensifica a entrada de novas terras à sua dinâmica produtiva, expandindo seus domínios para o oeste da Bahia, o sul do Piauí e do Maranhão e o nordeste do Tocantins.

Sobre esse processo de ocupação agroempresarial dos cerrados setentrionais do Brasil, Silva (2016, p.157) infere que:

É nesse contexto que o agronegócio avança nos cerrados do Planalto Central, imprimindo uma nova lógica produtiva assentada na economia em escala. Destarte, após se instalar nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul, na década de 1970, o agronegócio se desloca nas décadas seguintes em direção ao Nordeste/Norte, particularmente para os estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins configurando a região denominada inicialmente por Bernardes (2009) como BAMAPITO.

Por conseguinte, as novas áreas integradas ao agronegócio constituíram uma importante fronteira, intensificando o uso de tecnologias e do capital, passando a atrair produtores sulistas e empresas nacionais e internacionais devido ao baixo custo das terras, aos subsídios estatais, aos solos de qualidade, ao clima favorável, a tecnologia avançada e a capacidade empresarial de alguns empreendedores rurais.

A primeira fase se caracteriza por um movimento de especuladores que se dirigem para novas regiões inseridas no circuito do capital com o intuito de se apropriar privadamente das terras públicas, através da grilagem. Uma vez apropriados alguns deles com posse de grandes extensões preocupam-se em divulga-los através de distintas redes: os governos estaduais e municipais que criam mecanismos de divulgação de suas terras; empresas privadas (conhecidas como colonizadoras) que se especializam na venda de terras na fronteira; ocorre também a divulgação “boca a boca”, na qual os migrantes que se instalam nessas áreas primeiramente tentam convencer seus parentes, amigos, etc. a se deslocarem também para a fronteira [...] finalmente há um fluxo generalizado para a região candidata a inserir-se em outra lógica de produção: empresas produtoras de grãos, de comércio e de serviços variados, grupos familiares individuais ou em parceiros, etc. Essas etapas não são exatamente lineares, por vezes se sobrepõem. Mas, o que caracteriza todo esse movimento é a imposição de grandes transformações no espaço e no cotidiano das pessoas, tanto os que já vivem na região quanto os que chegam. Esses últimos comumente se deslocam para lugares com características diferenciadas de clima, cultura, etc. (Alves, 2005, p.656).

Para Haesbaert (1996, p.367), a ocupação dos cerrados baianos para o agronegócio sustentou-se na organização em redes, nas relações sociais e produtivas, nas dinâmicas e nos dilemas da chegada de migrantes vindos principalmente do sul e sudeste do Brasil. Além disso, destaca o Nordeste como região emergente no mercado globalizado do agronegócio.

Trata do “novo” Nordeste, com uma modernização agrícola de conexões globais, difundida por migrantes sulistas [...] é importante lembrar que toda essa dinâmica envolve a inversão de um processo migratório dominante até os anos 80 [...] agora são os sulistas que numa extensão de uma vasta rede regional construída no interior do Brasil “invadem” o Nordeste. Trata-se de um encontro inédito entre dois extremos da formação social brasileira: o grupo mais influenciado pela cultura europeia, os sulistas descendentes de italianos e alemães, e o mais influenciado pela cultura africana e “cabocla”, os baianos.

Alves (2006, p.154) corrobora com Haesbaert, quando diz que “os fluxos populacionais adquirem uma nova dimensão no contexto atual da região. Isto é, os cerrados nordestinos deixam de ser apenas uma área de repulsão de mão de obra para os grandes centros urbanos do Sudeste brasileiro”. Ou seja, os papéis se invertem e a região Nordeste passa a ser área de atração para produtores agrícolas provenientes especialmente do Sul do Brasil e outros investidores do capital agrário originários de outras regiões e de outros países.

Essa reconfiguração espacial comandada pelo agronegócio é concebida por Elias (2011, p.114) como região produtiva agrícola, por designar:

[...] novos arranjos territoriais produtivos agrícolas, os territórios das redes agroindustriais, ou seja, os territórios produtivos do agronegócio, escolhidos para receber os mais expressivos investimentos produtivos inerentes ao agronegócio globalizado, representando suas áreas mais competitivas. Nelas encontram-se partes dos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação de importantes *commodities* agrícolas, evidenciando a dinâmica territorial do agronegócio.

Outrossim, o processo de territorialização liderado pelo agronegócio granífero prioriza a economia em escala, voltada para atender sobremaneira o mercado global, redefinindo as especificidades dos lugares. Assim, a expansão moderna da fronteira agrícola constitui uma forma particular de apropriação e produção do território, desencadeando relações de poder e determinando práticas espaciais. Esse movimento se processa em um campo de forças que exerce influência marcante no domínio da terra e dos recursos naturais.

Nesse sentido, assinala-se que a alteração da região do Matopiba, em uma área produtiva voltada ao agronegócio, foi oficialmente reconhecida com o Decreto Federal nº 8.447/2015⁴ de 06 de maio de 2015. Antes de sua institucionalização como região para o agronegócio, a área era conhecida em estudos acadêmicos como Bamapito, designação proposta por Bernardes (2009).

O que se observa em estudos acadêmicos realizados particularmente por Bernardes (2009), Elias (2011) e Favareto (2019) é que apesar da introdução de tecnologias e da modernização dos métodos agrícolas, as estruturas tradicionais de produção e relações fundiárias não foram completamente substituídas, perpetuando as desigualdades sociais, a concentração fundiária, os conflitos sociais, entre outros – resquícios de relações anteriores.

Assim, a expansão da agricultura moderna no Bamapito resultou na permanência da concentração fundiária, provocando o aumento da exclusão social, com a expulsão dos camponeses locais de suas terras tradicionais e ameaça à manutenção dos patrimônios natural e cultural. Todavia, o novo padrão agrícola instalado ampliou a produção de soja. A Tabela 1 resume a performance produtiva da soja nos anos 2000, 2010 e 2015 na antiga região Bamapito, atualmente Matopiba.

⁴ Dispõe da elaboração do plano de desenvolvimento agropecuário do Matopiba e a criação de seu comitê gestor, visando a promoção e coordenação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e sustentável.

Tabela 1 – Produção de soja (t) no Bamapito, em 2000, 2010 e 2015.

Estado	2000	2010	2015	2000/2015 %
Bahia	1.508.055	3.112.929	4.507.377	198,89
Maranhão	439.432	1.571.418	2.099.507	377,78
Piauí	100.963	868.493	1.884.819	760,21
Tocantins	125.474	1.125.833	2.093.941	1.568,82
Total	2.173.924	6.678.673	10.585.644	2.905,7

Fonte: IBGE (2025).

Embasado na Tabela 1, percebe-se que a Bahia, dominou o volume absoluto de produção de soja no período analisado. Mas, quando se avalia a variação percentual no período, destaca-se o Tocantins (1.568,82%), seguido do Piauí (760,21%); Maranhão (377,78%) e Bahia (198,98%).

Assim, o significativo desempenho da sojicultura na região do Matopiba apresenta uma forma particular e estrutural no contexto da reprodução socioeconômica, marcada pela hegemonia da produção da riqueza capitalista e da concentração da renda e do poder, cujos imperativos da macropolítica de desenvolvimento tem se mostrado desigual, excludente e segregador, conforme salienta Bernardes (2009, p.19):

A implantação e expansão da agricultura moderna na região Bamapito, se fundamenta numa realidade científica apoiada nas novas tecnologias, indicando novos processos de hierarquização das inversões, de concentração de riqueza, de seletividade espacial, de concentração do desenvolvimento social, acentuando a diferenciação espacial.

O Matopiba tornou-se, portanto, região essencial no mercado brasileiro de produção de *commodities* agrícolas, sobretudo soja. A expansão agrícola nessa região ainda está em pleno desenvolvimento, com muitos municípios começando suas atividades no cultivo da oleaginosa. É notório que esse avanço é impulsionado por fatores estratégicos, como a disponibilidade de terras agricultáveis e baixo custo, abundância hídrica e outras condições naturais e subsídios governamentais. Além disso, a presença de empresas agrícolas já estabelecidas nessa região demonstra o reconhecimento do grande potencial para o agronegócio.

Atualmente, o Matopiba é composto por mais de 337 municípios, distribuídos em 139 no Tocantins; 135 no Maranhão; 33 no Piauí e 30 na Bahia (IBGE, 2021).

Considerada a mais recente fronteira agrícola brasileira, os estados que compõe o Matopiba apresentavam algumas características similares, como a prática da pecuária extensiva combinada à agricultura mercantil simples, ou de subsistência, que passou a ser substituída por uma agricultura mecanizada e irrigada.

Conforme Silva (2016), o Matopiba está inscrito predominantemente no bioma Cerrado (91,5% da área), enquanto fatias menores estão contidas na Amazônia (7,3%) e Caatinga (1,7%).

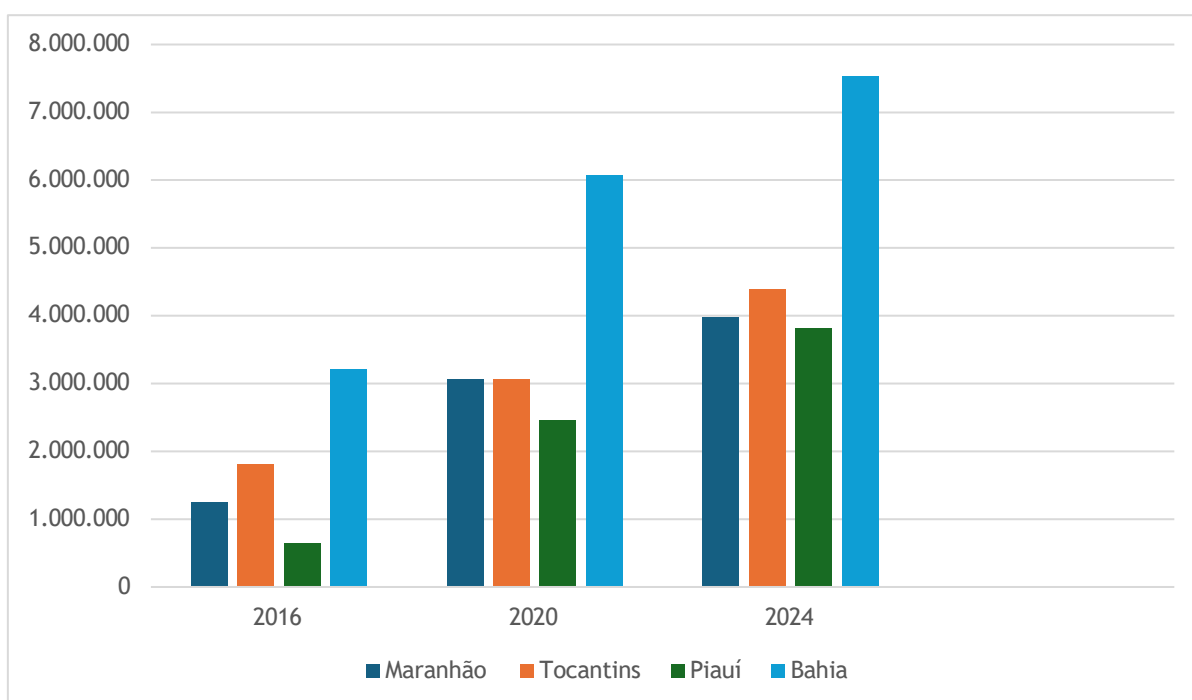
Outros fatores naturais também foram propícios ao desenvolvimento da agricultura moderna como a localização geográfica marcada pelo posicionamento em baixa latitude, associada a baixa altitude. Predomínio do clima tropical semiúmido com temperaturas médias acima dos 18°C. Solos com baixa fertilidade natural, mas facilmente ajustado, vastas superfícies aplainadas adequados à mecanização agrícola, predominando os Latossolos, Plintossolos e Neossolos, associados a Bacia Sedimentar do Parnaíba (Embrapa, 2022).

Para que a dinâmica do agronegócio se desenvolvesse de forma plena, foi implantado, como em outros estados brasileiros, programas de incentivo por parte do poder público e privado, que favorecesse a expansão da agricultura moderna nesses novos espaços.

Por conseguinte, o estado da Bahia se destaca pelo pioneirismo em abrigar empresas do agronegócio no Matopiba, gerando e concentrando a riqueza e transformando as áreas rurais, mas também as urbanas, nestas últimas com a instalação de indústrias e serviços para atender a demanda exigida pelo agronegócio, o que ocorreu posteriormente nos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins.

O gráfico 3 demonstra a evolução na produção de soja no Matopiba, entre os anos de 2016, 2020 e 2024. Registra-se que a proposta de análise da produção de soja a partir de 2016 justifica-se pela ressignificação institucional provocada por meio do Decreto Federal nº 8.447/2015⁵ de 06 de maio de 2015 que redefiniu a área de abrangência do Matopiba.

⁵ Dispõe da elaboração do plano de desenvolvimento agropecuário do Matopiba e a criação de seu comitê gestor, visando a promoção e coordenação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e sustentável.

Gráfico 3 – Produção de soja (t) no Matopiba, nos anos de 2016, 2020 e 2024

Fonte: IBGE (2024).

Segundo os dados da Tabela 1 e do Gráfico 3, compreende-se que o crescimento no volume de produção de soja nos estados que compõem o Matopiba tem se mostrado expressivo ao longo dos períodos analisados. Em 2024, observa-se que estado da Bahia continua sendo o maior produtor, com 7.532.100 toneladas, seguido pelos estados do Tocantins (4.382.793 toneladas), Maranhão (3.978.222 toneladas) e, por último, o Piauí, com 3.811.694 toneladas.

Entretanto, considerando a variação percentual no período, o Piauí se destaca com a maior taxa de crescimento (492%), seguido pelo Maranhão com 220%, Tocantins com 142% e Bahia com 134%.

Especificamente sobre o desempenho piauiense, estima-se que a entrada de novos municípios à rota do movimento de abertura de terras agrícolas para o agronegócio da soja tem repercutido na elevação da produção. Em 2015, a sojicultura piauiense estava sendo desenvolvida em 668.618 hectares, distribuídos em 25 municípios, expandindo-se para 945.551 hectares em 2023, distribuídos em 33 municípios, correspondendo a um aumento de 41,42% de área plantada no período (IBGE, 2023).

Nesse cenário de expansão de área plantada da *commodity* soja nas lavouras piauienses, destaca-se o município de Regeneração, objeto de estudo desta

pesquisa, por ser uma área de ocupação agroempresarial recente.

Ademais, vários aspectos devem ser levados em consideração para a análise dos dados produtivos apresentados anteriormente, como condições naturais favoráveis, investimentos em pesquisa e tecnologia, disponibilidades de grandes extensões de terras, perfil empreendedor dos produtores e principalmente os incentivos por parte do setor público.

Ressalta-se, segundo Favareto (2019, p. 52), que:

[...] o Matopiba conta hoje com uma nova, poderosa e muito ativa elite econômica, parte dela bastante empreendedora, mas que também é verdade que ela só se constituiu enquanto tal, graças a presença do Estado criando condições necessárias para a posterior chegada dos investimentos privados [...].

Sendo assim, entende-se que a territorialização da soja no Brasil foi fortemente impulsionada por uma série de fatores como boas condições naturais, acesso às tecnologias modernas e técnicas de engenharia agrônoma, infraestruturas, incentivos e políticas governamentais que visavam a inserção do país no competitivo mercado internacional de *commodities agrícolas*, objetivando positivar a balança comercial e promover a indústria nacional orientada pelo agronegócio.

A seguir serão discutidos os principais programas de incentivo e políticas públicas para a agricultura empresarial no Brasil.

3.3 INCENTIVOS E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS PARA A AGRICULTURA EMPRESARIAL BRASILEIRA

No Brasil, a modernização da agricultura e a expansão da fronteira agrícola, a partir da década de 1960, exigiu do Governo Federal maior participação no processo por meio dos investimentos públicos. Para tanto, destacaram-se o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), o Fundo de Investimento Setorial (FINOR), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polonordeste), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), o Projeto Sertanejo, o Programa de Irrigação do Nordeste, além de linhas de crédito disponibilizadas pelo Banco do Nordeste.

Sobre esse contexto, Bernardes (1996, p.236) assinala que:

[...] no início dos anos 70, com o objetivo de abastecer os centros urbanos e de incentivar a exportação de produtos não tradicionais, o governo brasileiro colocava em ação programas que se constituíam no sustentáculo do desenvolvimento que se iniciava no Brasil Central, desencadeando uma política que visava o aumento da produção e da produtividade em atividades agropecuárias e que se vinculava ao Programa de Corredores de Exportação.

Particularmente o Polonordeste, o PRODECER, o FINOR e o Fiset, são exemplos de programas e políticas públicas que visaram o desenvolvimento econômico e agropecuário no Brasil, com enfoque para a região Nordeste e no bioma Cerrado.

- O Polonordeste – criado em 1974, tinha como principal objetivo modernizar as atividades agropecuárias em áreas estratégicas do Nordeste, visando desenvolver polos agrícolas e agropecuários;
- O PRODECER – também iniciado em 1974, foi uma parceria entre o Brasil e o Japão, expandido em 1985 e 2001, e buscava direcionar investimentos para a modernização dos cerrados brasileiros, promovendo a agricultura empresarial e o desenvolvimento dessa região;
- O FINOR – administrado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), alocou uma parte significativa de seus recursos para o setor rural, especialmente para o desenvolvimento da pecuária no Nordeste, e teve destaque no Piauí, onde se concentrou na região centro-sul do estado;
- O Fiset – complementava o Finor e destinava recursos prioritariamente para projetos de reflorestamento na região dos cerrados piauienses, operando principalmente por meio do Banco do Brasil e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

Esse amplo apoio do governo ocorreu também por meio das instalações de infraestrutura como estradas, desenvolvimento em pesquisas de melhoramento genético de culturas agrícolas e aumento do crédito, sobretudo para empresas transnacionais.

O estado passou então a atuar buscando o desenvolvimento de uma política agrícola de apoio aos produtores rurais, concedendo-lhes créditos, bem como

melhorando a infraestrutura produtiva, além de criar órgãos de pesquisa e assistência rural.

No âmbito da pesquisa científica, foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), na década de 1970, no governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici, período marcado pela intensificação da agricultura no Brasil e maior abertura do mercado externo. Por isso, a necessidade de criar um departamento responsável em desenvolver pesquisas na área agropecuária, potencializando a modernização da agricultura e a adaptação de práticas agrícolas às condições de clima, relevo e solo das distintas regiões do país, como os cerrados. No ano de 1974, foram criados os primeiros centros nacionais por produtos, com destaque para o trigo, arroz, feijão, gado de corte e seringueira. Todos voltados a atender a vocação econômica de cada região. Atualmente a Embrapa possui 43 unidades de pesquisa distribuídas em todo o território nacional.

Os programas e a Política de Integração Nacional incentivada pelos governos militares proporcionaram a inserção dos cerrados e da região Nordeste no processo de expansão da fronteira agrícola com vistas a atender ao mercado externo, sobretudo ao comércio internacional do Brasil com a Ásia e a Europa (Leal, 2014).

Torna-se evidente, portanto, que a expansão do cultivo da soja no país, passou a ocupar espaços gigantescos, com impacto significativo na economia nacional.

Embora os programas propiciassem o desenvolvimento de uma agricultura moderna e contribuísse para o crescimento econômico regional, os resultados práticos se limitaram a um grupo restrito de grandes proprietários de terras, beneficiando os produtores rurais que já possuíam terras e recursos suficientes para implementar a tecnologia em suas propriedades. A grande maioria como os pequenos proprietários de terra e camponeses, que não tinham alcance a essas tecnologias ou ao crédito agrícola foram excluídos, em muitos casos do acesso à terra e conseqüentemente do processo de modernização no campo.

As conseqüências negativas não se limitaram apenas ao meio rural, se expandindo às cidades, provocando impactos profundos no tecido social urbano, haja vista que muitos camponeses e pequenos produtores foram expropriados de suas terras, resultando em um êxodo campo-cidade, em busca de moradias e emprego, bem como em vários problemas urbanos como o inchaço, o aumento de favelas, o desemprego, aumento da economia informal, das desigualdades e da

exclusão social.

3.4 A TERRITORIALIZAÇÃO DA SOJA NO PIAUÍ

Essa seção abordará a chegada da modernização da agricultura e a territorialização da soja no estado do Piauí.

Desde o período Colonial até meados do século XIX, a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência no Piauí foram as principais atividades da economia do estado. Na segunda metade do século XIX, as influências derivadas da Guerra de Secessão norte americana, propiciaram o cultivo de algodão, alinhado à pecuária e ao extrativismo vegetal da borracha da maniçoba, cera de carnaúba e amêndoa de babaçu.

Assim, a economia do Piauí, em sua maior parte foi baseada em uma agricultura de subsistência aliada a uma pecuária extensiva e a extração vegetal características comuns a maioria dos estados da região Nordeste. E que apresentava um ordenamento espacial dominado pelo latifúndio e consequentemente um contingente populacional excluído.

Com isso, a partir da década de 1970, a camada de médios e grandes proprietários rurais passaram a receber uma considerável parcela de investimentos por parte do Governo Federal, para que pudessem desenvolver a pecuária bovina, com vistas à melhoria da capacidade produtiva, e um volume menor na aplicação de recursos para a área de extrativismo e projetos de reflorestamento.

Os recursos direcionados ao Piauí baseavam-se nos programas de incentivo à modernização agrícola, entre eles o Polonordeste, que beneficiou principalmente aos médio e grande proprietários rurais.

Isso não ocorreu de maneira distinta do restante do Nordeste, o que confirma a intenção do programa de atingir especialmente esse público [...], buscava-se orientar os recursos para aqueles proprietários de estabelecimentos supostamente em condições de se tornarem autossuficientes [...] dessa maneira, as estratégias visavam dirigir recursos para aqueles agricultores aptos a responder mais rapidamente ao propósito definido pelo Estado brasileiro naquele momento, o de aumentar as exportações a partir da produção agropecuária, garantindo o equilíbrio da balança comercial (Alves, 2006, p. 236).

Outro programa fundamental foi o Finor-Agropecuário, que atuou no estado, mais especificamente na região centro-sul, e tinha como objetivo buscar o

melhoramento produtivo das tradicionais fazendas de gado.

Já o Fiset, era destinado a projetos de reflorestamento. Esses programas eram facilitados através de linhas de crédito de bancos oficiais como o Banco do Brasil, “que na década de 1970, no período mais intenso de atuação do Sistema Nacional de Crédito Rural, chegou a ser o maior financiador agrícola do mundo capitalista” (Bernardes, 2013, p. 19).

Na década de 1990, se instala no Piauí a agricultura capitalista, marcada pela modernização tecnológica e pela territorialização do espaço rural, e a difundir práticas de grilagem de terras nos cerrados. Tal prática foi extremamente reproduzida no sul do Piauí, revelando “uma das estratégias das empresas empreendedoras naquele momento em adquirir terras a baixo ou a nenhum custo e utilizá-las para receber os benefícios governamentais” (Alves, 2006, p. 238).

Se comparado a outros estados da região Nordeste, o Piauí teve sua modernização agrícola de forma tardia, entre o final de 1980 e mais intensamente a partir da década de 1990, primeiramente no sudoeste do estado, período de intensificação das ocupações, com destaque para os municípios de Uruçuí e Bom Jesus.

A ocupação dos cerrados piauienses teve início com a mobilidade de agricultores, principalmente os sulistas, atraídos pela possibilidade de adquirir terras a preços inferiores comparados a outras regiões do país, bem como devido as características do solo, condições climáticas favoráveis, índices pluviométricos, entre outros aspectos naturais. Na lógica sulista, as terras seriam suficientes para atender a seus descendentes o acesso à terra, e funcionaria como reserva de valor.

Os primeiros migrantes desembarcaram no Piauí ainda na década de 1980. Todavia, só a partir de meados dos anos de 1990 é que o movimento ganha importância, “mas ainda em menor expressividade do que os deslocamentos para os cerrados baianos e maranhenses” (Alves, 2006, p. 133).

As primeiras iniciativas para atrair sulistas em direção aos cerrados piauienses partiram do próprio governo do estado, que em 1990, enviou seus técnicos e contratou empresas para divulgação, apresentando-a como última fronteira agrícola brasileira (Alves, 2006, p. 138).

Diante desse quadro, a chegada dos migrantes transformou a paisagem dos cerrados piauienses, não somente no campo com o uso intensivo de tecnologia, mas também modificando todo um espaço urbano próximo a essas áreas produtoras em

busca de atender à demanda exigida pelo agronegócio.

Ou seja, o movimento de expansão da fronteira agrícola no Piauí, comandada pela soja, tem configurado uma nova geografia tanto no campo como nas cidades onde o agronegócio se instala (Silva, 2016).

A região sudoeste piauiense foi a pioneira na instalação do agronegócio granífero, formada por 33 municípios (22 municípios se localizam no bioma Cerrado) possuindo uma área consolidada no cultivo da soja, possibilitando ao Piauí ocupar a 3ª (terceira) posição na região Nordeste, atrás dos estados da Bahia e Maranhão, respectivamente. No Brasil, o estado do Piauí ocupou em 2021 a 11ª (décima primeira) colocação na produção de soja.

Portanto, é notório o aumento no volume de produção da soja no Piauí nas três primeiras décadas do século XXI, esse aumento também é observado na área plantada, onde no ano 2000, a área de cultivo de soja no Piauí correspondeu a 62 mil hectares, elevando-se para 383,6 mil hectares em 2010, 834, 8 mil/hectares no ano de 2020 e 945,551 hectares em 2023.

A consolidação da produção granífera, promoveu em cidades como Uruçuí e Bom Jesus a ampliação da oferta de serviços especializados para atender ao agronegócio, consequência de uma diversificação da agroindústria nos cerrados piauienses.

No âmbito dos municípios produtores de soja localizados nos cerrados do sudoeste piauiense, destacam-se Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus, Currais, Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena e Uruçuí. Neles o movimento de desembarque do agronegócio estar consolidado, propiciando relevante performance produtiva de grãos, conforma observa-se na Tabela 2.

Tabela 2 – Produção de soja (t) nos municípios ocupados pelo bioma Cerrado no sudoeste piauiense, em anos recentes

Município	2000	2005	2010	2015	2020	2023
Antônio Almeida	2.212	7.688	8.160	6.468	15.860	30.145
Baixa Grande do Ribeiro	37.748	82.399	201.385	476.015	649.126	939.855
Barreiras do Piauí	1.410	-	-	-	48.798	40.072
Bertolândia	-	-	-	-	-	-
Bom Jesus	3.454	77.446	69.390	155.916	222.817	260.937
Corrente	250	-	3.450	31.378	66.022	61.916
Cristalândia do Piauí	-	-	1.276	1.512	3.528	2.268
Currais	-	28.809	42.328	98.288	137.118	188.748
Floriano	-	-	-	-	-	-
Gilbués	1.920	18.019	32.676	121.872	108.258	129.371
Guadalupe	-	116	-	1.440	-	1.533
Itaueira	-	-	-	-	-	-
Jerumenha	-	-	-	-	-	-
Landri Sales	-	-	15.500	6.750	6.000	7.210
Manoel Emídio	-	2.205	-	-	-	-
Marcos Parente	-	-	-	-	-	-
Monte Alegre do Piauí	2.232	14.009	27.755	56.198	77.025	109.037
Palmeira do Piauí	2.280	10.612	24.818	25.494	33.324	46.255
Ribeiro Gonçalves	4.276	85.860	101.619	244.241	261.371	340.619
Santa Filomena	6.586	31.001	64.054	159.234	219.859	303.620
Sebastião Leal	4.709	30.404	24.168	33.053	84.626	154.123
Uruçuí	32.386	168.528	237.977	302.828	445.991	656.847
Piauí	100.963	559.545	868.493	1.772.722	2.447.620	3.389.142

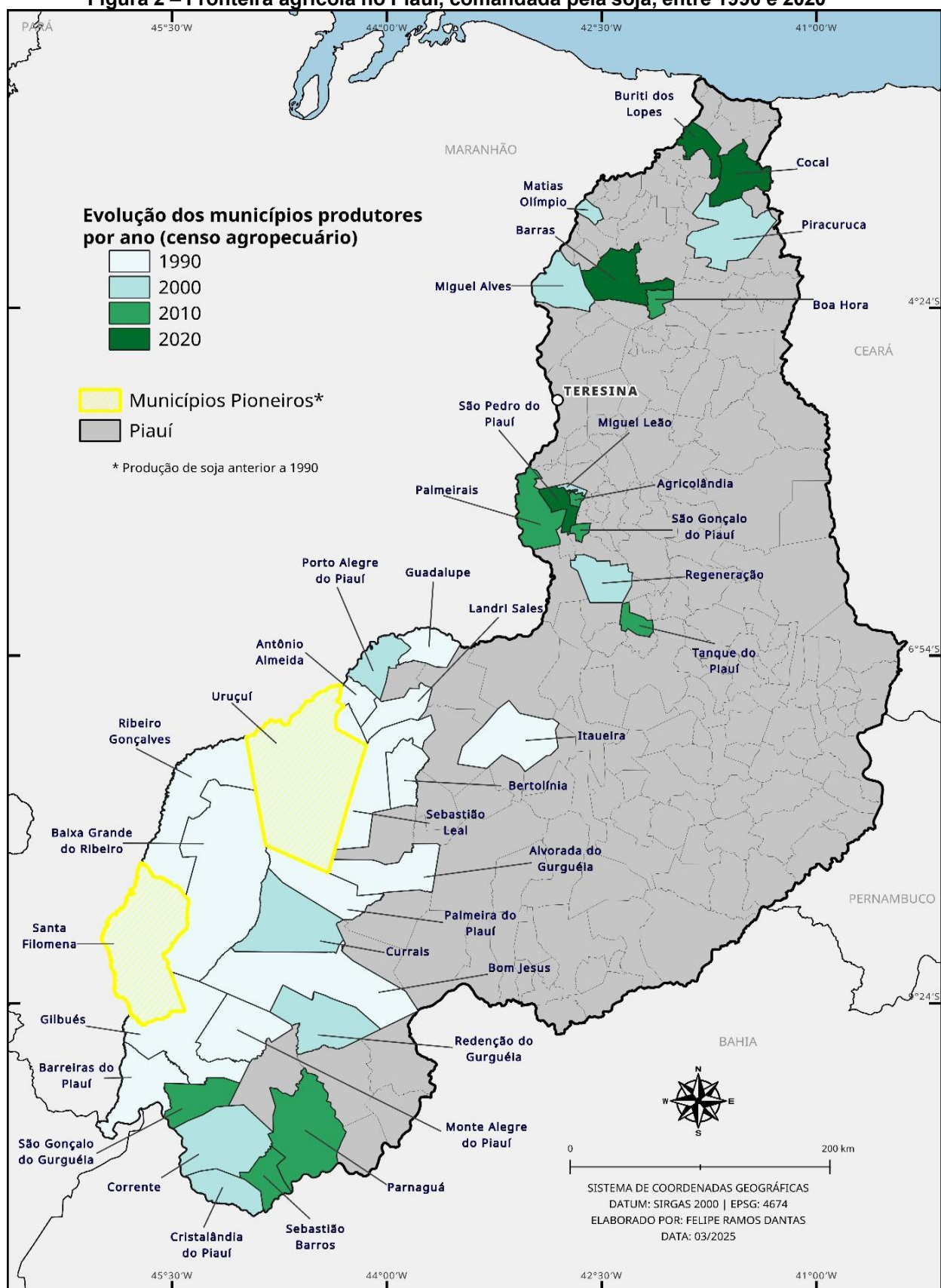
Fonte: IBGE (2025).

De acordo com a Tabela 2, Baixa Grande do Ribeiro apresenta-se como o município de melhor performance no período analisado, com aumento de 2.389,8% na produção da soja, posto que no ano 2000 a produção fixou-se em 37.748 mil toneladas e, em 2023, somou 939.855 mil toneladas da oleaginosa. Comparando com a produção estadual, Baixa Grande do Ribeiro também apresentou performance relevante, respondendo a aproximadamente 27,73% da totalidade da produção do Piauí em 2023. Registra-se que Baixa Grande do Ribeiro possui histórico de ocupação agroempresarial da soja posterior a outros municípios, como Uruçuí e Santa Filomena. Inclusive Uruçuí, ocupará a segunda posição no desempenho produtivo piauiense para o período analisado.

Registra-se também, com base na Tabela 2, que alguns municípios nos cerrados do sudoeste piauiense ainda não se inseriram na rota de expansão da fronteira agrícola da soja, destaque para Bertolândia, Floriano, Itaueira, Jerumenha e

Marcos Parente. Certamente, existem limites desfavoráveis das condições geoambientais, (sobretudo relevo, precipitações e solos), haja vista que o mercado imobiliário de terras no Piauí mostra-se viável para novos empreendimentos. A Figura 2 e o Quadro 2 resumem histórico de expansão da fronteira agrícola no Piauí.

Figura 2 – Fronteira agrícola no Piauí, comandada pela soja, entre 1990 e 2020



Fonte: Dantas (2025), com base IBGE (2020).

**Quadro 2 – Evolução da fronteira agrícola no Piauí,
segundo o pioneirismo da produção da soja**

Período	Município	Mesorregião Geográfica
1989 a 1999	Alvorada do Gurgueia Antonio Almeida Baixa Grande do Ribeiro Barreiras do Piauí Bertolínia Bom Jesus Gilbués Guadalupe Itaueira Landri Sales Monte Alegre do Piauí Palmeira do Piauí Ribeiro Gonçalves Santa Filomena Sebastião Leal Uruçuí	Sudoeste Piauiense
2000 a 2009	Corrente Currais Cristalândia do Piauí Manoel Emídio Miguel Alves Miguel Leão Piracuruca Porto Alegre do Piauí Redenção do Gurgueia Regeneração	Sudoeste Piauiense Centro-Norte Piauiense Norte Piauiense
2010 a 2019	Agricolândia Boa Hora Palmeirais Parnaguá São Gonçalo do Gurgueia São Gonçalo do Piauí Sebastião Barros Tanque do Piauí	Sudoeste Piauiense Centro-Norte Piauiense Norte Piauiense
2020 a 2023	Barras Buriti dos Lopes Cocal São Pedro do Piauí	Centro-Norte Piauiense Norte Piauiense

Fonte: IBGE (2025).

Nota-se, com base na Figura 2 e Quadro 2, que o movimento de expansão da fronteira agrícola no Piauí se consolidou no século XXI. Até o ano de 1999, 16 municípios produziam soja, entre os anos 2000 a 2009 a soja inseriu 12 novos municípios à lógica produtiva, de 2010 a 2019 foram mais oito municípios, totalizando 40 municípios em 2023.

Ademais, entende-se, portanto, que o arranjo produtivo da sojicultura no Piauí estar consolidado, a abertura de novas áreas para a produção demonstra a intensificação do processo. Corroborando com essa assertiva, o IBGE (2023), em levantamento sistemático da produção agrícola, mostra dados da safra de soja no

ano de 2023 no estado com um volume produzido de 3.387.609 mil/toneladas e uma estimativas para 2024 de 3.811.694 mil/toneladas, apresentando variação positiva de 12,5% em relação à safra anterior.

Registra-se ainda que o agronegócio da soja tem expandido seus domínios para além da Mesorregião Sudoeste Piauiense, destacando as mesorregiões Norte Piauiense e Centro-Norte Piauiense com a entrada de novos municípios a partir dos anos 2000, a exemplo de Regeneração, em 2009.

Sendo assim, infere-se que o sudoeste do Piauí foi o pioneiro em abrigar empresas do agronegócio, que a soja se tornou o carro-chefe do movimento da abertura da fronteira agrícola, e que fora dessa região, outros municípios passaram a se destacar tanto em aspectos positivos como em dilemas que atingem as populações e os espaços rural e urbano, como exemplo axiomático da análise dessa pesquisa tem-se Regeneração.

4 URBANIZAÇÃO BRASILEIRA: PROCESSO HISTÓRICO E NOVAS TENDÊNCIAS PROVOCADAS PELA ABERTURA DA FRONTEIRA AGRÍCOLA

Este capítulo se divide em três partes. A primeira discorre sobre o processo de urbanização no Brasil, com uma contextualização histórica. A segunda versa sobre as transformações do espaço urbano brasileiro provocadas pela expansão da agricultura moderna, e a terceira retrata as transformações do espaço urbano piauiense provocadas pela difusão e consolidação da agricultura moderna em cidades pequenas.

4.1 PROCESSO HISTÓRICO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL

A urbanização trata de um fenômeno diretamente relacionado ao crescimento populacional. Ela envolve tanto um aumento no número de habitantes nas cidades quanto a expansão do espaço territorial urbano, resultando em transformações significativas na estrutura e dinâmica das áreas urbanas.

As origens da urbanização no Brasil, tem seu desenvolvimento baseado em uma economia colonial e essencialmente agrícola. Isso resultou na localização dos primeiros núcleos urbanos em zonas portuárias, apoiando as atividades do capitalismo comercial da época.

O processo de urbanização no Brasil durante o período colonial, foi muito ligado as demandas externas e as cidades eram sempre próximas ao litoral com funções administrativas e burocráticas para atender o escoamento da produção agrícola e para atender a metrópole (Santos, 1993, p. 19).

Essas primeiras cidades, representaram um prolongamento do mundo rural, onde a ausência de uma burguesia urbana abriu espaço ao poder das oligarquias agrárias. Paulino e Santos (1982, p.171) afirmam que “a urbanização brasileira se desenvolveu desde os primórdios, dentro da lógica colonial periférica, submetida a uma economia essencialmente agrária”. E comandada pela concentração de terras, mantendo as relações de poder já existentes no meio rural.

Como o processo de urbanização se desenvolveu totalmente vinculada ao comércio externo, esse modelo prejudicou a expansão de um mercado interno, reduzindo as possibilidades de maior interação entre os núcleos urbanos, pois a ligação que existia era diretamente com a metrópole. A grande dimensão territorial

também limitava essa relação, bem como a ausência de um mercado consumidor, haja vista, que boa parte da população era composta por escravos ou trabalhadores livres de baixo poder aquisitivo.

As cidades eram subordinadas a uma economia natural, as relações entre lugares eram fracas, inconstantes, num país com tão grandes dimensões territoriais. Mesmo assim, a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram a base de um povoamento e uma criação de riquezas redundando na ampliação da vida de relações e no surgimento das cidades no litoral e no interior (Santos, 1993, p. 20).

Corroborando, Paulino e Santos (1982, p. 173) esclarecem que:

[...] esse rígido controle sobre o território, controlado por uma pequena parcela da população gerou um modelo de urbanização baseado na economia de arquipélagos, marcada pela ausência de uma rede urbana interna, mas com conexão individual direta com a Europa.

É importante destacar que muitos núcleos urbanos no Brasil surgiram impulsionados e moldados pela economia exportadora, ou seja, pela demanda de determinado produto da agropecuária ou do extrativismo. Essa situação levava a ocupação de novas áreas. Os ciclos econômicos eram responsáveis em provocar rapidamente a ocupação de um espaço proporcionando um desenvolvimento acelerado com infraestrutura como estradas, a difusão do comércio, a construção de vilas e até mesmo formação de pequenas cidades.

As crises cíclicas nas quais a economia primária sofreu repercutiam em estagnação e até mesmo abandono dos núcleos urbanos. Essa dinâmica evidencia como o modelo de desenvolvimento brasileiro à época muitas vezes foi orientado por flutuações do mercado externo, interferindo na urbanização, conforme analisam Paulino e Santos (1982, p.174):

Por esta razão, até o final do século XVIII não houve infraestrutura urbana no Brasil digna de nota. As vias, o abastecimento de água e escoamento de esgotos eram precários não havendo preocupação com os espaços educacionais, culturais e de lazer.

A chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, em 1808, foi que permitiu o desenvolvimento urbano do país, em particular as cidades que passaram a ter destaque no cenário político e social. Como visto anteriormente, a aristocracia era composta pelos grandes proprietários de terras e sua vida era voltada para o campo, se tornando ausente das grandes questões urbanas.

A transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro trouxe um grande fluxo de pessoas e recursos para as cidades, consolidando uma dinâmica urbana. Além disso a abertura dos portos gerou impactos significativos como a ampliação do comércio, melhor infraestrutura dos transportes (marítimo, fluvial e ferroviário) e crescimento de novas atividades econômicas.

Todas essas alterações transformaram as cidades em centros de poder, comércio e cultura, mas também um espaço de residência que consolidou uma classe urbana mais influente.

Até meados do século XX a sociedade brasileira era marcada como tipicamente rural, com o número de habitantes vivendo no campo superior à população urbana, como demonstra a Tabela 3.

Tabela 3 – População urbana brasileira no final do século XIX e meados do século XX

Ano	Nº de habitantes no Brasil	População urbana (%)
1872	10.112.061	6,9
1890	14.333.915	6,8
1900	18.200.000	9,4
1920	27.500.000	10,7
1940	41.252.944	31,24
1950	51.941.767	36,16

Fonte: Adaptado de Santos (1993).

A tabela acima reflete um ponto importante na evolução da população brasileira no período de 1872 a 1950, marcando o início da transição de uma sociedade predominantemente rural para uma mais urbana. A população urbana aumentou de 6,9%, em 1872, para 36,16%, no ano de 1950, um crescimento significativo que pode ser diretamente associado ao início do processo de industrialização no Brasil, especialmente no século XX.

A urbanização e a industrialização no Brasil estão diretamente associadas. Essa relação mostra a transformação de uma nação essencialmente agrária e colonial para uma sociedade moderna marcada pelo crescimento urbano e desenvolvimento industrial. Ambos se consolidando no século XX, com importantes mudanças na economia e na estrutura das cidades.

Entre 1960 e 1990, o Brasil vivenciou um processo de urbanização acelerada, impulsionada pela industrialização, pela migração rural-urbana e pela expansão das grandes cidades. A tabela 4 ilustra essa transição demográfica significativa, com a população urbana crescendo rapidamente e superando a população rural, um reflexo das profundas transformações econômicas, sociais e políticas que marcaram esse

período.

Tabela 4 – Índice de urbanização no Brasil entre os anos de 1960 a 1990

Ano	População urbana (mil habitantes)	Índice de urbanização (%)
1960	31.956	45,52
1970	52.905	56,80
1980	82.013	68,86
1990	115.700	77,13

Fonte: Santos, (1993)

De acordo com a Tabela 4, nota-se o crescimento populacional urbano excepcional potencializado pela industrialização acelerada, a partir dos anos de 1960. Os anos 1970 registram o momento em que a população urbana ultrapassa numericamente a população rural, representando 56,8% do total da população nacional. Entre as décadas de 1960 e 1990 as cidades brasileiras apresentaram uma variação positiva no índice de urbanização de 31,61%, confirmando, portanto, a preponderância de um modelo de sociedade marcada por padrões e estilos de vida urbanos.

A industrialização no Brasil tem sua primeira fase no início do século XX, impulsionada pela crise do café e pelas restrições impostas durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando a escassez de produtos importados repercutiu no desenvolvimento das indústrias locais.

Nesse período, São Paulo se destacou como eminente centro industrial, por ter como principal investidor o capital acumulado pela cultura cafeeira. As primeiras indústrias foram voltadas para a produção de alimentos, roupas e calçados.

A década de 1930, no Brasil, é marcada pelo fim da hegemonia agrária exportadora, (pós-crise de 1929), e a estrutura produtiva do ambiente urbano passa a ter uma força maior, estimulando processos de urbanização pelo território brasileiro. É nessa década que o estado investe de fato nas cidades brasileiras como obras de infraestruturas e melhores condições para o desenvolvimento industrial. Assim, o avanço da urbanização brasileira é marcado pela busca do fortalecimento da economia interna [...] (Teixeira e Ribeiro, 2016, p. 03).

De encontro com a opinião de Teixeira e Ribeiro tem-se a análise de Silva (2010, p.75) quando assinala que:

A partir do período de 1930, com o início da transição do Brasil de um país agrário-exportador para um país urbano industrial, com a implantação das indústrias de base, sobretudo estatais, as cidades passam a ser produzidas segundo essa nova lógica, ou seja, com uma dinamicidade muito maior, com uma complexidade na divisão social e territorial do trabalho muito mais

intensa aumentando os fluxos internamente e externamente por todo o Brasil, sendo início da constituição da rede urbana brasileira, paralelamente ao primeiro momento de efetiva gestão do território nacional.

Percebe-se, então, que a urbanização brasileira foi impulsionada por vários fatores e fenômenos específicos como a industrialização, a modernização do campo, as políticas de desenvolvimento urbano, entre outros.

No mandato do presidente Juscelino Kubitschek (1956 a 1961) e posteriormente dos governos militares (1964 a 1985), a industrialização foi acelerada, sustentada por capitais nacional e estrangeiro, cuja política desenvolvimentista privilegiou a expansão da infraestrutura por meio de investimentos em obras de alto impacto, como a ampliação da malha viária, a construção de hidrelétricas, pontes, portos, aeroportos, entre outros. Importante citar os grandes conglomerados industriais, com a entrada de multinacionais e o estímulo à produção de bens de capital e a indústria de base.

Os incentivos e estímulos estatais à industrialização denotaram bons saldos no Produto Interno Bruto (PIB). Em 1968, por exemplo, a taxa de crescimento do PIB fixou-se em 9,8%, cinco anos mais tarde a economia apresentaria valores ainda mais robustos, cujo índice somaria 14% em 1973 (Giambiagi, 2008). Essa fase da economia brasileira ficou popularmente conhecida como milagre brasileiro, em razão do rápido e substancial crescimento da economia em um período curto.

Apesar do crescimento industrial e da expansão do mercado consumidor nacional, as empresas estrangeiras desembarcaram no Brasil atraídas principalmente por terras urbanas a preços baixos, oferta de mão de obra barata e fragilidade das representações sindicais. Consequentemente desencadeou a concentração de riqueza e do poder econômico a um pequeno grupo de empresas nacionais e estrangeiras.

Na década de 1980, o ritmo do crescimento industrial foi reduzido por questões internas e externas. Assim, os anos 1980 simbolizaram a chamada década perdida, prejudicada pelas crises internacionais do petróleo que atingiu a economia mundial, e particularmente o Brasil, interferiu na diminuição da concessão de empréstimos bancários, redução dos postos de trabalho, grande endividamento do Estado aos credores externos, altas taxas de inflações, arrocho salarial, entre outros. Com isso, ampliaram-se os problemas sociais e ambientais nas cidades derivados de uma urbanização desorganizada e contraditória.

A criação do Plano Real, nos anos 1990, permitiu uma estabilização da economia, com controle da inflação; as cidades grandes e/ou regiões metropolitanas receberam maiores investimentos em infraestrutura, promovendo a ampliação nos serviços. Intensifica-se o fluxo migratório campo-cidade em razão da consolidação do processo de modernização no campo. Assim, a população urbana que na década de 1980 era de 82 milhões de pessoas, em 1990 chega a um total de 110.876 milhões de pessoas residindo nas cidades (IBGE, 2022).

Nos anos 2000, cresce o emprego formal nos centros urbanos, aumentando a mobilidade social campo-cidade, estimulando a criação de programas e políticas públicas voltadas à habitação, sobretudo para a população de baixa renda, mas que não se mostraram suficientes para atender a demanda existente.

Atualmente, o Brasil se caracteriza como um país majoritariamente urbano. De acordo com o IBGE (2022), 84,72% da população brasileira residem em áreas urbanas, enquanto 15,28% vivem em áreas rurais. Essa urbanização é um reflexo de diversos fatores históricos, econômicos e sociais que impulsionaram a migração da população rural para as cidades, em busca de melhores condições de vida, oportunidade de trabalho e acesso a serviços essenciais como saúde e educação.

O estudo de Villaça (1999) sobre o processo histórico de planejamento urbano brasileiro destaca cinco fases da urbanização no país. A primeira fase, ficou conhecida como Planos de Embelezamento, compreendeu o período de 1875-1930, e teve forte influência do planejamento arquitetônico europeu, pois implicava em ruas largas e as populações pobres foram deslocadas para áreas mais distantes do centro. Esse período também ficou conhecido como política do “higienismo” cujo objetivo era acabar com os cortiços.

A segunda fase, abrangeu o período de 1930 a 1965 e marcou o Plano Conjunto. A cidade passa a ser vista de forma mais ampla, com legislação sobre uso e ocupação do solo e a integração dos bairros periféricos com o centro por meio dos sistemas de transportes. Surge o chamado “caos urbano”, devido ao crescimento desordenado, despontando para a criação de uma legislação urbanística de habitação e ordenamento territorial.

A terceira fase compreendeu o período de 1965-1971 e ficou conhecida pela introdução do Plano de Desenvolvimento Integrado, que visava a incorporação do território às ações de caráter econômico e social. Tratava de documentos complexos e as questões sociais estavam distantes dos interesses da classe dominante, o que

dificultou o processo de aprovação do Plano.

A quarta fase se estendeu entre 1971-1992, e ficou conhecida como Planos sem Mapas, por renunciar a diagnósticos técnicos muito extensos e até mesmo de mapas. Apresentam apenas diretrizes e objetivos gerais ocultando conflitos de interesses em relação ao espaço urbano.

A quinta e última fase compreendeu o período de 1992 a 2001. Tem como referência A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade, o processo de planejamento urbano deixa de ser tratado como “neutro” e passa a ser visto como um processo político e de participação social. O Plano Diretor representa o principal instrumento de implantação da política de desenvolvimento e expansão urbana municipal, e o Estatuto da Cidade estabelece o direito à cidade sustentável, definindo princípios e diretrizes que devem ser adotados nos planos diretores, obrigatórios para cidades com mais de 20.000 habitantes.

Com as novas legislações estabeleceu-se uma nova fase no planejamento urbano brasileiro com o objetivo de construir territórios que promovam a justiça social com a participação popular, o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente.

Diante dessa perspectiva, constata-se que o planejamento urbano no Brasil é reflexo de um modelo de política agrário/agrícola excludente e conservadora, a relação entre o capital, o território e Estado moldam a cidade.

4.2 AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO URBANO PROVOCADAS PELA AGRICULTURA MODERNA

Antes de discutir as transformações do espaço derivadas pela intensificação da expansão da fronteira agrícola, convém analisar a natureza da produção do espaço urbano. Nesse sentido, entende-se que o espaço urbano como o local de reprodução da sociedade, constituindo um ambiente construído e organizado que abrange residências, edifícios, praças, parques de lazer, indústrias, comércios, sistema de transporte, entre outros elementos essenciais à vida urbana.

Além disso, o espaço urbano se configura como um espaço de intensa interação social, econômica, política e cultural, com destaque para o fluxo constante de pessoas, informações, bens e serviços, que definem e dinamizam a vida nas cidades.

A produção e reprodução do espaço urbano é dinâmica e complexa, exigindo planejamento e gestão para que possa garantir qualidade de vida, acessibilidade e sustentabilidade para quem ali reside.

Para Corrêa (1989, p.07), “o espaço urbano é fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas, local onde a sociedade em uma das suas dimensões se materializa nas formas espaciais”.

Já para Carlos (2023, p.57),

[...] o espaço passa a ser fundamental para a reprodução de determinado modo de produção, revelando a ideia de que num determinado momento da história, o processo de reprodução da sociedade, sob o comando do capital, realiza-se na produção do espaço [...] o espaço vai aparecer como condição para a reprodução ampliada do capital, assegurada pelo Estado.

É a partir dessas ações de produção e reprodução do espaço que a cidade vivencia a atuação dos agentes sociais, cujas ações concretas constroem e reconstróem o ambiente urbano. Esses agentes incluem os intermediários imobiliários, os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

A cidade representa o palco dos processos sociais, resultado de ações acumuladas ao longo do tempo, geradas por agentes que tanto produzem quanto consomem o espaço. A cidade se releva um produto social em constante transformação.

Por conseguinte, com a expansão da fronteira agrícola, acompanhada da territorialização do capital, principalmente nas últimas décadas, tem reorganizado o território, alterando o espaço agrícola e fazendo surgir um novo sistema urbano.

As mudanças decorrentes da modernização agrícola têm ocasionado uma urbanização em curso. As cidades foram se redefinido e se reorganizando para atender a essa nova demanda, resultando em novas formas espaciais e funcionais como: a instalação de empresas comerciais (revendedoras de máquinas e equipamentos agrícolas, postos de combustíveis, entre outros), expansão dos serviços de assessoria contábil e jurídica, consultorias voltados para atender ao consumo produtivo do agronegócio que juntos provocam uma dinamização na economia local, criando um ambiente mais diversificado e robusto.

É na fronteira agrícola brasileira que a nova urbanização se submete aos anseios das atividades agrícolas e a elas se subordina, isto é, organiza sua vida econômica e social ao ritmo e às necessidades da produção da

agricultura modernizada, especialmente de produtos voltados para o mercado consumidor externo (Alves, 2015, p. 228).

É o agronegócio apresentando-se como um dos principais vetores da reorganização do território brasileiro, promovendo todo um processo de modernização do campo à (re)estruturação de muitas cidades locais, como também na formação de novos centros urbanos para atender a toda dinâmica produzida pelos agentes do setor.

As mudanças que são provocadas pelo agronegócio no território brasileiro não ficam restritos ao campo, mas engloba também em sua grande maioria cidades locais. Essas cidades antes eram definidas por Santos (1993) como cidade do campo, porém desde o final da década de 1990, foi substituída por cidade do agronegócio.

Na definição de cidade de agronegócio, é necessário observar algumas características definidas por estudos elaborados por Elias (2022), entre eles, destacam-se:

- Trata-se de um espaço urbano não metropolitano;
- É resultado de novas formas de uso e ocupação do território brasileiro, associado ao agronegócio;
- São especializadas devido às múltiplas demandas impostas pelos agentes do agronegócio;
- Exercem centralidade urbana nas Região Produtora do Agronegócio - RPA⁶;
- Nelas localizam-se as indústrias voltadas a atividade produtiva (soja, milho, frutas tropicais, etc);
- Abrigam trabalhadores agrícolas não rurais, especialistas e funcionários da agroindústria, entre outras.

Segundo Alves (2006, p. 210), as cidades da fronteira agrícola:

[...] são aquelas que se especializam em serviços para atender as atividades produtivas no campo: lojas de maquinários, de sementes, de defensivos agrícolas; escritórios de prestação de serviços agropecuários, etc. A

⁶ Trata-se de um território cuja produção agrícola em larga escala está voltada para o mercado global, domina a economia e transforma o espaço geográfico. Exerce influência marcante sobre o uso e ocupação do solo, concentrando áreas de monoculturas, alto nível de mecanização e dependência de insumos (Elias, 2022).

paisagem no entorno denuncia a interferência da agricultura na dinâmica urbana local, com a presença de grandes silos, armazéns, fluxo constante de caminhões, entre outros [...].

Importante observar que as cidades do agronegócio estão localizadas em sua maioria em regiões periféricas do país, se tornam apenas um lugar do fazer⁷, focadas na produção, enquanto o poder decisório e de controle de capitais encontra-se concentrado nas grandes metrópoles, consequência de o agronegócio brasileiro ser voltado para o mercado externo e controlado por grandes corporações globais.

Dessa forma, Elias (2022, p.148) afirma que:

Os capitais do agronegócio têm cada vez mais domínio sobre as terras, a tecnologia, a logística, os trabalhadores e naturalmente as esferas locais de poder das cidades do agronegócio, assim como a grande ingerência sobre a produção do espaço urbano, além de agrícola e regional.

Outra importante contribuição é a apresentada por Favareto (2019, p. 44) ao destacar que “os centros urbanos passam a funcionar como local de disponibilidades de serviços, além de outras estruturas e amenidades que não tornam obrigatória a migração de representantes dos setores intermediários e da elite local”.

Para Elias (2022), os estudos sobre as cidades do agronegócio devem ser organizados a partir de diversos eixos, como reestruturação produtiva da agropecuária, consumo produtivo, composição do setor industrial, dinâmica populacional, dinâmica do mercado de trabalho, reestruturação da cidade, desigualdades socioespaciais na escala intraurbana. Esses eixos são indissociáveis, porém sua subdivisão facilita o desenvolvimento das pesquisas.

Diante do exposto, compreende-se que a cidade do agronegócio tem sua economia e estrutura urbana profundamente moldadas pela dinâmica da agricultura moderna, influenciando não apenas a economia local, mas também a organização do território, as relações sociais do trabalho, a reorganização produtiva da terra, bem com as infraestruturas públicas e privadas direcionadas para atender o agronegócio.

Por outro lado, nota-se concordâncias nas opiniões de Elias, Alves e Favareto de que o fenômeno da expansão da fronteira agrícola gera riquezas às cidades onde o agronegócio se instala, mas conservando as desigualdades sociais.

De modo geral, a urbanização derivada do agronegócio tem incrementado o

⁷ Definição trabalhada Santos (1993), em que a cidade é voltada para a produção, para o trabalho e para o desenvolvimento econômico da região. Para o autor normalmente esse modelo amplia as desigualdades sociais contribuindo para a segregação urbana.

PIB dos municípios, impactados pelo Valor Agregado da Produção Agropecuária das *commodities* agrícolas. Assim, segundo Brasil (2024), o PIB agropecuário do Brasil em 2023 somou R\$ 2,5 trilhões, respondendo por, aproximadamente, 24% da totalidade do PIB nacional.

Ainda segundo Brasil (2024), as cidades do agronegócio despontam por apresentarem consideráveis acúmulos de capitais. A maioria dessas cidades estão situadas na região Centro-Oeste, seguidas das regiões Sudeste, Nordeste, Norte e Sul. Dentre as cidades mais ricas, destacam-se: Sorriso (MT), Campos Novos dos Parecis (MT), Sapezal (MT), Rio Verde (GO) e São Desidério (BA).

Diante do exposto, entende-se que a riqueza produzida nas cidades do agronegócio possibilita o aumento da urbanização, muitas dessas cidades são classificadas como cidades pequenas ou de médio porte, que passam a depender exclusivamente do agronegócio. “E tal situação se manifesta porque o agronegócio impõe um imperativo de especializações territoriais cada vez mais complexas e profundas” (Elias, 2013, p.21).

Assim, faz-se mister corroborar com Alves (2006, p.210) de que na fronteira agrícola, “a nova urbanização se submete aos anseios das atividades agrícolas e a eles se subordina, isto é, organiza sua vida econômica e social ao ritmo e às necessidades da produção da agricultura moderna”.

Elias (2013) e Alves (2006) afirmam que nas cidades dominadas pelo agronegócio observam-se: novas, intensas e complexas relações entre o campo e a cidade; a intensificação da urbanização; a (re)estruturação da cidade; muitos processos migratórios (do campo para a cidade, notadamente excluídos por tais processo e da cidade maior para a cidade menor, de mão de obra especializada); e a urbanização corporativa, ou seja, comandada pelos interesses das grandes corporações do agronegócio.

Nas cidades comandadas pelo agronegócio os diferentes usos da terra apresentam características marcantes. Eles definirão as mudanças espaciais, a expansão do perímetro urbano, a segregação socioespacial, o surgimento de novos loteamentos, áreas residenciais, áreas comerciais, ou seja, como se dará a organização espacial da cidade.

Nessas cidades chamam a atenção o papel desenvolvido pelo poder público municipal. Conforme Elias *et al* (2016, p.279), as prefeituras:

[...] se moldam ao agronegócio e, de maneira geral, pratica uma política, às vezes agressiva, em favor de uma economia cada vez mais especializada (em função das demandas específicas de produtos e serviços de cada setor particular da agropecuária) comandadas por grandes empresas, e que responde a demandas externas ao lugar.

O novo rearranjo urbano orquestrado pelo agronegócio conta com a participação dos agentes sociais promotores do espaço como os proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, a sociedade, o Estado, reestruturam o território para atender as demandas do agronegócio.

De acordo com Alves (2015), o processo de urbanização derivado da modernização agrícola ocorre de duas formas:

- I) Com o surgimento de pequenos povoados que se transforma em pouco tempo em áreas urbanizadas por conta das riquezas produzidas, como exemplo cita o caso de Luís Eduardo Magalhães na Bahia;
- II) Em áreas já urbanizadas, antes da expansão da agricultura moderna, que se configurava como pequenas ou médias cidades com economia baseada na agricultura familiar e/ou pecuária extensiva. A intensidade das alterações nas paisagens é potencializada com a difusão do agronegócio.

Assim, nos núcleos urbanos onde o agronegócio se instala observa-se transformações na estrutura da cidade, caracterizadas pelo espraiamento da área urbana, a aquisição de novas formas espaciais e funcionalidades e redefinição das funções já existentes. Esses arranjos incluem a oferta de serviços e infraestruturas voltadas a atender as demandas do agronegócio, além do aumento no consumo produtivo (vinculado a reprodução dos meios de produção) e consumptivo (inerentes a necessidades como alimentação, saúde, educação, vestimenta, lazer, entre outros) pela população local.

4.3 AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO URBANO PIAUIENSE PROVOCADAS PELA AGRICULTURA CAPITALISTA

A modernização agrícola nos cerrados piauienses, em relação aos demais estados do país, foi realizada de forma tardia, nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, inicialmente na região sudoeste do estado, com a produção de

grãos como arroz, milho e, principalmente soja.

Como em todo o território brasileiro onde o agronegócio se instalou, as transformações sofridas não ficaram restritas ao meio rural, as cidades localizadas próximas as áreas de exploração, passaram por todo um processo de reorganização de suas funções para atender as demandas impostas pela agricultura moderna.

Assim, o movimento de expansão da fronteira agrícola, comandada pelo agronegócio, tem provocado profundas transformações em algumas cidades do Piauí, atingindo principalmente cidades pequenas, configurando uma nova geografia para os espaços rural e urbano.

Assim, a região sudoeste piauiense passou a atrair investidores e produtores de grãos, por dispor de terras a preços baixos, quando em comparação com outros estados produtores, disponibilidade de mão de obra barata, além de fatores naturais favoráveis para a implantação da agricultura moderna.

Configura-se, portanto, uma nova Região Produtora do Agronegócio - RPA, reorganizando os espaços agrícola e urbano e fortalecendo a territorialização do capital.

A chegada do agronegócio passa então a alterar o espaço das cidades, com a instalação de novas empresas comerciais, empresas prestadoras de serviços a maioria ligada ao agronegócio, como revendedora de máquinas e defensivos agrícolas, postos de combustíveis, lojas de material de construção, escolas, bancos, clínicas médicas, universidades, entre outros.

As transformações do espaço urbano produziram também a expansão e o melhoramento de serviços como os de saúde e de educação, e a ampliação de postos de trabalho, embora empreguem, principalmente, aquelas pessoas mais escolarizadas e com determinadas especializações. Nesse sentido, atingem positivamente uma parcela da população local, na medida em que esta passa a obter recursos financeiros advindos de outra ocupação afora a do aparelho público das prefeituras, uma das poucas possibilidades de empregar-se até então nesses municípios (Alves, 2006, p. 249).

Na fronteira agrícola se destacam dois tipos de cidades: as velhas, constituídas anteriormente ao processo modernizador do campo, e as novas, criadas segundo a mobilidade da população migrante. No Piauí, as cidades de Uruçuí e Bom Jesus são de formação antiga, assim como maioria das cidades produtoras de soja no Estado. Elas passaram por profundas transformações espaciais por conta da produção granífera. As paisagens dessas cidades adquiriram novas formas e funções com a ampliação da rede de serviços e melhorias na infraestrutura urbana

(Alves, 2006). Ou seja, o movimento de expansão da fronteira agrícola no Piauí, comandada pela soja, tem promovido inúmeras alterações no urbano desses municípios.

Ressalta-se que em Bom Jesus e Uruçuí se instalaram nos anos 1990 migrantes sulistas e, posteriormente, as grandes empresas de investimentos, influenciados pelo esgotamento da fronteira em regiões de ocupação antiga e pela promessa de terras baratas e abundantes. A instalação do agronegócio provocou reconfigurações significativas no campo e transformações nos centros urbanos com construções novas e modernas residências, alterações na área central e edificações de prédios modernos e sofisticados se incorporando com as construções antigas.

Como exemplo axiomático, Favareto (2019, p. 191) descreve tais alterações sofridas na cidade de Uruçuí:

[...] ao redor do núcleo urbano vão surgindo bairros novos, marcadas por estéticas diferentes: casas de muro alto, com cercas elétricas [...] bairros com diversas lojas de revenda de máquinas e insumos [...] bem como a presença, na área central da cidade, de edificações mais antigas e simples [...].

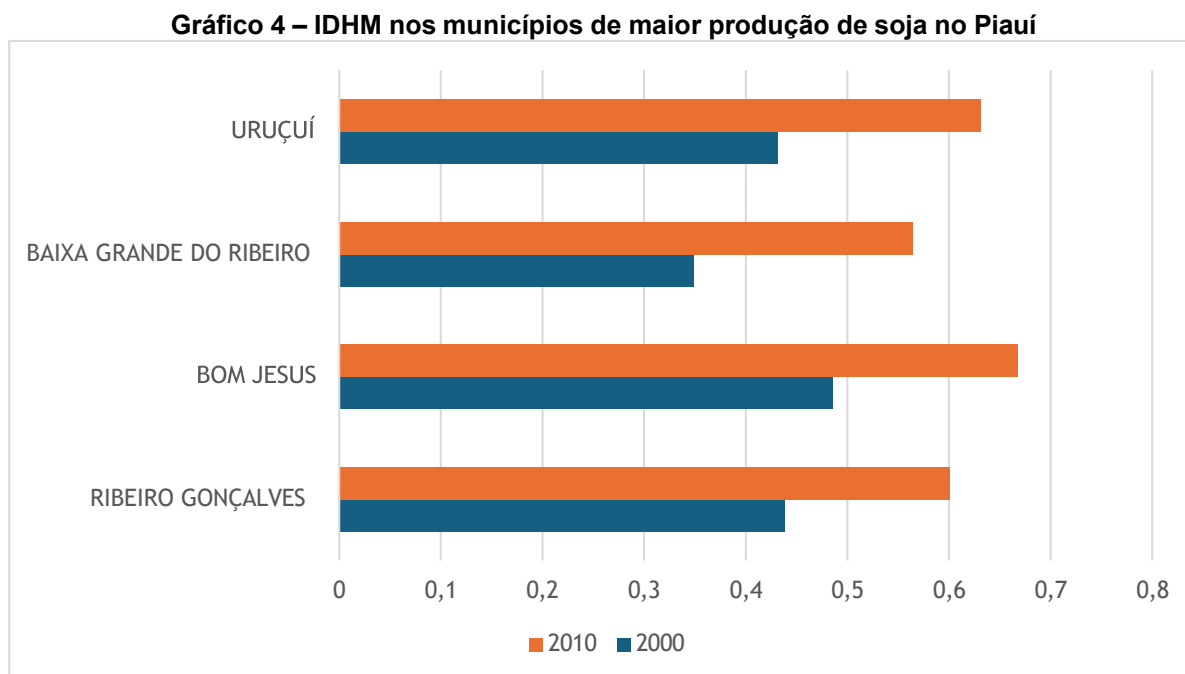
Em Bom Jesus, o mesmo autor, já percebe uma alteração, com relação a cidade ser um polo comercial e de serviços para a atividade do agronegócio, bem como a instalação de Instituições de Ensino como as Universidades Federal (UFPI) e Estadual do Piauí (UESPI).

[...] os fazendeiros da região e o corpo docente dessas instituições concentram suas moradias em Bom Jesus, fez com que fosse organizado um novo loteamento [...] as edificações são novas e com arquitetura moderna, esse bairro fica praticamente isolado do restante das residências da cidade, no local prevalece a visão que o agronegócio alterou a realidade local [...] (Favareto, 2019, p.197-199).

Ademais, a agropecuária produtiva tem aumentado sua participação no PIB do Piauí, haja vista que em 2020 representou 11,3% da totalidade do PIB piauiense, e 13,6% em 2021, cujos municípios de Uruçuí (R\$ 129.458,67), Baixa Grande do Ribeiro (R\$ 150.504,56), Bom Jesus (R\$ 55.119,81) e Ribeiro Gonçalves (R\$ 93.932,89) possuíam os melhores rendimentos derivados do agronegócio (IBGE, 2024).

Destaca-se também o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), por apresentar um aumento significativo nas cidades supracitadas. Esse crescimento reflete melhorias na educação, longevidade e renda, ampliados pelo crescimento da

economia local. O IDHM se classifica em quatro graus: baixo, médio, alto e muito alto. Quanto mais próximo de 1, melhor a qualidade de vida. O Gráfico a seguir ilustra os índices.



Fonte: IBGE/cidades (2000, 2010).

Por um lado, observa-se no gráfico que os municípios piauienses com maior produção de soja apresentaram crescimento no IDHM. Urucuí, por exemplo, teve um aumento de 46%, seguido de Baixa Grande do Ribeiro, com 62%, e Bom Jesus e Ribeiro Gonçalves, ambos com 37%.

Por outro lado, apesar das melhorias nas taxas do PIB piauiense e no IDHM de municípios sojicultores, Favareto (2019), salienta que na maioria desses municípios o agronegócio apresenta reduzida interação social e econômica com o núcleo urbano, muitos residem fora e os insumos de produção são adquiridos em outra região. Outra realidade é a voltada para a geração de emprego, que não absorve a mão de obra local, na maioria dos casos por não apresentarem a qualificação necessária para desempenhar as atividades exigidas pelo agronegócio. Segundo o autor:

[...] a ausência de comércio mais sofisticado, ou mesmo de escritórios empresariais, são indicativos de que pouco da riqueza gerada na agricultura circula efetivamente no local [...] A população local e até mesmo alguns gestores públicos dizem desconhecer quem são alguns dos proprietários [...] nas plantações de soja, altamente mecanizadas, poucos funcionários são vistos operando máquinas [...] (Favareto, 2019, p.154-162).

A observação de Favareto (2019), evidencia de forma acurada uma contradição presente em diversos municípios que abrigam empreendimentos ligados ao agronegócio. Embora esses territórios sejam marcados por elevada produtividade agrícola e pela geração de expressivos volumes de riqueza, grande parte dos recursos econômicos ali produzidos não permanece na localidade, revelando um descompasso entre a dinâmica produtiva e os benefícios efetivamente apropriados pela população local.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo será apresentado os instrumentos metodológicos utilizados para a realização desta pesquisa. A primeira parte refere-se à delimitação e caracterização da área de estudo, o município de Regeneração-PI. A segunda parte aborda os métodos e técnicas aplicados para o desenvolvimento da pesquisa. E a terceira e última parte será destinada a amostragem, tabulação e à análise dos dados.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

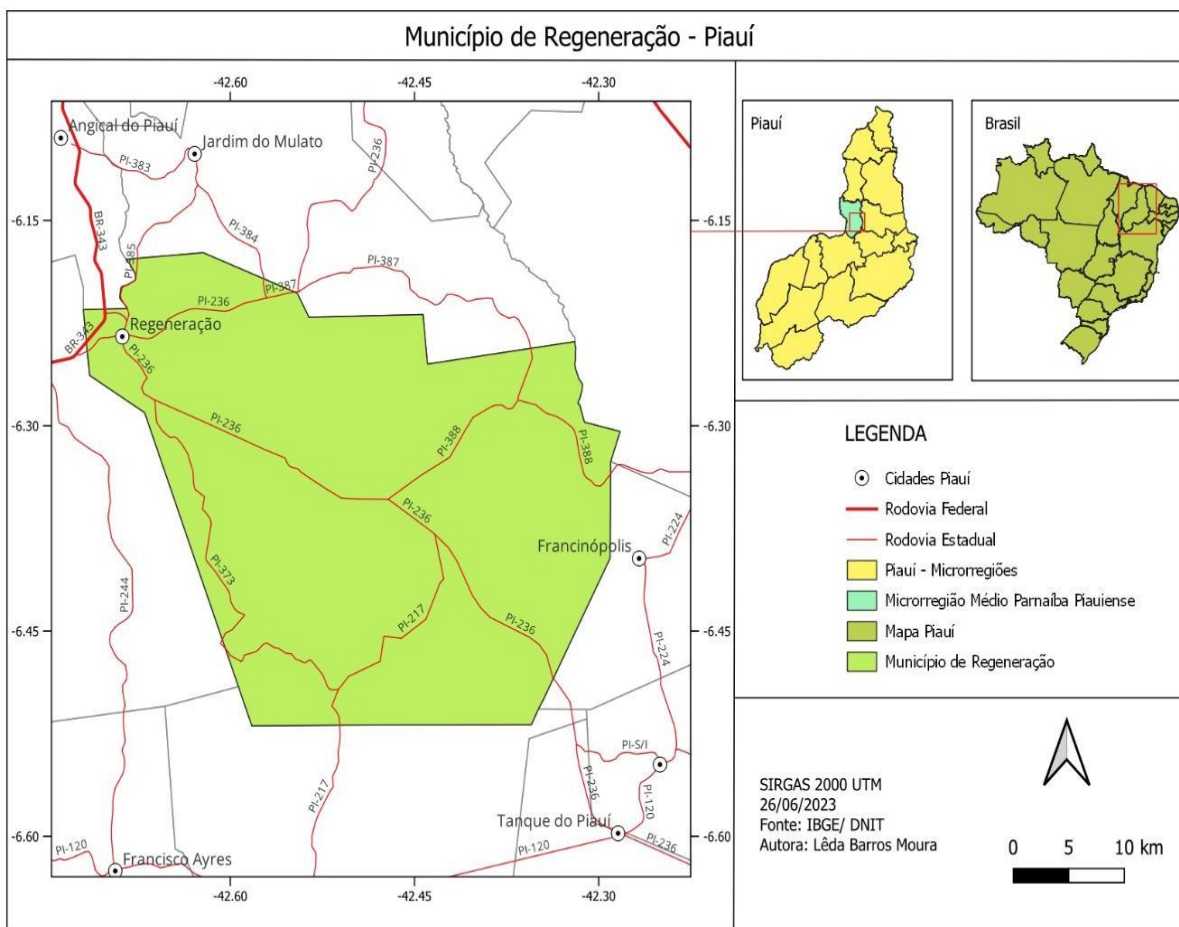
As origens de Regeneração remontam ao ano de 1772, quando os índios guegueses e acoroás, expulsos de suas terras, situadas às proximidades dos rios Parnaíba e Uruçuí, por ordem do governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, foram aldeados na missão criada à margem direita do Riacho do Coco, hoje Mulato, com a denominação de São Gonçalo do Amarante. Em 1871, foi criado o Distrito de São Gonçalo de Regeneração e posteriormente elevado à categoria de município pela Lei Provincial nº 896 de 23/07/1875, com a denominação de Regeneração.

O município de Regeneração localiza-se na transição dos biomas Cerrado-Caatinga, localiza-se na Região Intermediária de Teresina e na Região Geográfica Imediata de Amarante-Água Branca-Regeneração. Compõe a Mesorregião Centro-Norte Piauiense onde está inserida a Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense.

Possui uma área territorial de 1.251,321 km². O centro urbano tem como coordenadas geográficas latitude 06°14'16" sul e longitude 42°41'18" oeste (Figura 3), estando a uma altitude de 164 metros e tendo como distância para a capital Teresina aproximadamente 150km. Limita-se com os municípios de Angical do Piauí e Jardim do Mulato a norte; a sul com Arraial; a oeste com Amarante e a leste com Elesbão Veloso e Francinópolis (IBGE, 2022).

Conforme o IBGE (2022a), neste ano, Regeneração contava com uma população total de 17.133 pessoas, dessa totalidade, 79% residem na cidade. Possui uma área urbanizada de 6,25 km², se posicionando na 23ª colocação entre os municípios mais urbanizados do Estado.

Figura 3 – Localização geográfica do município de Regeneração-PI



Fonte: Autora (2024).

Apresenta uma densidade demográfica de 13,69 hab./km². Esta densidade é um pouco superior à média do estado do Piauí, de 12,99 hab./km², mas ainda consideravelmente inferior à média nacional fixada em 23,8 hab./km² (IBGE, 2023).

De acordo com o IBGE (2021), Regeneração contabiliza a quadragésima colocação no *ranking* dos municípios piauienses com o melhor PIB *per capita*, de R\$ 14.712,38.

5.2 MÉTODO

A pesquisa tem caráter qualitativo, descritivo, e interpretativo, por apresentar características mais adequadas e inerentes para a utilização dos métodos dialético e comparativo.

Segundo Spósito (2003, p.41), no método dialético “os pesquisadores confrontam opiniões, os pontos de vista, os diferentes aspectos do problema, as

oposições e contradições e tentam elevar-se a um ponto de vista mais amplo, mais compreensivo”.

Através do método dialético se pretende compreender, através do entendimento dos fatos sociais, como a chegada do agronegócio está alterando o espaço urbano de Regeneração.

Com relação ao método comparativo, se caracteriza pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e as similaridades entre eles. Sua aplicação nas ciências sociais possibilita o estudo comparativo de grupos sociais, diferenciados pelo tempo e espaço (Gil, 2008).

Para Prodanov (2013), o método comparativo centraliza as investigações das similaridades e ambiguidades, realiza comparações com o objetivo de verificar semelhanças e explicar divergências. O método comparativo, ao ocupar-se das explicações dos fenômenos, permite analisar o dado concreto, deduzindo elementos constantes, abstratos ou gerais nele presentes.

5.3 TÉCNICAS DE PESQUISA

Por se tratar de uma pesquisa de caráter qualitativo, descritivo e interpretativo definiu-se as técnicas de pesquisa que pudessem alcançar os objetivos estabelecidos como as pesquisas bibliográfica e documental, a coleta de dados em campo, a aplicação de entrevistas semiestruturadas e a produção e análise cartográfica.

A pesquisa bibliográfica oferece a elaboração de um ‘estado da arte’ da produção acadêmica e científica sobre a dinâmica das alterações espaciais provocadas pela expansão granífera nas cidades médias e pequenas, permitindo ao pesquisador estudar e compreender as diferentes análises existentes.

Sobre a temática proposta para a realização da fundamentação teórica, pesquisou-se em fontes diversas como livros, periódicos, artigos, teses e dissertações. Ademais buscou-se nessa revisão obter conceitos chaves inseridos na pesquisa como fronteira agrícola, agronegócio e produção no espaço urbano.

A pesquisa documental ocorreu por meio de consultas em sites de instituições públicas como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO) e Prefeitura Municipal de Regeneração,

através das Secretarias de Administração, Finanças e Obras do município.

O suporte para a realização desta pesquisa também foi obtido por meio do trabalho de campo realizado no município de Regeneração em três momentos distintos. Inicialmente em julho de 2024, quando foram realizadas as primeiras observações da cidade, listado os contatos com agentes públicos e econômicos do município, conferindo a organização social e econômica da cidade e a verificação da existência ou não de equipamentos públicos e privados voltados ao consumo produtivo do agronegócio.

A segunda visita aconteceu em janeiro de 2025, e teve como foco a realização de entrevistas com os secretários municipais de obras e de administração e com a diretora da sala do empreendedor de Regeneração. As entrevistas abordaram questões diretamente relacionadas aos objetivos da pesquisa, cujos roteiros podem ser consultados nos apêndices desta investigação. Nessa fase, também foram coletados relatos com dois professores da rede estadual de ensino público e dois camponeses residentes de áreas que atualmente abrigam fazendas do agronegócio, além de um ex-funcionário da prefeitura vinculado ao departamento de obras.

A terceira visita ocorreu em fevereiro de 2025 e deu continuidade às entrevistas com gestores municipais, incluindo o secretário de administração, um vereador (que também era representante de uma das empresas agrícolas instaladas no município), a secretária e a diretora de finanças do município, com o objetivo de coletar dados para análise da evolução das receitas do município após a chegada do agronegócio. Nesta etapa, foi possível perceber as dificuldades na obtenção de tais informações.

Não foram realizadas entrevistas com comerciantes ou representantes do comércio local, uma vez que foi verificado que a cidade não possui (instaladas) empresas voltadas ao consumo produtivo.

Nas aplicações das entrevistas, adotou-se a amostra não probabilística, uma vez que as entrevistas foram realizadas conforme a acessibilidade dos informantes. De posse dessas informações foi possível montar um panorama da constituição do espaço urbano de Regeneração.

As entrevistas por terem grande importância à descrição verbal de informante, foram compostas por perguntas abertas, por permitirem respostas livres, possibilitando o informante opinar sobre o tema.

Além das entrevistas, foram utilizadas ferramentas como registros fotográficos

e um diário de campo, com o intuito de documentar o cotidiano da pesquisa.

5.4 AMOSTRAGEM, TABULAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para a confecção dos mapas, utilizou-se de bases cartográficas fornecidas pelo projeto MapBiomass, disponibilizadas através do *Google Earth Engine*, para a identificação e análise de uso e cobertura da terra. Esses mapas estão no formato matricial (com pixels de 30x30m) e foram gerados a partir da coleção Landsat 2010, 2015, 2020.

Os dados foram unificados em um Sistema de Informações Geográficas (SIG), utilizando o software QGIS Desktop 3.22.7, possibilitando a análise quantitativa do uso e cobertura da terra e a avaliação da distribuição espacial da transformação da cobertura florestal em uso antrópico, bem como da expansão do perímetro urbano do município em estudo. Para interpretar os dados as legendas foram filtradas para destacar o uso e cobertura mais prevalente no município.

Foram também utilizados dados obtidos pela plataforma SIDRA – IBGE e foram disponibilizados em formato tabular, ao fazer o download, esses dados foram filtrados para incluir apenas os municípios do estado do Piauí nos anos de 2010, 2015 e 2020. Com esses dados em posse, utilizando o software QGIS Desktop 3.22,7, foi realizada uma união da tabela (combinação de dados) com o *shapefile* dos municípios do Piauí. Isso permitiu a aplicação de uma simbologia graduada, facilitando uma visualização mais clara e detalhada das informações.

Na fase de tabulação e apresentação dos resultados utilizaram-se de recursos computacionais, interpretações e análise acerca do que foi coletado pela aplicação das entrevistas bem como as evidências observadas através da pesquisa de campo. Outroassim, preservou-se as identidades dos informantes, como forma de estabelecer anonimato e evitar riscos de natureza política ou ideológica.

Assim, os procedimentos metodológicos e os métodos científicos escolhidos, visam compreender os processos de produção e reprodução do espaço urbano de Regeneração, provocados especialmente após a implantação do agronegócio na região.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme discutido na fundamentação teórica desta investigação, a reorganização do espaço no contexto do desenvolvimento da agricultura moderna, tem impulsionado a apropriação de novas áreas produtivas voltadas ao mercado de *commodities*, especialmente soja. Nesse cenário, a expansão da fronteira agrícola no município piauiense de Regeneração tem sido orientada por uma série de fatores favoráveis à consolidação do agronegócio.

Os resultados apresentados a seguir visam alcançar os objetivos propostos desta investigação. Para isso, foram identificados os fatores socioambientais, bem como os aspectos políticos e econômicos que contribuíram para a inserção de Regeneração na rota do agronegócio granífero. Destaca-se, ainda, a análise da produção do espaço urbano de Regeneração, com ênfase nas dinâmicas dos setores produtivos e consumptivos relativamente às demandas do agronegócio. Por fim, apresenta-se uma análise comparativa das transformações na estrutura urbana de Regeneração com cidades de ocupação mais antiga pelo agronegócio, tanto no estado do Piauí quanto em outras regiões do Brasil.

6.1 ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS VIÁVEIS À INSTALAÇÃO DO AGRONEGÓCIO EM REGENERAÇÃO

Segundo o CPRM (2004), a área territorial de Regeneração está situada na província geológica do Parnaíba e apresenta diversidade de aspectos geomorfológicos, sendo composta por cinco formações litológicas sedimentares de idades paleozoica e mesozoica como as formações Sardinha (basalto e diabásio), Corda, Pedra de Fogo, Piauí e Poti.

Os solos do município são provenientes da alteração de arenitos, siltitos, calcários, folhelhos, conglomerado, laterito e basalto. Ou seja, a estrutura geológica apresenta predominância de rochas sedimentares, originando os solos latossolos amarelos, argilosos vermelho-amarelos, neossolos litólicos e em menor proporção os chernossolos. O tipo de solo desempenha um papel fundamental no cultivo de grão, permitindo melhor desenvolvimento das culturas e contribuindo para a elevação dos indicadores de produtividade.

Faz-se mister ressaltar que pesquisas e investimentos voltados para a

correção e preparação do solo, além da melhoria genética das sementes, tem sido cruciais para adaptar os cultivos e cultivares às condições específicas de solo e clima. Esses avanços têm impulsionado significativamente o desenvolvimento da cultura da soja e outros grãos no médio Parnaíba.

O relevo de Regeneração se caracteriza por diferentes formas, destacando-se, principalmente, as superfícies tabulares reelaboradas (chapadas baixas), com relevo plano e partes suavemente onduladas, apresentando altitudes que variam de 150 a 300 metros. Também há as superfícies tabulares cimeiras (chapadas altas), com relevo plano e altitudes entre 400 a 500 metros, apresentando grandes mesas recortadas. O relevo é ainda marcado por superfícies onduladas e movimentado, encostas, prolongamentos residuais de chapadas, desníveis e encostas mais acentuadas em vales, inclui elevações, como serras, morros e colinas, com altitudes de 150 a 500 metros. A sequência de platôs e chapadas possui altitudes médias entre 600 a 400 metros acima do nível do mar.

Percebeu-se que o relevo formado por chapadas, constituídas por áreas planas, era particularmente importante para o cultivo de grãos, pois facilita o uso de máquinas e equipamentos agrícolas de forma eficiente (Figura 4).

Figura 4 – Plantio de soja na Chapada Grande, município de Regeneração



Fonte: Autora, pesquisa de campo, fevereiro, 2025.

Notou-se que, a topografia plana das chapadas permitia a mecanização e tecnificação das atividades agrícolas, o que otimizava o processo de plantio, cultivo e colheita, além de reduzir os custos operacionais. A ausência de grandes desníveis facilitava o tráfego de tratores e outros maquinários, garantindo maior produtividade e precisão nas operações agrícolas, o que tornava a região altamente favorável para a agricultura em larga escala.

Assim, percebeu-se que na lógica do agronegócio em Regeneração, as chapadas personificavam a territorialização do capital, a reprodução da frente de expansão, materializando um *know-how* produtivo e dinamizado no patrimonialismo da terra e na grande propriedade rural. Essa realidade confirmou a análise de Martins (1996) por compreender fronteira como um processo dinâmico de ocupação, exploração e transformações socioespaciais do território.

Outroassim, entendeu-se por meio do levantamento de campo que o compartimento de relevo chamado Chapada Grande (Figura 4) era a principal área explorada, territorializada pelo agronegócio.

Por conseguinte, Regeneração apresenta clima tropical convencional, com temperaturas variando entre mínimas de 16°C e máximas de 36°C, com isoietas anuais variando entre 8 e 1.400 mm. Aproximadamente cinco a seis meses do ano são marcados por chuvas intensas, enquanto o restante do período corresponde à estação seca. Os meses de janeiro, fevereiro e março representam o trimestre mais úmido do ano.

Entendeu-se, durante a coleta de dados empíricos, que as características climáticas desempenhavam papel crucial para a instalação de empresas graníferas. O clima adequado influencia diretamente a produtividade das culturas, a escolha das variedades de sementes, os períodos ideais de plantio e colheita, além de impactar na gestão dos recursos hídricos e nas práticas agrícolas. De fato, a análise detalhada das condições climáticas era essencial para a abertura da fronteira agrícola no município, garantindo a viabilidade e o sucesso de empreendimentos graníferos no processo de orientação às frentes de expansão.

Ademais, Regeneração está inserida na bacia do rio Parnaíba, tendo o rio Mulato o principal curso d'água que drena o município. Em função das características climáticas da região, a rede fluvial possui canais de regime intermitente, com vários riachos como o dos Macacos, Jacaré, Serragem, entre outros.

As unidades de vegetação de Regeneração apresentam uma diversidade de

fitofisionomias, com predominância das formações de cerrado (savânicas) e cerradão (florestais), ocupando áreas de maior extensão. As formações campestres e as zonas de transição entre diferentes classes vegetais se distribuem em espaços menores. Entendeu-se, portanto, que a cobertura vegetal era composta por estratos arbóreos, arbustivos e herbáceos, abrigando espécies representativas dos domínios do cerrado, mata dos cocais e caatinga.

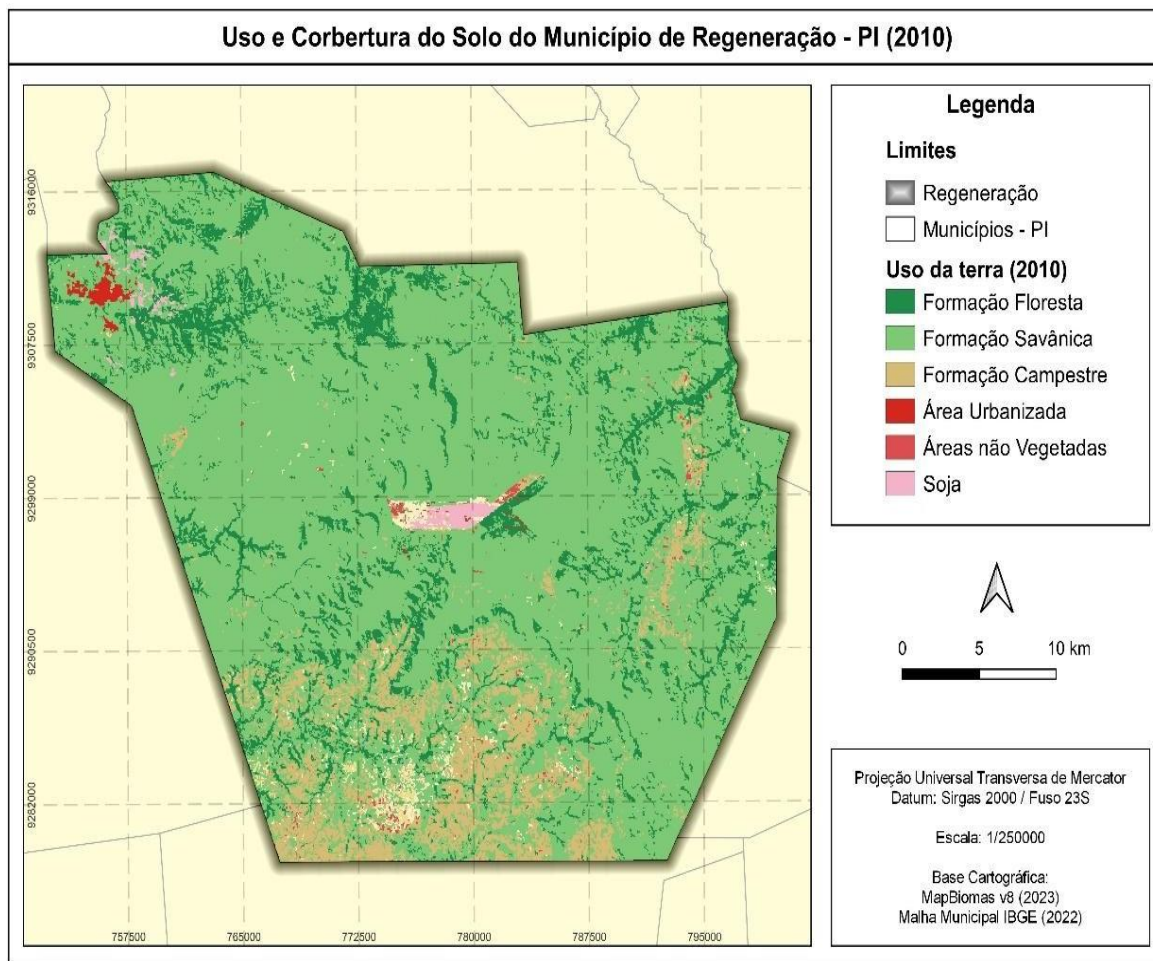
Em particular, comparando o clima e relevo de Regeneração, a municípios como Bom Jesus e Uruçuí, por exemplo, notou-se que tais semelhanças físicas foram condicionantes essenciais para o desembarque de grupos empresariais do agronegócio da soja. A consolidação do processo de ocupação e exploração dos cerrados do sul do Piauí repercutiu na entrada de Regeneração à lógica da abertura da fronteira agrícola.

A partir de 2004, a paisagem das áreas de chapadas de Regeneração passou por transformações significativas, especialmente no que diz respeito à remoção da cobertura vegetal nativa. Essas mudanças foram impulsionadas pela inserção do município no processo de modernização capitalista no campo, com a chegada da primeira empresa voltada ao cultivo de produtos destinados ao agronegócio.

Por meio de visitas de campo, identificou-se a Empresa Real Ltda como a pioneira a se instalar no município, em 2004, quando adquiriu a Fazenda Chapada Grande, ocupando uma área total de 20.000 hectares. A corretagem da compra das terras foi realizada por uma *trading* originária de São Bernardo do Campo, em São Paulo. O objetivo inicial era a produção de soja e milho, porém, em 2005, diante da promessa de instalação da Suzano Papel e Celulose no Piauí, a empresa reorientou seu projeto, optando pelo cultivo de eucaliptos e tornando a fazenda uma importante fornecedora de matéria-prima para a indústria de papel e celulose.

As negociações com o governo estadual não avançaram como esperado, e a Suzano acabou se instalando no estado do Maranhão. Em virtude dessa mudança, a madeira proveniente dos eucaliptos foi direcionada parte para o estado do Pernambuco e parte para o polo cerâmico de Teresina. Diante desse cenário, a empresa retomou seu projeto original, priorizando novamente o cultivo de grãos, com destaque para a soja. A partir de 2010, passou-se a observar uma significativa produção do grão no município, conforme revelam as figuras 5,6 e 7.

Figura 5 – Uso e cobertura do solo no município de Regeneração, em 2010

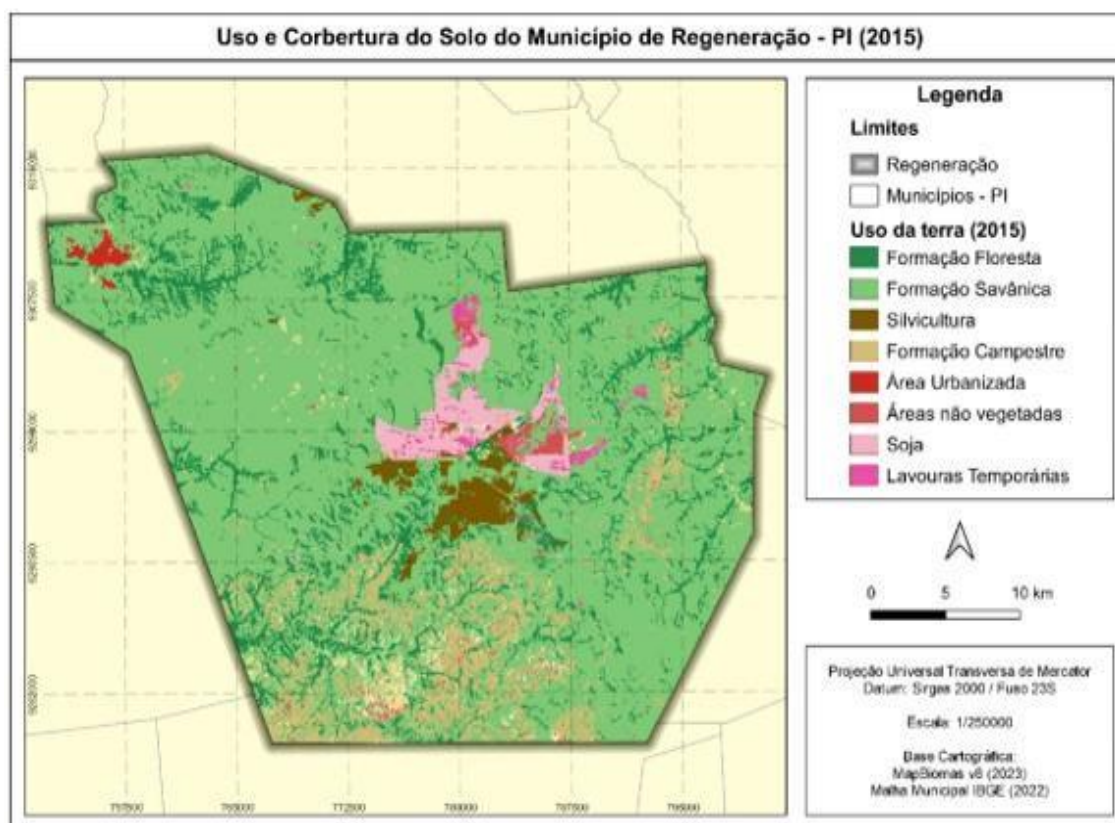


Fonte: Autora (2025).

Observa-se na Figura 5, a predominância em Regeneração da formação savânica que, em 2010, ocupava uma área de 94.467 hectares. Destaca-se também a formação floresta, com 16.058 hectares, e a formação campestre, com 11.140 hectares. O cultivo de soja mostrava-se tímido, ocupando 826 hectares. Nesse período, identificam-se pequenas áreas de cultivo de soja na região da Chapada Grande.

Em 2015 (Figura 6), Regeneração apresentou uma expansão significativa na área destinada à produção de soja, com um aumento de 290% em comparação com o ano de 2010. Como consequência, observou-se uma redução nas áreas das formações savânica (5%), campestre (15%) e floresta (8%), resultando em uma perda total de 28% da vegetação nativa ao longo dos cinco anos analisados.

Figura 6 – Uso e cobertura do solo no município de Regeneração, em 2015

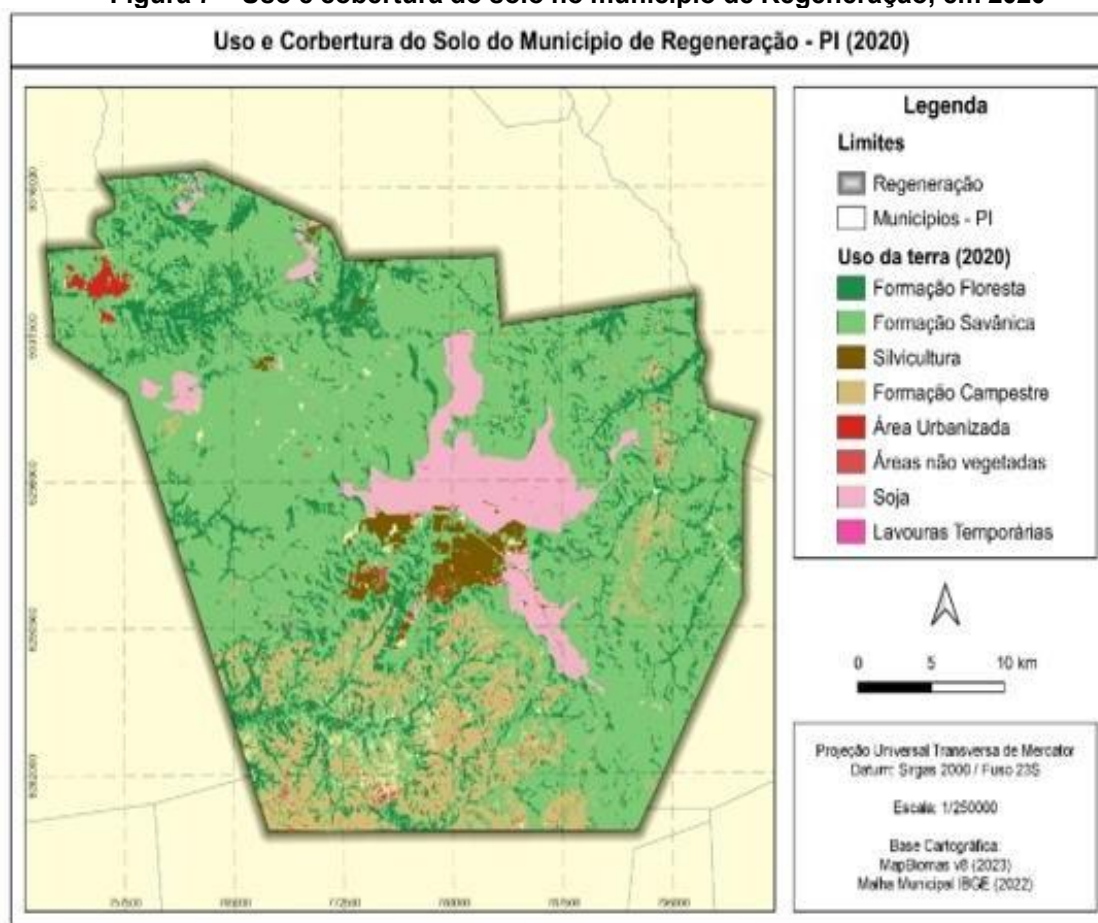


Fonte: Autora, 2025.

Em 2020, Figura 7, a área de cultivo de soja, foi ampliada 189% em relação a 2015. Consequentemente, a vegetação nativa sofreu uma redução significativa, especialmente na formação savânica, que registrou uma perda superior a 10% entre 2015 e 2020.

Ademais, registra-se que o mapeamento realizado ao longo dos diferentes períodos evidencia as transformações na paisagem, com a substituição da cobertura vegetal (formação savânica) por vastas áreas destinadas ao cultivo de soja. Essa se tornou a nova realidade do município de Regeneração, que anteriormente não possuía um histórico de produção agrícola em larga escala.

Figura 7 – Uso e cobertura do solo no município de Regeneração, em 2020



Fonte: Autora, 2025.

Ademais, as terras ocupadas pela Empresa Real pertenciam ao senhor Clidenor de Freitas, adquiridas por meio de financiamentos bancários na década de 1970, a fim de desenvolver projetos voltados para o cultivo da cajucultura, o que não prosperou, transformando as terras em áreas de uso coletivo por parte de famílias que ali habitavam.

Outra empresa a se instalar no município foi a Ariedam Agropecuária Ltda, especializada na produção de grãos, gado de corte e eucaliptos. Possui sede na Bahia e no Piauí, sendo que, em Regeneração, se destacava a Fazenda Terra Roxa. Durante a pesquisa de campo não foi possível obter informações detalhadas sobre as atividades da empresa no município.

Salienta-se que antes da chegada da Empresa Real, o uso da terra estava voltado predominantemente para a agricultura familiar tradicional (camponeses), incluindo o cultivo de arroz, mandioca, milho, feijão, entre outros produtos de consumo regional, tendo as chapadas função primordial nesse cenário. Além da

agricultura de subsistência, destacavam-se ainda o extrativismo e a criação extensiva de bovinos e caprinos. O uso das chapadas ocorria de forma coletiva, não havendo custos a serem pagos ao dono da terra.

Segundo o levantamento de campo, percebeu-se que parcela significativa de camponeses que antes ocupavam as áreas de chapadas para a reprodução de suas necessidades de sobrevivência foi relocada para assentamentos rurais, localizados no município de Regeneração, como os assentamentos Chapada do Lima, Baixa dos Tucuns e Chapada dos Teixeiras, sendo este último o que abrigou o maior número de famílias.

De acordo com as entrevistas com assentados, a empresa que adquiriu as terras compensou cada família com o valor de R\$ 500,00 e contratou mão de obra local na fase inicial de instalação, utilizando-a na retirada da vegetação nativa e iniciando o processo de cultivo.

No entanto, a vida nos assentamentos causou processos de desterritorialização, conforme relata uma camponesa assentada.

[..] Lamento a saída da chapada, lá eu tinha mais espaço para criar meus porcos, galinhas, tinha mais verde, era frio, plano, muitas das pessoas que lá viviam nasceram lá. Na época da faveira coletávamos para vender nos mercados da cidade. Nos colocaram nesse lugar, um espaço pequeno de 30 hectares cada família, não dá para criar um bicho, nem galinha...porque fica longe das casas. Então se planta alguns legumes como arroz, feijão que não dura nem até a próxima colheita [...] (Depoimento de uma moradora do Assentamento Chapada dos Teixeiras).

No trecho de memória apresentado, nota-se que a Chapada Grande possuía significados profundos, construídos a partir de experiências e percepções do território vivido. Tratava-se de um espaço marcado por emoções, histórias, traços culturais e virtudes, refletindo identidades típicas do lugar.

Com base nessa assertiva, corrobora-se com Silva (2016) de que modos de vida moldam a percepção do território, transformando-o em um espaço de pertencimento, enraizamento, produção e manifestação tanto dos saberes individuais, mas sobretudo dos saberes coletivos.

Por outro lado, a situação dos deslocamentos dos camponeses permitiu concordar com Martins (1996) de que a frente de expansão combina conflitos, adaptações e resistências de populações locais, marcando novas relações socioterritoriais.

Embora os fatores naturais tiveram fundamental importância para a instalação

das empresas do agronegócio em Regeneração, outros aspectos também foram considerados essenciais, como se discutirá na próxima seção.

6.2 ASPECTOS POLÍTICOS VIÁVEIS À INSTALAÇÃO DO AGRONEGÓCIO EM REGENERAÇÃO

Em 2008, a Suzano Papel e Celulose anunciou a previsão de ampliação da capacidade anual de produção, e nessas ações havia a proposta de construção de três fábricas, e o Piauí seria incluído nesse cenário.

Assim, as primeiras empresas a se instalarem em Regeneração passaram a cultivar eucaliptos como forma de abastecer a indústria de celulose, pois umas das propostas da Suzano era contemplar a produção dos produtores locais. Por conseguinte, as empresas Real e Ariedam iniciaram o cultivo no município.

O projeto da Suzano Papel e Celulose em investir no Piauí foi resultado do Programa de Desenvolvimento Florestal do Vale do Parnaíba, desenvolvido pela Codevasf e pelo governo do estado do Piauí com vistas ao desenvolvimento do setor florestal, além de incentivar a expansão da fronteira agrícola no estado.

Porém, em 2013, a Suzano decidiu suspender a implantação de sua fábrica no Piauí, alegando uma crise financeira mundial. Reportagens da época inferem que a atuação do Ministério Público Estadual determinou que a licença ambiental, anteriormente concedida pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, fosse transferida para o Ibama. O argumento apresentado sustentava-se em 'evitar danos ambientais graves'.

Mesmo diante da nova realidade vivida por Regeneração, com a chegada de empresas modernas no setor do agronegócio e a diversificação da produção, que passou a incluir não apenas eucaliptos, mas também grãos, esses fatores não foram suficientes para que o município se planejasse e organizasse seu território de forma a promover o desenvolvimento ou, sequer preservar o meio ambiente, que foi completamente alterado pela instalação dessas empresas. Essa constatação se confirma ao analisar o Plano Diretor do município.

O Plano Diretor de um município, trata de uma lei municipal que orienta o crescimento e o desenvolvimento urbano de toda a cidade. Nele são estabelecidas regras e estratégias de planejamento para o desenvolvimento econômico, social e físico do município, bem como na busca de melhorar a qualidade de vida da

população, buscando reduzir as desigualdades socioeconômicas, tornando-os mais equilibradas.

O município de Regeneração conta com um Plano Diretor aprovado e transformado em lei em 28 de março de 2011. Esse plano contempla diretrizes políticas, socioeconômicas, físicoambientais e administrativas, com o objetivo de orientar o processo de transformação do município e assegurar uma melhor qualidade de vida para seus habitantes.

No que diz respeito ao espaço urbano, o Título I, Cap. IV é dedicado especificamente à organização urbana, dividindo a cidade em sete zonas que abrangem dez bairros.

O Título II aborda a política urbana, estabelecendo princípios, objetivos e diretrizes que garantem o acesso às políticas públicas como moradia digna, saneamento básico, saúde, educação, lazer, entre outros. Nesse contexto, o Art.10, parágrafo 1º, faz referência à expansão urbana, mas não menciona possíveis impactos ou alterações resultantes da presença de grandes empresas voltadas para a agricultura moderna no município. Vale ressaltar que, nesse período, duas empresas, a Real (instalada em 2004) e Ariedam (instalada em 2010), já estavam operando na região.

Além disso, o Plano Diretor também abrange o espaço rural do município, mas não faz referência a qualquer planejamento de ações públicas, investimentos, programas, leis ou iniciativas específicas voltadas para o fortalecimento do setor agropecuário no município.

A chegada das empresas, não contou com incentivos fiscais por parte dos poderes público municipal ou estadual e, atualmente não são oferecidos quaisquer incentivos à sua atuação. A Lei Municipal nº 971 de 06 de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Novo Código Tributário do município de Regeneração não faz qualquer alusão a incentivos voltados a empresas do agronegócio.

A empresa Real, conforme informações obtidas por meio de entrevista com um de seus representantes, adota a prática de solicitar que a nota fiscal seja emitida no município onde o serviço é prestado. Essa medida visa assegurar que o Imposto Sobre Serviços – ISS, seja recolhido pelo município da prestação contribuindo para a geração de receitas locais. A cobrança do ISS é atribuída ao município onde o serviço é relativamente realizado, desde que exista no local uma unidade econômica ou profissional do prestador. Essa informação pode ser corroborada pelos dados de

arrecadação municipal, os quais serão analisados na seção seguinte.

6.3 ASPECTOS ECONÔMICOS VIÁVEIS À INSTALAÇÃO DO AGRONEGÓCIO EM REGENERAÇÃO

Como demonstrado na seção anterior, os fatores naturais são, sem dúvida, critérios essenciais a serem considerados na instalação de uma empresa do agronegócio. No entanto, existem outros aspectos e condições que também desempenham um papel crucial na viabilidade da atividade produtiva como a disponibilidade de mão de obra, os incentivos fiscais oferecidos, o capital necessário para o investimento, a infraestrutura disponível e o preço da terra.

Atualmente, quanto maior a demanda por terras destinadas à produção agropecuária, maior é o preço dela. Dados apresentados por Castro (2013) e Bacha (2016) mostram que esse aumento ocorre devido a associação entre os preços das *commodities* agrícolas e as políticas de incentivo voltadas para esse tipo de produção. Essa combinação impulsiona a valorização da terra.

Em Regeneração, o preço da terra foi um fator essencial para a instalação de algumas empresas do agronegócio no município. De acordo com entrevista com o representante de uma dessas empresas, ao adquirir a propriedade em 2004, o preço pago foi de R\$ 100,00 por hectare. Esse valor foi crescendo à medida que mais empresas passaram a se interessar pela região. Em 2024, o preço da terra bruto em Regeneração ultrapassava R\$ 2.000,00, por hectare.

Comparando a municípios do sul do Piauí, como em Uruçuí, em 2022, devido ao caráter consolidado da região para o agronegócio, o preço da terra bruta era estimado a superar o valor de R\$ 4.100,00, por hectare, segundo dados da Prefeitura Municipal de Uruçuí. E ainda, em sites especializados no agronegócio, no município de Luís Eduardo Magalhães, localizado no oeste baiano o valor da terra bruta para cultivo aproxima-se a R\$ 6.000,00 o hectare.

O processo de valorização da terra torna-se evidente com a expansão da fronteira agrícola, o que tem um impacto direto no aumento do preço das propriedades. Esse movimento é impulsionado pela instalação de fazendas produtoras de *commodities*, que agregam valor ao local com a construção de armazéns, silos, além de atrair novos investidores para a região.

É importante ressaltar que, em Regeneração, apesar da chegada de

empresas voltadas para a agricultura moderna, a cidade sofreu poucas alterações em função desse crescimento do agronegócio.

Aliado ao valor estratégico de suas terras, o município de Regeneração destaca-se por sua localização geográfica favorável à instalação de empresas voltadas ao agronegócio. Situado a apenas 130 km da capital Teresina, o município se beneficia da proximidade de uma infraestrutura consolidada – com oferta de serviços mecânicos, técnicos, venda de implementos e equipamentos voltados para atender às demandas da agricultura moderna.

Regeneração está a cerca de 400 km do Porto de São Luís, no Maranhão, um importante ponto logístico para o escoamento da produção. Além disso, possui fácil acesso a rodovias relevantes: está próximo à BR-316, é cortado pela BR-343 que liga o litoral ao sul do Piauí, e também pela PI- 236 que conecta Regeneração ao município de Oeiras. Essa última rodovia passa por uma das principais fazendas do agronegócio da região, onde é possível avistar vastas plantações de soja em ambos os lados da pista. A imagem a seguir, retrata a paisagem ao longo da PI -236, entre os municípios de Regeneração e Tanque do Piauí, área que se destaca pelo cultivo intensivo de soja.

Figura 8 – Plantação de soja as margens da PI-236 entre as cidades de Tanque do Piauí e Regeneração.



Fonte: Autora, Pesquisa de campo, fevereiro, 2025.

Notou-se através da pesquisa de campo que a proximidade de Regeneração com os mercados consumidores oferecia diversas vantagens que fortaleciam as estratégias econômicas das empresas. Entre os principais benefícios, destacam-se a redução com os custos com transporte, armazenamento e distribuição, além da diminuição de avarias e perdas durante o trajeto, já que a produção, em grande parte, era escoada por rodovias. A localização estratégica também possibilitava entregas mais rápidas e eficientes, atendendo melhor às demandas do mercado. Por fim, essa proximidade contribuía para o fortalecimento da economia regional.

A Figura 9 retrata o escoamento da produção granífera em Regeneração, por meio de rodovia estadual.

Figura 9 – Transporte de soja na PI-236, em Regeneração



Fonte: Autora, Pesquisa de campo, janeiro, 2025

Importante ressaltar que devido ao expressivo crescimento no cultivo e produção de soja e ao destaque que conquistou na região, o município de Regeneração passou a se autodefinir como a “Capital do Agro do Médio Parnaíba”. Essa identidade é reforçada pelo novo portal de entrada da cidade (Figura 10), recentemente inaugurado.

Figura 10 – Portal de entrada da cidade de Regeneração



Fonte: Autora. Pesquisa de campo, julho de 2024.

Além dos fatores mencionados anteriormente, é importante destacar o papel do Estado como financiador dos projetos de mecanização agrícola, especialmente por meio de instituições como o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste. Essas instituições oferecem incentivos financeiros, linhas de crédito e isenções fiscais para apoiar a modernização no campo. Além do apoio financeiro, o Estado também investe em infraestrutura como a construção e conservação de rodovias, visando melhorar o escoamento da produção e a logística do meio rural.

6.4 O CONSUMO PRODUTIVO E CONSUMPTIVO PARA O AGRONEGÓCIO EM REGENERAÇÃO: A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Nas áreas em que ocorrem a expansão do agronegócio, é comum que algumas cidades próximas passem a desempenhar novas funções e a expandir suas economias, sobretudo por meio de atividades vinculadas ao consumo produtivo. Esse processo contribui para a diversificação das funções urbanas e para a consolidação de polos regionais articulados às dinâmicas do agronegócio.

O consumo produtivo do agronegócio, assim definido por Santos (1993), abrange todas as atividades responsáveis por impulsionar o setor, garantindo sua manutenção e expansão. Envolvem-se nesse processo desde lojas de máquinas e implementos agrícolas, empresas de consultoria técnica, agências bancárias especializadas em crédito rural, laboratórios de biotecnologia, indústrias de insumos, *tradings* agrícolas, até empresas de logística e outros serviços estratégicos. Esses componentes não apenas asseguram a reprodução do sistema produtivo, como também transformam o espaço, gerando redes complexas de interdependência entre o meio rural e urbano.

Essas transformações fazem com que determinadas cidades se tornem pontos de articulação entre o consumo, a produção e a circulação de mercadorias, serviços e capital. É nesse contexto que emergem as chamadas cidades do agronegócio, definidas por Elias (2006, 2009, 2022), como aquelas cuja base funcional está voltada ao atendimento das demandas da agricultura moderna.

No Piauí, cidades como Uruçuí e Bom Jesus, apresentam características que permitem classificá-las como cidades do agronegócio - ou nos termos como definido por Santos (1993) como espaços luminosos, que concentram densidades técnicas e informacionais, tornando-se mais aptos a atrair atividades em capital, tecnologia e informação. Com a presença de diversas agências bancárias, que é indispensável para a circulação de dinheiro e informação, empresas de *tradings* agrícolas como a Bunge e a Cargill, oferta de serviços especializados como consultoria agrônômica e ambiental, transporte de cargas, lojas de máquinas e equipamentos agrícolas. Ou seja, o setor terciário passa a ser agitado pelos capitais dinamizando essas cidades.

Entretanto, essa realidade não se estende a maioria das cidades próximas às áreas de expansão do agronegócio. Muitas delas, como Regeneração, não conseguem acompanhar esse dinamismo e permanecem à margem do processo, assumindo características de espaços opacos, nos quais predomina uma estrutura econômica limitada, com baixa inserção nos circuitos superiores da economia.

A partir da pesquisa de campo, aliada às entrevistas realizadas, constatou-se que a cidade de Regeneração não apresentava serviços específicos voltados ao consumo produtivo. A única instituição financeira presente era uma agência do Banco do Brasil, que atendia toda a população de forma generalizada. Existiam escritórios de contabilidade e advocacia, contudo, esses não estavam direcionados ao atendimento de empresas do setor agroindustrial instaladas no município, não

existiam lojas de máquinas e implementos agrícolas. Confirmando que todos os serviços e produtos demandados pelas empresas instaladas no município não eram encontrados na própria cidade.

No contexto em que Santos (1993) conceitua como consumo consumptivo, a intensificação do consumo decorrente do aumento da renda e dos salários da população, observava-se a configuração de um centro comercial voltado primordialmente ao atendimento das demandas cotidianas da população local. Não se verificou a presença de redes de franquias, grandes varejistas ou estabelecimentos de abrangência regional ou nacional, o que evidenciava uma estrutura comercial de base local. Esse comércio era majoritariamente composto por pequenos empreendedores e trabalhadores autônomos, refletindo um padrão de consumo limitado às necessidades básicas da comunidade. Dessa forma, infere-se que o desenvolvimento desse setor comercial não está associado diretamente à dinâmica de expansão do agronegócio em Regeneração.

Já em municípios como Bom Jesus, Uruçuí e Luís Eduardo Magalhães, localizados na região do Matopiba, estudos apontados por Alves (2006) e Leal (2013), mostram a expansão da rede hoteleira, motivada pelo fluxo de terceiros, investidores e trabalhadores ligados a cadeia produtiva do agronegócio. Paralelamente, há um crescimento de supermercados, lojas de materiais de construção, intensificação do setor imobiliário com a construção de novas moradias e surgimento de condôminos de casas de alto padrão, além de novos estabelecimentos voltados ao lazer e a alimentação como churrascarias, bares e restaurantes, o que reflete a elevação do poder aquisitivo local e a consolidação de um mercado consumidor mais robusto.

Em Regeneração, observou-se a ausência do consumo produtivo, aquele que impulsiona a produção e gera excedentes para além do mercado interno. O consumo presente no município era predominantemente consumptivo, restrito ao atendimento das necessidades imediatas da produção residente, sem promover dinâmicas econômicas de maior complexidade ou promover maior articulação com os mercados regionais.

No âmbito do desempenho econômico municipal, os indicadores como Receitas Correntes⁸, Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* e o Índice de

⁸ Receitas correntes consistem das arrecadações para financiar as despesas do município (IPTU, ISS, ITBI, agropecuária, serviços, entre outros).

Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) constituem ferramentas fundamentais para aferir tanto o nível de crescimento econômico quanto as condições socioeconômicas da população local.

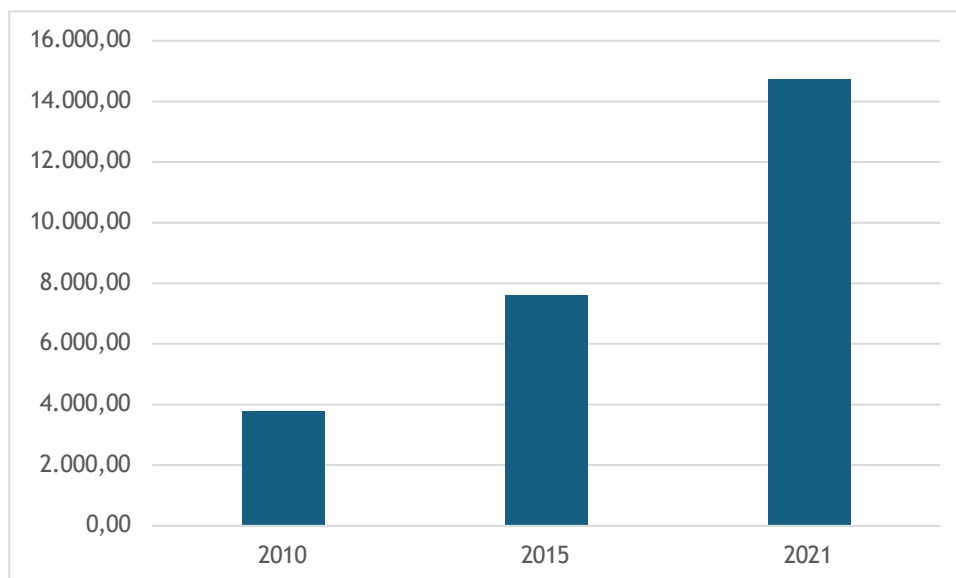
Conforme o IBGE (2023), Regeneração apresentou um crescimento expressivo em suas finanças públicas ao longo das duas últimas décadas, com destaque para a evolução das Receitas Correntes. No ano de 2000, período em que ainda não havia a presença de empreendimentos vinculados ao agronegócio no município, a receita arrecadada foi de R\$ 1.764.967,09. Em 2013, esse montante elevou-se para R\$ 29.934.028,83 e, em 2023 atingiu R\$ 84.470.619,72. Tal variação representava um aumento expressivo no período de vinte anos. Esse crescimento estava relacionado, entre outros fatores, à inserção progressiva do agronegócio na dinâmica da economia local, contribuindo para o fortalecimento da base tributária e para a expansão da capacidade arrecadatória do município.

Esse cenário vai de encontro às opiniões do secretário municipal de administração e de representantes da diretoria de finanças do município, de que o agronegócio contratava uma variedade de serviços de terceiros. Conforme informado, a prestação desses serviços implica na emissão de notas fiscais junto à Prefeitura, o que resulta no aumento da arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS).

Salienta-se que durante as coletas de campo, foi encaminhado um e-mail oficial solicitando dados mais específicos sobre essa receita, abrangendo um período temporal mais amplo, com o intuito de aprofundar a análise. No entanto, não houve retorno por parte da secretaria de finanças de Regeneração.

Comparando as receitas correntes do município de Regeneração com as dos municípios de Bom Jesus e Uruçuí, observa-se uma diferença significativa nos volumes arrecadados, evidenciando a disparidade na capacidade fiscal entre essas localidades. Tomando como referência o ano de 2023, Uruçuí registrou uma arrecadação de R\$ 219.944.074,39, enquanto Bom Jesus alcançou o montante de R\$ 187.450.237,59, valores substancialmente superiores aos verificados em Regeneração no mesmo ano.

No que se refere ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município de Regeneração sua evolução pode ser observada por meio do gráfico apresentado a seguir, o qual possibilita uma análise mais detalhada sobre a dinâmica econômica local ao longo do período considerado.

Gráfico 5 – PIB *per capita* de Regeneração nos anos de 2010, 2015 e 2021

Fonte: IBGE cidades, (2024).

Verifica-se que, no ano de 2010, o PIB *per capita* de Regeneração era de R\$ 3.766,13, refletindo uma economia de baixa produtividade e limitada geração de renda por habitante, característica comum a municípios cuja estrutura produtiva é baseada, predominantemente, na microeconomia doméstica.

Em 2015, esse indicador apresentou um crescimento superior a 100%, alcançando R\$ 7.612,79. Esse movimento de expansão manteve-se ao longo da década, atingindo R\$ 14.712,38 em 2021. Tal evolução sugere um processo de fortalecimento da economia local, possivelmente associado ao início e à intensificação das atividades do agronegócio no município, marcando uma transição em sua base econômica.

Contudo, ao comparar o desempenho de Regeneração com o de outros municípios piauienses nos quais a agricultura moderna já se encontra consolidada, evidencia-se uma disparidade expressiva. Em 2021, por exemplo, o município de Uruçuí apresentou um PIB *per capita* de R\$ 129.458,67, enquanto Bom Jesus alcançou R\$ 55.119,81, valores substancialmente superiores registrados em Regeneração no mesmo período. Esses dados revelam que, embora o município demonstre indícios de crescimento econômico, ainda se encontra em estágio incipiente de modernização produtiva, especialmente quando comparado àquelas localidades já plenamente inseridas nas dinâmicas do agronegócio e de mercados

integrados.

O avanço nessa direção dependerá, em grande medida, de investimentos em infraestrutura, apoio técnico e políticas públicas eficazes de inclusão produtiva, capazes de integrar os pequenos produtores às cadeias de valor mais dinâmicas e sustentáveis.

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), observa-se que, no ano de 2000, período anterior à chegada das primeiras empresas do agronegócio ao município, Regeneração apresentava um índice de 0,430, valor que reflete um baixo nível de desenvolvimento humano. Esse resultado aponta para a existência de sérios desafios nas áreas de saúde, educação e na renda, bem como para um acesso limitado da população a serviços básicos e uma infraestrutura urbana ainda incipiente.

Já em 2010, seis anos após o início das atividades do agronegócio no município, o IDH-M de Regeneração elevou-se para 0,591. Embora esse valor ainda seja considerado baixo, representa um avanço significativo em relação a década anterior, sinalizando possíveis efeitos positivos da introdução de atividades econômicas mais estruturadas e integradas ao mercado regional.

Comparando esse desempenho com outros municípios piauienses do agronegócio, percebe-se que Regeneração apresenta indicadores inferiores. Em Bom Jesus, por exemplo, o IDH-M passou de 0,486 em 2000 para 0,668 em 2010; já em Uruçuí, o índice evoluiu de 0,432 para 0,631 no mesmo intervalo (IBGE, 2010). Destaca-se que os dados utilizados se referem ao ano de 2010, sendo, portanto, desatualizados em relação à realidade atual. Desde então, entre 2010 e 2024, é razoável supor que os municípios analisados, especialmente aqueles com maior inserção no agronegócio, como Uruçuí e Bom Jesus, tenham apresentado avanços significativos em seus respectivos IDH-M. Assim, os valores aqui apresentados devem ser interpretados com cautela, uma vez que não refletem integralmente o estágio atual de desenvolvimento dessas localidades.

O esperado desenvolvimento da cidade, decorrente da instalação do agronegócio, teve um impacto limitado. A geração de empregos foi mais evidente durante a fase inicial de implantação, quando houve a contratação de mão de obra local para a derrubada da floresta e preparação do terreno para cultivo. Após essa etapa, no entanto, o número de trabalhadores diminuiu consideravelmente, uma vez que o município não dispõe de mão de obra qualificada para atender as demandas

do agronegócio, bem como o uso de intensa mecanização no processo produtivo.

Segundo levantamento de dados empíricos, uma das empresas instalada no município empregava um total de 92 trabalhadores de forma efetiva, todos naturais de Regeneração, e ocupando distintas funções operacionais. Além disso, seis colaboradores oriundos de outros estados também integravam o quadro funcional. No contexto das obras em andamento na construção de um galpão foram contratados temporariamente mais 36 trabalhadores, igualmente residentes no município.

Além do mais, de acordo com informações obtidas por meio de entrevista com um representante da empresa, a política interna prioriza, sempre que possível, a contratação de mão de obra local. Ainda segundo o relato, o recrutamento de profissionais de outros municípios ocorria apenas em situações específicas, nas quais não se encontrava, no município, mão de obra especializada para determinada função. Essa prática evidenciava o esforço por parte da empresa em promover a inclusão socioeconômica da população local, ao mesmo tempo em que apontava para a necessidade de qualificação profissional como condição para ampliar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Em virtude desse contexto, foi realizada uma investigação a fim de se verificar se o município dispunha da oferta de instituições de ensino técnico e superior como os institutos federais, faculdades e universidades, com cursos voltados à área do agronegócio em Regeneração. Constatou-se, entretanto, que tal oferta não se fazia presente.

Durante as coletas de campo, percebeu-se que Regeneração contava apenas com um polo da Universidade Estadual do Piauí (UESPI, Figura 11), o qual ofertava os cursos de Licenciatura Plena em Letras Espanhol, História e Pedagogia, além do Bacharelado em Administração, todos disponibilizados na modalidade de ensino a distância.

Figura 11 – Polo da Universidade Estadual do Piauí em Regeneração



Fonte: Autora, pesquisa de campo, fevereiro, 2025.

No que se refere ao ensino técnico, conforme informações repassadas pela direção da Escola Agrotécnica Agrônomo Valdemar Carvalho, desde sua inauguração, em 1999, foram ofertados cursos técnicos nas áreas de Agropecuária, Agronegócio e Administração. Inicialmente tais cursos registraram considerável demanda; contudo, com o passar dos anos, observou-se uma expressiva redução na procura, acompanhada por elevados índices de evasão escolar.

Atualmente, a referida escola direciona suas atividades prioritariamente às comunidades quilombolas da região, atendendo a três turmas compostas exclusivamente por estudantes dessas comunidades, ofertando o curso técnico integrado ao ensino médio em agropecuária com ênfase na agricultura familiar. Trata-se da primeira escola da rede estadual de ensino voltada exclusivamente ao atendimento das comunidades quilombolas.

Figura 12 – Escola Técnica Agrícola – Atual Escola Quilombola, em Regeneração



Fonte: Autora, pesquisa de campo, fevereiro, 2025

Destaca-se ainda, que o município não dispõe de instituições que ofereçam cursos de capacitação ou treinamentos específicos voltados ao agronegócio. Essa carência se deve, em grande parte, à ausência de indústrias ligadas ao setor, de propriedades agrícolas de grande porte voltadas a produção de grãos e de empresas especializadas, fatores que acabam por inviabilizar a criação e manutenção de tais ofertas educacionais.

Ao se estabelecer uma comparação com outros municípios piauienses como Uruçuí e Bom Jesus, observa-se uma realidade significativamente distinta. Nessas localidades, a presença de diversas fabricas e fazendas, bem como empresas e serviços voltadas ao agronegócio contribuiu de maneira decisiva para a implantação de campi da Universidade Federal, da Universidade Estadual e do Instituto Federal do Piauí. Nessas instituições, são ofertados cursos superiores nas áreas de Engenharia Agrônômica, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Zootecnia, Educação no Campo, Administração no Campo, Direito, Administração, além de licenciaturas e cursos técnicos voltados para a Agroindústria e Agropecuária.

Diante do exposto, compreendeu-se que a análise comparativa entre Regeneração e os municípios de Uruçuí e Bom Jesus evidenciou as disparidades

econômicas, infraestruturais, sociais e das políticas de planejamento. Por exemplo, enquanto Uruçuí e Bom Jesus apresentaram expressivo desenvolvimento econômico após a consolidação do agronegócio, Regeneração ainda não conseguiu dinamizar sua economia de forma equivalente, apesar do crescimento observado nas receitas correntes ao longo dos últimos anos. O desempenho econômico do município permanece aquém dos padrões alcançados pelas demais cidades analisadas, revelando limitações na capacidade de absorção dos benefícios gerados pela expansão do setor agroindustrial. Esse fato fica mais evidente com a ausência de um consumo produtivo na cidade.

6.5 TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA URBANA DE REGENERAÇÃO

Essa seção analisa a estrutura urbana do município de Regeneração e suas transformações a partir da instalação de empresas ligadas ao agronegócio, tomando como recorte o período de 2010 a 2024. Nesse intervalo, observou-se um crescimento na produção de soja no município, cuja intensificação repercutiu na produção espaço urbano.

Regeneração apresenta baixa densidade demográfica, de 13,69 hab./km² (IBGE, 2022), se caracterizando como um pequeno município piauiense. Possui urbanização antiga, tendo recebido os primeiros investimentos vinculados à expansão da fronteira agrícola a partir do ano de 2004, com a instalação da primeira empresa voltada ao agronegócio. Apesar da inserção no circuito econômico do agronegócio, os impactos demográficos não seguiram a mesma tendência observada em outros municípios de ocupação antiga pelo agronegócio.

Segundo o IBGE (2010), a população de Regeneração era de 17.556 habitantes, reduzindo para 17.133 habitantes em 2022, ou 2,41% no total demográfico. Tal declínio contrasta com a realidade de Uruçuí e Bom Jesus, pois conforme Alves (2006), nesses municípios a população praticamente dobrou nos últimos dez anos com a chegada do agronegócio. A principal diferença está no fato de que esses municípios receberam um contingente significativo de migrantes, especialmente oriundos da região Sul do país, o que não ocorreu em Regeneração. Percebeu-se, por meio das coletas de dados de campo que, o sítio urbano de Regeneração caracterizava principalmente por edificações térreas, em sua maioria simples, refletindo o padrão típico das cidades interioranas. As residências

apresentavam fachadas com janelas e portas voltadas diretamente para as calçadas e reduzido número de construções com mais de um pavimento, o que reforçou a opinião da presença de um tecido urbano de baixa verticalização.

As edificações públicas, igualmente modestas, datavam-se dos anos que sucederam a emancipação do município. No núcleo central da cidade, destacava-se a Igreja Matriz Católica (Figura 13), em torno da qual se distribuíam os principais prédios públicos, como a Prefeitura Municipal (Figura 14), a Câmara dos Vereadores, uma agência do Banco do Brasil (Figura 15), além de estabelecimentos comerciais variados como restaurantes, lanchonetes e lojas de pequeno porte. Nas proximidades encontrava-se o mercado público, onde se reproduziam as tradicionais feiras livres, prática comum nas cidades do interior do Piauí.

Figura 13 – Igreja Matriz (católica) situada no centro da cidade de Regeneração



Fonte: Autora, pesquisa campo, janeiro, 2025.

Figura 14 – Sede da Prefeitura Municipal de Regeneração



Fonte: Autora, pesquisa de campo, janeiro, 2025.

Figura 15 – Agência do Banco do Brasil – única instituição financeira da cidade



Fonte: Autora, pesquisa de campo, fevereiro, 2025.

A oferta de estabelecimentos comerciais e de serviços na cidade mostrou-se restrita, voltada majoritariamente ao atendimento das demandas cotidianas da

população caracterizando um padrão de consumo consuntivo (Figura 16). Tal configuração contrastava com a de outros municípios piauienses que se inseriram de forma mais dinâmica na cadeia do agronegócio, como Uruçuí e Bom Jesus, onde o comércio e os serviços se estruturaram também para atender ao consumo produtivo, voltados as exigências operacionais das atividades agroindustriais.

Figura 16 – Comércio no centro de Regeneração



Fonte: Autora, pesquisa de campo, fevereiro, 2025.

A dinâmica do espaço urbano de Regeneração apresentou poucas alterações ao longo dos últimos anos, e as mudanças observadas não podem ser atribuídas à instalação de empresas ligadas ao agronegócio. Trata-se, em sua maioria, da manutenção de atividades comerciais já anteriormente existentes, como confirmado pelas entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo. A cidade não apresentava loteamentos urbanos residenciais populares ou de alto padrão, como vivenciado nos situados nas Regiões Produtoras do Agronegócio tidas com tradicionais, como Uruçuí e Bom Jesus no Piauí, Luís Eduardo Magalhães (BA) e Balsas (MA), por exemplo, que receberam um contingente migratório que não ocorreu em Regeneração.

Nesse sentido, compreendeu-se que as atividades do setor terciário em

Regeneração se mantinham voltadas, predominantemente, ao atendimento das demandas básicas da população local.

Em contraste, as cidades de ocupação antiga pelo agronegócio apresentavam uma realidade distinta. Conforme demonstram os estudos apresentados por Alves (2009), a chegada do agronegócio nessas localidades resultou em um significativo fluxo migratório, o que impulsionou a expansão do espaço urbano, o surgimento de novos loteamentos residenciais, bem como a instalação de empresas e indústrias voltadas para atender tanto o consumo produtivo quanto ao consumptivo, este último intensificado por uma população crescente e pelo surgimento de novas atividades comerciais e serviços até então inexistentes na cidade.

O exemplo axiomático de Luís Eduardo Magalhães, faz-se pertinente à análise. Criado oficialmente no ano 2000 e sendo palco de grandes investimentos estatais e do capital privado, o município tornou-se celeiro produtivo do agronegócio granífero no oeste baiano, passando a apresentar um crescimento urbano acelerado, orientado quase exclusivamente para atender às demandas do setor agroindustrial. A cidade atraiu empresários de diversas regiões do país, especialmente motivados pelo baixo custo das terras e pela localização estratégica no entroncamento rodoviário que conecta para as cidades de Salvador, Brasília e Palmas.

Tal conjuntura resultou em uma expressiva expansão urbana, acompanhada da introdução de um novo padrão arquitetônico nas residências, marcadamente distinto da cultura tradicional do oeste baiano. Observa a consolidação de modos de vida vinculados à lógica da sociedade moderna e monetarizada, nos quais o espaço urbano se torna essencialmente econômico. Nos bairros residenciais se identificam traços culturais associados ao sul do país, refletindo o perfil dos migrantes que ali se estabeleceram, sobretudo empresários e agricultores (Alves, 2005).

Um aspecto relevante a ser destacado é a relação estreita entre os empresários do agronegócio e o espaço urbano de Luís Eduardo Magalhães. A presença de loteamentos residenciais de alto padrão evidencia que parte significativa dessa população de elevado poder aquisitivo, não apenas investe na cidade, mas também reside e vivencia o cotidiano urbano local, influenciando diretamente sua configuração socioespacial (Alves, 2005).

Essa realidade contrastava com Regeneração. Segundo o levantamento de campo, dentre os empresários do agronegócio atuantes no município, apenas um deles possuía residência e mantém um escritório na cidade (Figura 17). Contudo, a

presença era pontual e pouco integrada ao cotidiano urbano. No caso da empresa Ariedam, alguns entrevistados afirmaram sequer conhecer os proprietários, indicando um distanciamento entre os agentes do agronegócio e a população local.

Figura 17 – Escritório de uma empresa do agronegócio, Regeneração - PI



Fonte: Autora, pesquisa de campo, fevereiro, 2025.

Essa diferença revela dois modelos distintos de ocupação e relação com o território. Enquanto Luís Eduardo Magalhães apresenta um agronegócio fortemente enraizado no espaço urbano, com empresários residindo na cidade e participando ativamente de sua dinâmica econômica e social, Regeneração evidencia uma lógica de atuação voltada exclusivamente à exploração do meio rural, com pouca ou nenhuma integração entre o setor agroindustrial e a cidade.

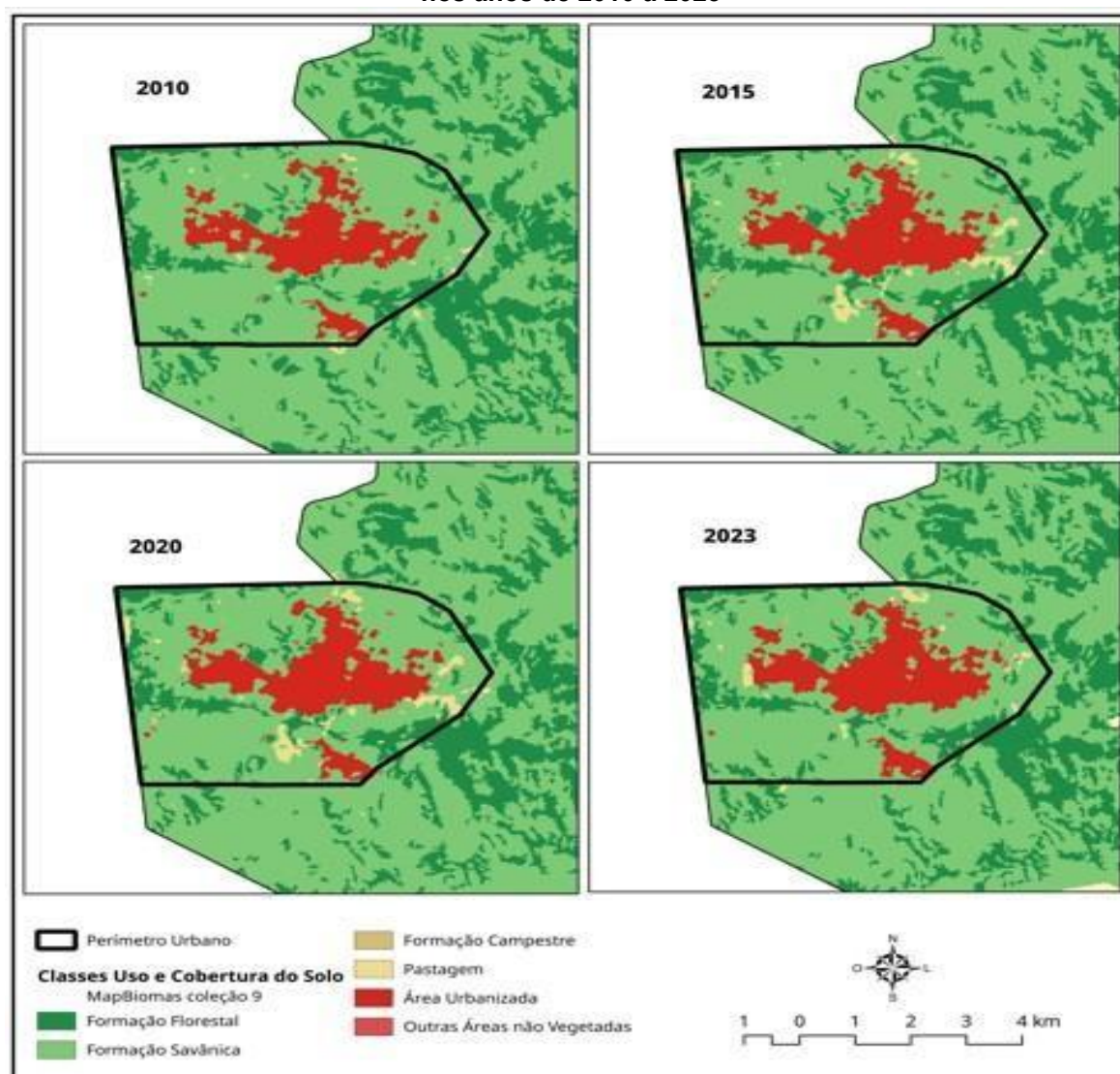
Essa realidade, longe de ser uma exceção, representa a norma em boa parte das cidades situadas na região do Matopiba. Estudos conduzidos por Favareto (2015) apontam que, na maioria dos municípios dessa fronteira agrícola, a atuação do agronegócio se dá de forma dissociada das estruturas urbanas próximas, contribuindo para a consolidação de um modelo de desenvolvimento excludente, em que os ganhos econômicos gerados no campo não se traduzem necessariamente em melhorias para o espaço urbano ou para as populações locais.

Assim, entendeu-se que Regeneração não se consolidou como um polo

estratégico no contexto da expansão da fronteira agrícola no estado do Piauí. O município não se estruturou nem para atender às necessidades operacionais das empresas do agronegócio já instaladas em seu território, nem como alternativa de suporte urbano para empreendimentos localizados em municípios vizinhos, onde o setor agrícola apresenta crescimento. Essa limitação evidencia a frágil articulação entre o espaço urbano e as dinâmicas econômicas impulsionadas pelo agronegócio, comprometendo o potencial de Regeneração em se inserir de maneira mais ativa na rede regional de desenvolvimento.

A seguir, por meio das imagens obtidas pela plataforma MapBiomas, (Figura 18), observa-se que a área urbanizada do município de Regeneração apresentou um relevante crescimento entre os anos 2010 e 2023.

Figura 18 – Evolução da área urbanizada do município de Regeneração nos anos de 2010 a 2023



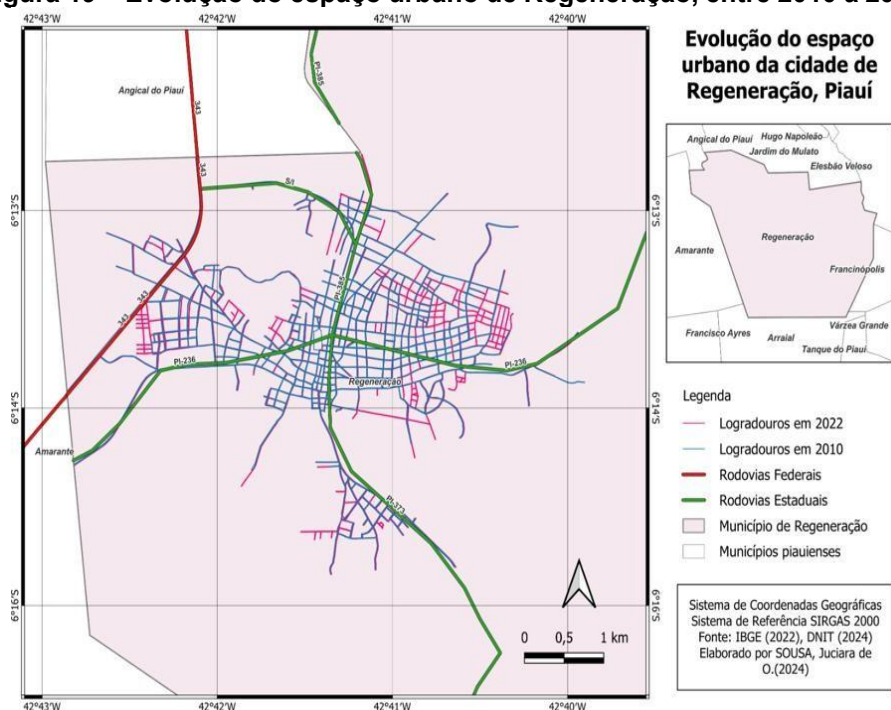
Fonte: Dantas, (2024).

A análise comparativa das imagens da Figura 18 revela um crescimento discreto, porém contínuo, da área urbanizada de Regeneração. Essa informação confirma com os dados do IBGE (2023) de que no ano de 2010, Regeneração possuía uma área urbanizada de 4,79 km², aumentando para 5,86 km² em 2023, passando a ocupar a primeira colocação em extensão urbana na região do Médio Parnaíba Piauiense.

Além disso, no que se refere à infraestrutura urbana, a cidade apresentava parcela significativa das vias pavimentadas, seja com revestimento asfáltico ou com paralelepípedos. Porém, o saneamento básico personificava uma das principais deficiências do planejamento municipal, refletindo uma realidade da maioria dos municípios piauienses.

Outro aspecto a ser reafirmado na análise foi a ausência de condomínios residenciais de alto padrão, elemento presente em municípios como Uruçuí, Bom Jesus e Luís Eduardo Magalhães e outras cidades do agronegócio, que passaram por um processo mais intenso de modernização agrícola e atraíram um contingente significativo de migrantes, especialmente oriundos de outras regiões do país. Em Regeneração, esse processo não se concretizou, o que contribuiu para a manutenção de um perfil urbano mais tradicional, com menor diversidade na tipologia habitacional e menor dinamismo no mercado imobiliário (Figura 19).

Figura 19 – Evolução do espaço urbano de Regeneração, entre 2010 a 2020.



Fonte: autora (2024).

A Figura 19 confirma as análises apresentadas, de que o crescimento urbano de Regeneração ocorreu de forma espontânea e gradual, sem relação direta ou influência significativa da instalação de empresas do agronegócio no município. Trata-se, portanto, de uma expansão urbana vinculada às dinâmicas internas da cidade, sem os impactos estruturantes normalmente associadas à presença de grandes empreendimentos agroindustriais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de ocupação do território piauiense pela agricultura moderna é recente, não ocorrendo de forma espontânea, mas impulsionado pela propagação do agronegócio nos cerrados nordestinos. Essa expansão da fronteira agrícola tem provocando, em alguns casos, mudanças significativas nas cidades próximas.

No Piauí, a introdução da agricultura moderna começou no sudoeste do estado, ainda na década de 1990. Esse movimento de expansão continua a acelerar, alcançando outras regiões, como o Médio e Baixo Parnaíba Piauiense. No médio Parnaíba, destaca-se o município de Regeneração, que se tornou produtor de soja fora da região sudoeste. Dados do IBGE têm mostrado, ano após ano, o crescimento dessa produção, confirmando que o território piauiense ainda oferece terras atraentes para o desenvolvimento da sojicultura.

A escolha de Regeneração para a instalação de empresas voltadas ao agronegócio seguiu os mesmos critérios utilizados em outras cidades do estado, como as condições naturais (solo, precipitação, relevo, entre outros) e o baixo valor da terra.

A chegada do agronegócio ao município provocou mudanças significativas no campo, com a substituição de áreas de florestas nativas por vastos campos de cultivo de soja. No entanto, o espaço urbano não passou por transformações igualmente marcantes, o que revela uma lógica de desenvolvimento voltada quase exclusivamente à exploração do meio rural, sem uma integração efetiva entre o setor agroindustrial e a cidade.

O chamado consumo produtivo, caracterizado pela circulação de bens, serviços e investimentos ligados à produção, é uma das principais marcas do desenvolvimento urbano associado ao agronegócio. No entanto, a cidade de Regeneração não participa dessa lógica, pois não apresenta esse tipo de consumo permanecendo à margem dos processos de modernização e expansão econômica impulsionados pelo setor agrícola.

A hipótese inicialmente levantada é confirmada, apenas no que tange as transformações no espaço rural do município de Regeneração. Verificou-se a substituição de práticas tradicionais de uso coletivo da terra, como a criação extensiva de rebanhos por populações nativas, pela ocupação de grandes extensões destinadas ao cultivo mecanizado de soja, impulsionado pela expansão do

agronegócio.

Em contrapartida, no espaço urbano, não se constatou alterações significativas decorrentes da inserção de empresas agroindustriais no município. As informações obtidas pelo IBGE, a realização de entrevistas e a pesquisa de campo realizada em Regeneração, mostraram que o crescimento urbano da cidade no período analisado ocorreu de forma gradual e orgânica, seguindo uma dinâmica interna e lenta de expansão, sem sofrer interferências diretas da lógica produtiva do agronegócio.

Importante também destacar a ausência de políticas públicas eficazes em nível municipal, ou demais esferas do governo, voltadas ao fortalecimento e a dinamização dos setores de consumo, tanto produtivo quanto consumptivo. Tal lacuna evidencia um descompasso entre a potencialidade local e as estratégias institucionais adotadas, comprometendo a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento da cidade de Regeneração.

A utilização do método comparativo é fundamental nesta pesquisa, pois permite analisar de forma crítica as diferenças e semelhanças entre cidades com distintos níveis de inserção nas dinâmicas do agronegócio. Ao contrastar a realidade de Regeneração com municípios como Uruçuí e Bom Jesus, é possível identificar os fatores que favorecem ou limitam o desenvolvimento urbano impulsionado pela modernização agrícola. Essa abordagem não apenas aprofunda a compreensão sobre os impactos econômicos e sociais do agronegócio, mas também evidencia como determinadas cidades conseguem se integrar a esse processo enquanto outras permanecem à margem. Assim, o método comparativo para a formulação de explicações mais consistentes sobre as desigualdades regionais e os caminhos diferenciados de desenvolvimento.

Entretanto, essa hipótese ainda permanece em aberto. A atuação do agronegócio em Regeneração é recente, e alterações no perfil urbano da cidade tem grandes chances de ocorrer no futuro, à medida que o movimento de expansão da fronteira agrícola continua em curso. Regeneração se destaca na produtividade de soja na região e apresenta grande potencial para o desenvolvimento da agricultura moderna. O fato de a cidade se autodenominar “capital do agro do médio Parnaíba”, já sinaliza um possível futuro promissor para essa transformação.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, R.B; GOMES, J.R.C. (orgs.). **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea, estado do Piauí**: diagnóstico do município de Regeneração. Fortaleza: CPRM, 2024.
- ALVES, V.E.L. A expansão da soja e o processo de urbanização nos cerrados piauienses. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: USP, 20 a 26/03/2005. Disponível em: <https://www.academia.edu/36395515> . Acesso em 15 jun.2025.
- ALVES, V.E.L. Os cerrados piauienses e sua nova lógica de reprodução capitalista. *In*: PEQUENO, R.; ELIAS, D. (orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.
- ALVES, V.E.L. As novas dinâmicas socioespaciais introduzidas pelo agronegócio nos cerrados da BA, MA, PI e TO. *In*: BERNARDES, J.A. (org.). **Geografias da soja II**. A territorialidade do capital. Rio de Janeiro: Arquimedes edições, 2009.
- ALVES, V.E.L. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses**: formação territorial no império do agronegócio. 2006. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2006.
- ALVES, V.E.L. Modernização agropecuária e urbanização na região dos cerrados do Centro Norte do Brasil. *In*: ALVES, V.E.L. (org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do centro norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.
- ALVES, V.E.L.; ROLIM, L.N. As migrações populacionais na década de 2000 a partir do censo demográfico de 2010: o caso da região dos cerrados do centro norte do Brasil. *In*: ALVES, V.E.L. (org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do centro norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.
- ALVES, E.; CONTINI, E.; HAINZELIN, E. Transformações da agricultura brasileira e pesquisa agropecuária. **Cadernos de ciência & tecnologia**, Brasília, v.22, n. 11, p. 37-51, jan-abr. 2005.
- APROSOJA BRASIL. Associação Brasileira dos Produtores de Soja. **A origem dos grãos**. Disponível em: www.aprosoja.com.br/asoja/. Acesso em 07 jul.2023.
- BERNARDES, J.A. As estratégias do capital no complexo da soja. *In*: CASTRO, I.E. (orgs.). **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- BERNARDES, J.A. Fronteiras da agricultura moderna no cerrado Norte/Nordeste: descontinuidades e permanências. *In*: BERNARDES, J.A. (org.). **Geografias da soja II**. A territorialidade do capital. Rio de Janeiro: Arquimedes edições, 2009.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 8.447**, de 06 de maio de 2015. Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA e a criação de seu Comitê Gestor.

Brasília-DF: Presidência da República, Casa Civil (2015). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11767.htm. Acesso em: 10 mai.2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária.2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt.br>. Acesso em: 11 abr.2025.

CASTILHO, R. et al. Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**, v.12, n.18, p.265-288, especial GT Anpege, 2016.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Séries históricas das safras-soja**. Disponível em: www.conab.gov.br. Acesso em 10 jul.2024.

ELIAS, D. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. *In*: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v.13, n.2, p.153, a.170, 2011.

ELIAS, D. **Globalização, agricultura e urbanização no Brasil**. ACTA Geografia. Boa Vista, Ed.Esp. Geografia Agrária, p.12-32, 2013.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, p. 25-39, maio, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2007v9n1p25>. Acesso em 12 mai.2025.

ELIAS, D. Pensando a operacionalização de estudos sobre cidades do agronegócio. **Revista Tamoios**, São Gonçalo (RJ), p. 144-164, jan-jun. 2022.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <https://www.embrapa.br>. Acesso em 05 de jun.2023.

FAVARETO, A. (org.). **Entre chapadas e baixões do Matopiba**: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na frente da expansão agropecuária no cerrado. São Paulo: Prefixo Editorial, 2019.

FERRARI, M. As noções de fronteira em Geografia. **Revista Perspectiva Geográfica**, UNIOESTE, v. 9, n.10, 2014. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica/article/view/10161>. Acesso em: 17 set. 2025.

GIAMBIAGI, F. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. **Revista Brasileira de Economia**, v.62, n.2, p. 221-246, abril/2008. Disponível em: scielo.br/j/rbe/a/5SyG8QnVhQHdyfKdd893mk/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 08 set.2024.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAESBAERT, R. “Gaúchos” e “Baianos” no “Novo” Nordeste: entre a globalização

econômica e a reinvenção das identidades territoriais. *In*: CASTRO; I.E.; CORRÊA, R.L. (orgs.). **Brasil: Questões atuais de reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

<https://www.fazendachapadagrande.com.br/>. Acesso em 03 de maio de 2023.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2024)**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/regeneracao/>>. Acesso em 01 mai.2025.

LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEAL, M.N. **Agronegócio da soja no Piauí**. Região do fazer produtivo. 2013. Tese de Doutorado (Pós graduação em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2013. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/5572>. Acesso em: 11 mai.2025.

LEAL, M.N. Agronegócio da soja no Piauí: novas dinâmicas no espaço urbano. **VII Congresso Brasileiro de Geógrafos – AGB**. Vitória, 2014.

MARTINS, J.S. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social. Revista Sociologia**, USP, São Paulo, v.8, p.25-70, maio/1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v8i1.86141>. Acesso em: 11 jul.2025.

MARTINS, J.S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2014.

MORAES, M.D.C. Do destino pastoril à vocação agrícola: modernização agrícola dos cerrados e inflexões discursivas nas narrativas mestras do Piauí. *In*: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

OLIVEIRA, A.U. A agricultura brasileira. Transformações recentes. *In*: ROSS, J.L. (org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2003.

PAULINO, E.T.; SANTOS, R.A. A urbanização brasileira. **Espaço & Debates**, São Paulo, n.6, p. 171-182, jun.set., 1982.

PRODANOV, C.C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**. 2.ed. Novo Hamburgo, Feevale, 2013.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo. Editora Hucitec, 1993.

SCOPEL, I.; PEIXINHO, D.m. A territorialização da agricultura moderna no Piauí. *In*: BERNARDES, J.A; FILHO, J.B.B. (orgs.). **Geografias da soja II**. A territorialidade do capital. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ – SEPLAN-PI. Disponível em: <https://www.seplan.pi.gov.br/> Acesso em: 15 abr.2025.

SILVA, J.G. **A modernização dolorosa. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SILVA, W.R. Reflexões em torno do urbano no Brasil. *In*: SPÓSITO, M.E.B.; WHITACKER, A. (orgs). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. 2.ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.

SILVA, A.J. **Agricultura familiar e a territorialização /desterritorialização /reterritorialização provocada pelo agronegócio no cerrado piauiense**: hibridismo sociocultural marginal em Uruçuí. Tese de doutorado, Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, 2016.

SPÓSITO, M.E.B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1994.

TEIXEIRA, A.N.; RIBEIRO, M.B.P. A urbanização brasileira: reflexões acerca da segregação socioespacial. **XVIII Encontro Nacional de Geógrafos a construção do Brasil, geografia, ação política e democracia**. São Luiz – MA, julho 2016.

TRIVINOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VELHO, O.G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. Estudo do processo de penetração numa área da transamazônica. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In*: SCHIFFER, S.R.; DEÁK, C. (orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS/ ENTREVISTA

ROTEIRO 01

Roteiro de entrevista ao representante do poder público municipal (Prefeito/Secretário de obras/ de Administração)

1. Cargo que ocupa:
2. Como você define economicamente e socialmente a chegada o agronegócio em Regeneração? Justifique a resposta.
3. E, culturalmente e ambientalmente, a instalação do agronegócio de grãos foi benéfica para Regeneração? Justifique a resposta.
4. Qual o impacto do agronegócio em Regeneração para o desenvolvimento da cidade? (geração de empregos, ampliação do comércio e serviços, arrecadação)
5. Quais serviços públicos e privados surgiram ou foram ampliados para atender a demanda do agronegócio? (escolas, postos de saúde, mobilidade)
6. A cidade recebeu novos empreendimentos comerciais e serviços após a chegada do agronegócio em Regeneração? Quais?
7. O valor da propriedade urbana aumentou em decorrência do agronegócio?
8. Quais os incentivos que o poder municipal ofertou ou oferta as empresas para a instalação no município?
9. Surgiu algum loteamento urbano para atender pessoas que trabalham com o agronegócio? Esse loteamento foi construído com quais investimentos (público ou privado?)
10. No setor da educação já existe ou há projetos para implantação de alguma instituição de ensino voltado a pesquisa do agronegócio? (curso profissionalizante, universidade).
11. A cidade dispõe de plano diretor? Nele, como é tratado a consolidação do agronegócio?
12. O município de Regeneração tem atraído novos empreendimentos voltados para o agronegócio?
13. Regeneração apresenta integração com os municípios vizinhos para atender as demandas do agronegócio? Como isso ocorre?

14. Quantas empresas instaladas do agronegócio tem no município de Regeneração?
15. Há perspectivas de novas empresas se instalarem no município?
16. Houve benefícios oferecidos pelo poder público municipal para a instalação da empresa do agronegócio? Quais?
17. No setor de arrecadação do município, foi percebido um aumento após a instalação da empresa do agronegócio na cidade?
18. Quais investimentos em infraestrutura foram executados por parte do poder público municipal ou estadual
19. O município percebeu algum dano social ou ambiental derivado da instalação do agronegócio em Regeneração? (expropriação do trabalhador rural, êxodo rural, desmatamento, poluição da água e/ou solo...)
20. Caso tenha ocorrido danos, que ações o poder público tomou para solucionar tais danos?
21. Antes e após a chegada do agronegócio qual a principal atividade econômica do município?
22. O mercado por terras tem aumentado no município? E o valor tem aumentado?
23. Foi criada alguma Lei Municipal que alterou o uso e/ou expansão do espaço urbano?
24. Houve alguma expansão desordenada do espaço urbano, provocadas por população de baixa renda desencadeada por fluxos migratórios do campo para a cidade ou oriundos de outras áreas?

APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS/ ENTREVISTA

ROTEIRO 02

Roteiro de entrevista a camponeses (antigos moradores de áreas atualmente ocupadas pela agricultura moderna)

01. Local de nascimento
02. Quanto tempo residiu/ou utilizou das terras?
03. Quais produtos plantavam nas áreas ocupadas atualmente com empresa do agronegócio? E atualmente?
04. Havia criação de rebanhos? Quais?
05. Qual a relação entre o antigo dona da terra? Havia o pagamento pelo uso da terra?
06. Como ocorreu a chegada da empresa e a saída dos ocupantes?
07. Houve acordo com os novos proprietários da terra?
08. Foi pago algum valor para as famílias que ocupavam aquela área?
09. Quem foi responsável pela alocação das famílias?
10. Vocês tiveram algum representante durante o processo de saída dessas terras? (poder público ou representante das famílias).
11. Algum membro da família trabalhou ou trabalha nas empresas? Se sim, qual função ocupa/ocupava.
12. O assentamento em que vive atualmente, é regularizado? Possui o documento da terra?
13. A mudança foi para melhor? (residências, escolas, acesso a água, entre outros).
14. A área para cultivo e criação de animais é suficiente para a sobrevivência da família?